

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**POLIVALÊNCIA NO ENSINO DE ARTE: PROPOSTA PARA
READEQUAÇÃO DE EMENTA DA ÁREA DE CONHECIMENTO
NO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE/IFRR**

VALÉRIO RAMALHO DA SILVA

Dissertação
Mestrado em Educação

Boa Vista/RR,
Fevereiro de 2022



VALÉRIO RAMALHO DA SILVA

**POLIVALÊNCIA NO ENSINO DE ARTE: PROPOSTA PARA
READEQUAÇÃO DE EMENTA DA ÁREA DE CONHECIMENTO NO
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE/IFRR**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Duarte.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Elena Campo Fioretti.

Boa Vista, RR
2022

Copyright © 2022 by Valério Ramalho da Silva

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, Valério Ramalho da.
Polivalência no ensino de arte: proposta para readequação de ementa da área de conhecimento no *campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR. / Valério Ramalho da Silva. – Boa Vista (RR) : UERR, 2022.
124 f. : il. Color 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Duarte.
Co-orientadora: Profa. Dra. Elena Campo Fioretti

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (PPGE).

1. Ensino de Arte 2. Formação Docente 3. Ementa da Disciplina Arte 4. Ensino Técnico I. Duarte, Rosângela (orient.) II. Fioretti, Elena Campo (co-orient.) III. Universidade Estadual de Roraima – UERR IV. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRR V. Título

UERR. Dis.Mes.Edu.2022

CDD – 707

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135 – RR

VALÉRIO RAMALHO DA SILVA

Dissertação apresentada ao
Mestrado Acadêmico em
Educação da Universidade
Estadual de Roraima e
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de
Roraima, como parte dos
requisitos para obtenção do
título de Mestre em Educação.

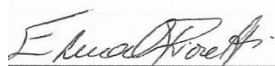
Aprovada em: 17/11/2021

Banca Examinadora



PROF^a. DR^a. ROSÂNGELADUARTE

Orientadora



UERR

PROF^a. DR^a. ELENA CAMPO FIORETTI

Coorientadora



PROF^a DR^a MARISTELA BORTOLON DE MATOS

Membro Titular Interno

UERR



PROF^a. DR^a. LARISSA GONÇALVES

Membro Titular Externo

UERR

Boa Vista – RR

2022

DEDICATÓRIA

A minha amada esposa Analu Diniz Ramalho (*In memoriam*), que está descansando nos braços do Pai. Às minhas queridas filhas Letícia Diniz Ramalho e Lídia Diniz Ramalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar pela graça, saúde, sabedoria e presença constante em minha vida, principalmente nos desafios que a caminhada nos propõe...

A minha orientadora Dra. Rosangela Duarte pela paciência e sabedoria na condução desse trabalho.

A minha coorientadora Dra. Elena Fioretti, que nos orientou trazendo luz às dúvidas recorrentes.

Aos amigos do Mestrado com os quais, com a permissão de Deus, pude compartilhar ricos momentos de conhecimentos e experiências.

Aos amigos que sempre torceram por mim, pelas minhas conquistas, independente da distância, obrigado Adriana, Antônio (Barraca), Isaac e Enilde.

Aos amigos do IFRR do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, pelas contribuições durante a trajetória deste trabalho.

Aos professores do Mestrado em Educação que prestaram ricas contribuições neste percurso, obrigado a todos (as).

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UERR

Ao Instituto Federal de Roraima – *Campus* Boa - Vista Zona Oeste/IFRR

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIBA	Academia Imperial das Belas-Artes
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBVZO	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEXT	Coordenação de Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CORES	Coordenação de Registro Escolar
DBAE	<i>Discipline Based Art Education</i>
DOU	Diário Oficial da União
EBTT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estado Unidos da América
FAEB	Federação de Arte Educadores do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFGoiano	Instituto Federal Goiano
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IFTO	Instituto Federal de Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais

PCN/Arte	Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMBV	Prefeitura Municipal de Boa Vista
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
SEDUC/AM	Secretaria de Educação do Amazonas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Manaus
UA	Universidade do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNED	Unidade de Ensino Descentralizado

LISTA DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 Competências e habilidades da disciplina de Arte.....	57
Quadro 2 Ementa a ser desenvolvida no 1º ano.....	59
Quadro 3 Ementa a ser desenvolvida no 2º ano.....	59
Quadro 4 Ementa a ser desenvolvida no 3º ano.....	60

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1 Ementas curriculares do Ensino de Arte dos IFs das 5 regiões.....	67
TABELA 2 Total de ocorrências dos termos AVH, M, ACT, D.....	71
TABELA 3 Número de ementas polivalentes e não polivalentes.....	74

LISTA DE GRÁFICO

	Pág.
GRÁFICO 1 Número de IFs com ementas polivalentes e não polivalente...	75

LISTA DE FOTO

	Pág.
Foto 1 <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste.....	50

RESUMO

O estudo em questão analisa e categoriza o caso da polivalência tanto na ementa da disciplina do ensino de Arte dos Cursos Técnicos de Serviços Públicos e Comércio Integrado ao Ensino Médio, do *Campus Boa Vista Zona Oeste/CBVZO*, do Instituto Federal de Roraima/IFRR e de 10 *campi* das 5 regiões do Brasil. Com a pesquisa, pretendeu-se elaborar uma proposta de readequação dessas ementas para garantir aprendizagem satisfatória dos alunos desses Cursos do CBVZO. A metodologia da pesquisa esteve alicerçada em uma abordagem qualitativa, procurando compreender quais desafios precisam ser transpostos para o exercício da docência diante a polivalência no ensino da Arte. Quanto ao tipo, o estudo foi descritivo e interpretativo, ancorado na pesquisa documental, bibliográfica e de campo, a fim de aprofundar, por intermédio da investigação, se a prática pedagógica do professor polivalente de Arte prejudica a qualidade desse ensino. Trazendo para a realidade a nível do CBVZO/IFRR, acredita-se que este descompasso de entendimento com a Lei 13278/2016, no qual os conteúdos das linguagens artísticas apresenta um caráter genérico e pouca profundidade na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC (2017) e a construção do Projeto Pedagógico de Curso dos *campi*, com os vícios ainda da polivalência na ementa curricular do Ensino de Arte, ainda pode ser corrigido com a ajuda de todos: gestores e a contribuição fundamental dos professores de Arte. À luz destas considerações, acredita-se que as reformulações que podem ser adotadas na ementa curricular do Ensino de Arte do CBVZO/IFRR se fazem necessárias para adequar a formação específica do professor de Arte e valorizar este ensino nas suas linguagens artísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Arte; Formação Docente; Ensino Técnico.

ABSTRACT

The study in question analyzes and categorizes the case of polyvalence both in the content of the discipline of Art teaching of Technical Courses of Public Services and Integrated High School Commerce, Boa Vista West Zone/CBVZO Campus, Federal Institute of Roraima/IFRR and 10 campuses of the 5 regions of Brazil. With this research, it was intended to develop a proposal for readjustment of these menus to ensure satisfactory learning for students in these CBVZO courses. The research methodology was based on a qualitative approach, seeking to understand what challenges need to be overcome for the exercise of teaching in the face of versatility in art education. As for the type, the study was descriptive and interpretive, anchored in documentary, bibliographic and field research, to deepen, through investigation, if the teaching practice of the polyvalent Art teacher impairs the quality of this teaching. Bringing to the reality at CBVZO/IFRR level, it is believed that this mismatch of understanding with the Law 13278/2016, in which the contents of artistic languages presents a generic character and little depth in the Common National Curriculum Base for High School - BNCC (2017) and the construction of the Pedagogical Project of Course of the campuses, with the vices still of polyvalence in the curricular menu of Art Teaching, can still be corrected with the help of all: managers and the fundamental contribution of the Art teachers. In light of these considerations, it is believed that the reformulations that can be adopted in the curricular content of Art Teaching in CBVZO/IFRR are necessary to adapt the specific training of the Art teacher and enhance this teaching in its artistic languages.

KEY WORDS: Art teaching; Teacher Training; Technical Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	20
1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ARTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL	20
1.1 ARTE EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	20
1.1.1 Missão Artística Francesa: influência no Ensino de Arte no Brasil	24
1.1.2 Araújo Porto Alegre e sua Reforma no Ensino de Arte	26
1.1.3 O Liberalismo e os ideais de Rui Barbosa para o Ensino de Arte	27
1.2 O POSITIVISMO E O ENSINO DE ARTE: ENFIM CHEGOU À REPÚBLICA	29
1.3 TENDÊNCIA IDEALISTA-LIBERAL E O ENSINO DE ARTE	31
1.3.1 A Pedagogia Tradicional	32
1.3.2 A influência da pedagogia escolanovista no Ensino de Arte	33
1.3.3 A Tendência Tecnicista: o Ensino de Arte e o caráter polivalente	34
1.4 TENDÊNCIA REALISTA-PROGRESSISTA: NOVAS ABORDAGENS TEÓRICAS PARA O ENSINO DE ARTE	37
CAPÍTULO II	39
2 OS DOCUMENTOS NORMATIVOS E O ENSINO DE ARTE NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 90 ATÉ A ATUALIDADE	39
2.1 OS DOCUMENTOS OFICIAIS PARA UMA POLÍTICA DE ENSINO DE ARTE	39
2.2 SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	41
2.2.1 BNCC: questões e desafios para valorização do Ensino de Arte	41
2.3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ARTE	45
CAPÍTULO III	50
3 MARCO METODOLÓGICO	50
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.2 CONHECENDO O AMBIENTE DA PESQUISA - A CRIAÇÃO DO IFRR NO ESTADO DE RORAIMA	52
3.2.1 A Criação do <i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	54
3.3 EXPLORAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	57
CAPÍTULO IV	60
4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS	60
4.1 O ENSINO E A ARTE EDUCAÇÃO, CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE/IFRR	60
4.1.1 O Ensino de Arte nos Cursos Técnicos de Comércio e Serviço Públicos	66
4.2 ANÁLISE DAS EMENTAS DE ARTE DOS IFs DAS CINCO REGIÕES DO BRASIL	68
4.3 APONTAMENTOS PARA REESTRUTURAÇÃO – DISCUSSÃO	79
4.4 PROPOSTA DE EMENTA DA DISCIPLINA ARTE PARA O CBVZO/IFRR	81

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXOS.....	98
ANEXO 1	99
ANEXO 2	105

INTRODUÇÃO

A Arte faz parte de nós e remonta os primórdios da Pré-História e História da humanidade (Valério Ramalho, 2021).

Minha jornada acadêmica na Arte Educação inicia quando ingressei na Universidade do Amazonas – (UA)¹, sediada na cidade de Manaus para cursar a Licenciatura Plena em Educação Artística. Nessa universidade, denominada posteriormente Universidade Federal do Amazonas – UFAM, minha busca foi para tornar-me bacharel em Artes Plásticas, porém, nos primeiros dias de aulas, os professores nos alertaram que o curso era de Licenciatura em Educação Artística, e preparava os acadêmicos para o exercício do magistério na Educação Básica. A Licenciatura Plena em Educação Artística neste período – 1994 – era dividida nas habilitações em Música e Desenho, conforme a Resolução Nº. 005/80 – (Conselho Universitário - CONSUNI de 14/08/80).

Na década de 90, em Manaus, a carência por profissionais com formação em Arte era bastante significativa, o que permitiu o meu rápido ingresso na docência na disciplina de Arte, em 1995. Neste período, já sentia os reflexos do caráter polivalente na minha prática docente.

O próprio Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Faculdade de Arte/UFAM (2018) alerta acerca da formação polivalente, quando relata que “a formação curricular para a licenciatura curta proporcionava uma carga horária interdisciplinar, instituindo deste modo, o professor polivalente, que sem uma formação mais efetiva em uma linguagem específica, tentava assimilar as Artes no seu conjunto [...]”, e indica como consequência “prejuízos para a qualidade do ensino e para o próprio conceito de Arte como recurso capaz de promover o apuro da percepção, da sensibilidade e do relacionamento do indivíduo com o mundo à sua volta” (PPC, 2018, p.14).

O PPC destaca que a Licenciatura Curta de Educação Artística já induzia o professor polivalente. Na Licenciatura Plena, a matriz curricular da habilitação em Desenho, a proposta curricular comportava muitas disciplinas das áreas da Música e Teatro que, com carga horária incipiente, não

¹ A Universidade do Amazonas - UA passou a ser denominada de Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 1994.

assegurava o domínio desses conhecimentos na atuação docente nessas outras linguagens.

Nessa perspectiva, Coutinho (2002, p. 154) afirma que vários cursos de Licenciatura em Artes Visuais, implantados após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996, apresentam “fortes resquícios dos cursos polivalentes de Educação Artística, das licenciaturas de Desenho e Plástica ou dos cursos das Escolas de Belas-Artes”.

Porém, com a reformulação do Projeto Pedagógico da Licenciatura Plena em Educação Artística com habilitação em Desenho (PPC, 2018) e atendendo às orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, o curso passa a ter formação específica e é adotada a terminologia Artes Visuais, como a grande área do conhecimento, abrangendo subáreas de formação em Artes Plásticas e Arte Gráficas, demonstrando que houve a necessidade de proceder as adequações na estrutura do curso, o que ocorreu após o meu egresso.

A partir do ano de 2000, atuei como docente nos quadros da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) e Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC/AM). As propostas curriculares em Arte tinham o objetivo de assegurar o desenvolvimento progressivo das aprendizagens essenciais do Ensino de Arte nas suas quatro linguagens: Música, Artes Visuais, Teatro e Dança, sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Dessa forma, para SEMED e SEDUC/AM, bastava o professor ter o diploma em Licenciatura Plena em Educação Artística, para estar habilitado a trabalhar com todas essas linguagens artísticas.

Entretanto, pela quantidade de conteúdos a serem abordados, com a carga horária reduzida e a falta de espaços e materiais necessários para aprender e desenvolver os saberes artísticos, tornava-se impraticável o professor desenvolver a sua prática pedagógica de acordo com a proposta curricular polivalente em Arte, nas suas diversas linguagens. As questões relacionadas à atuação profissional desse professor, tais como: insegurança, desvalorização e desmotivação, permeavam o trabalho docente. Por consequência, o aluno ficava prejudicado uma vez que não lhe era garantido aprender os conhecimentos essenciais do Ensino de Arte, uma vez que as contratações não consideravam em seu quadro de professores, as habilitações

específicas, a fim de alcançar com efetividade o processo de ensino aprendizagem, para que estes possam atender os conteúdos previstos na estrutura curricular do curso em questão.

No ano de 2014 fiz o concurso para professor de Arte no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, para atuar nos cursos técnicos em Comércio e Serviços Públicos. Ao iniciar meu trabalho nesta instituição pude perceber que o currículo do Ensino de Arte adotado no *Campus Boa Vista Zona Oeste – CBVZO/IFRR*, contemplava três linguagens artísticas: Música, Artes Visuais e Teatro.

Em função disso, o trabalho do professor em sala de aula fica prejudicado, pois, terá que priorizar conteúdos, planejar e aplicar uma metodologia adequada para suprir as suas deficiências em consequência de conhecimentos que fogem da sua área de formação. Por isso, quando se observa a proposta curricular do Ensino de Arte desenvolvido no CBVZO/IFRR, nota-se a fragmentação desses conhecimentos nos conteúdos das três linguagens artísticas (Artes Visuais, Música e Artes Cênicas), desestabilizando a atuação do professor com conhecimentos que fogem do seu domínio da área de formação, a carga horária insuficiente para ensinar os conteúdos previstos para essas linguagens e a consciência da necessidade da presença de especialistas em Música e Teatro, aliando forças no desenvolvimento de aulas com qualidade no CBVZO.

Portanto, ao ressaltar estes dados, por meio da pesquisa, busco discutir as questões implicadas neste campo do conhecimento, sem deixar de lado os meios necessários para implementar um Ensino de Arte com qualidade.

Dessa forma, a pesquisa teve como objeto de estudo a polivalência do professor formado com a especialidade em uma habilitação das três linguagens artísticas – Música, Artes Visuais ou Teatro, exercendo a docência de forma a abranger muitas funções de acordo com a atual ementa da disciplina de Arte do CBVZO. Assumindo como problema de pesquisa: Como promover aprendizagem satisfatória da disciplina de Arte aos alunos do CBVZO se a proposta curricular é de caráter polivalente e o professor possui formação com especialidade em apenas uma das linguagens das Arte? E, para tanto, apresenta como hipótese: o professor com habilitação específica em uma das linguagens das Artes, não garante ao aluno a aprendizagem de forma

satisfatória em todas as linguagens das Artes, propostas no currículo do CBVZO.

Com isso, a pesquisa esteve orientada para compreender as questões imbricadas nas seguintes perguntas norteadoras:

- A instituição está observando as especificidades da formação do profissional, habilitado para as diferentes linguagens das Artes de forma a garantir desempenho profissional para o ensino de qualidade?
- A estrutura curricular para os cursos Técnicos de Serviços Públicos e Comércio Integrado ao Ensino Médio contempla mais de uma linguagem artística?
- Como é a atuação do professor habilitado em uma das linguagens das Artes, frente ao desafio da docência polivalente?
- O professor com uma habilitação específica é capaz de desenvolver seu trabalho de forma que garanta ao aluno aprendizagem em todas as linguagens das Artes, propostas no currículo do CBVZO?

E para trilhar os caminhos que levaram para responder à pergunta investigativa, estabeleci como objetivo geral: Analisar a ementa da disciplina de Arte dos Cursos Técnicos de Serviços Públicos e Comércio Integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR visando elaborar proposta de readequação para garantir aprendizagem satisfatória dos alunos desses Cursos. A fim de desenvolver a pesquisa para alcançar o objetivo geral, elegi como objetivos específicos:

- Verificar como a ementa da disciplina de Arte está proposta no currículo dos Cursos Técnicos de Serviços Públicos e Comércio Integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR.
- Analisar e comparar as ementas da disciplina de Arte de diversos Institutos Federais (IF) do país para verificar se a estrutura curricular é de caráter polivalente.
- Elaborar proposta de readequação da ementa o Ensino de Arte praticado no Ensino de Arte do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR.

Com essas perspectivas a pesquisa se justificou em razão do ativismo político dos Arte-educadores, juntamente com as Associações Regionais e a Federação de Arte Educadores do Brasil – FAEB, que há mais de 21 anos, o Ensino de Arte na Educação Básica tem assegurado a sua obrigatoriedade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, e deixou de ser polivalente, como preveem a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, lançados em 1998, e a “Lei nº 13.278/16 (BRASIL, 2016), que passou a considerar a Música, as Artes Visuais, o Teatro e a Dança como linguagens artísticas autônomas dentro do Ensino de Arte (RODRIGUES, 2013).

No entanto, apesar das muitas mudanças nas normativas, a polivalência ainda se faz presente em muitas instituições de ensino, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFRR, *Campus Boa Vista Zona Oeste*.

A proposta desse estudo é discutir a polivalência no enfoque do profissional que tem sua formação em Artes Visuais, porém, para atender a ementa curricular, necessita desenvolver as atividades nas três linguagens artísticas (Artes Visuais ou Artes Plásticas, Música e Teatro) no *Campus Boa Vista Zona Oeste*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (CBVZO/IFRR).

Diante desta questão, é indispensável inicialmente, em acordo com Gerhardt e Silveira (2009), indicar os procedimentos metodológicos, o tipo da pesquisa bem como as técnicas eleitas para a coleta e análise dos dados.

Com a finalidade de definir os procedimentos que respondam à pergunta investigativa e alcance do objetivo geral proposto, a pesquisa, segundo sua finalidade, se classificou como uma pesquisa de natureza aplicada uma vez que, segundo é Gil (2008), está direcionada à aquisição de conhecimentos desejando uma aplicação prática à situação pesquisada. Com este foco Vergara (2013) orienta que o fim da pesquisa aplicada é produzir conhecimento para a resolução de um problema existente, no caso desta investigação, discutir a polivalência no ensino da disciplina de Arte a fim de elaborar uma proposta que readéque os conteúdos dessa disciplina para garantir aprendizagem satisfatória aos alunos.

Com uma abordagem qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do

pesquisador com a situação estudada, procurando compreender quais desafios precisam ser transpostos para o exercício da docência diante da polivalência no ensino das Artes.

Quanto ao tipo, o estudo foi descritivo e interpretativo, ancorado na pesquisa documental, bibliográfica e de campo, a fim de aprofundar por intermédio da investigação, se a prática pedagógica do professor polivalente de Arte prejudica a qualidade desse ensino. Assim, a Dissertação está organizada da seguinte forma:

O Capítulo I apresenta a Arte Educação através de uma análise histórica, ao retratar a inserção dessa área do conhecimento no currículo da Educação brasileira.

O Capítulo II apresenta o percurso do Ensino de Arte nas escolas brasileiras, com seus avanços e retrocessos, a partir dos documentos oficiais que regem a Educação Nacional, tendo em vista fornecer subsídios que facilitem o entendimento desta questão.

O capítulo III apresenta os procedimentos metodológicos, indicando o ambiente da pesquisa, a criação do IFRR no Estado de Roraima e do *Campus Boa Vista Zona Oeste*. Para análise documental são analisados onze Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Administração, Comércio, Manutenção de Máquinas Pesadas e Serviços Públicos de onze *campi* das cinco regiões do Brasil. Para análise, foi verificada a parte da organização curricular – especificamente o ementário curricular da disciplina de Ensino de Arte desses *campi*.

No capítulo IV, apresento como foi instituído o Ensino de Arte no *Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR*, e procedo a análise das ementas de Arte dos IFs das cinco Regiões do Brasil, buscando comparações, a fim de verificar características de polivalência nesse ensino.

CAPÍTULO I

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ARTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é retratar sinteticamente três aspectos importantes que envolvem o percurso histórico do Ensino de Arte no Brasil. Como ponto de partida discorrerei sobre a Arte Educação através de uma análise histórica das diversas influências pedagógicas, socioeconômicas e políticas, para compreender como está configurado este ensino. Em um segundo momento descreverei o cenário da Arte nas escolas brasileiras com seus avanços e retrocessos, tendo em vista fornecer subsídios que facilitem o entendimento desta questão. E em terceiro, irei retratar o Ensino de Arte no contexto de uma educação profissional técnica e tecnológica desenvolvida no IFRR – *Campus Boa Vista Zona Oeste*.

1.1 ARTE EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

A história do Ensino de Arte no Brasil está fundamentada em diversas influências, tanto de aspectos filosófico pedagógico, socioeconômico, político e cultural. Desse modo, além da sua concepção pedagógica, o Ensino de Arte sempre esteve ligado a uma determinada realidade histórica, levando em conta o desenvolvimento social e produtivo, servindo de instrumento de doutrina, formação de mão de obra, status social e político.

No período colonial no Brasil, os jesuítas utilizavam-se da Arte, inicialmente como recurso pedagógico, a fim de catequizar os índios. Os jesuítas, desde sua chegada, cuidaram de instrumentalizar seu sistema educacional, no qual o objetivo principal era a conversão dos indígenas à fé católica, por meio da catequese.

Segundo a abordagem de Osinski (1998, p. 110), as primeiras escolas também tinham a função de formar os eventuais futuros sacerdotes, para dar continuidade aos trabalhos de evangelização em terras brasileiras. O plano de estudo idealizado por Manuel da Nóbrega seguia, em linhas gerais, a construção curricular do *Ratio Studiorum*, que compunham quatro cursos: o

Elementar, o de Humanidades, o de Arte e o de Teologia. No Brasil, o *Ratio Studiorum*, documento elaborado pela ordem jesuítica, foi adaptado e, no curso elementar, ensinavam-se as primeiras letras (ler, escrever e contar).

No tocante ao Ensino de Arte, os jesuítas elegiam maior importância às artes intelectuais, e a utilização da música, canto coral, teatro e o ensino do Latim, dando mais valor a elas do que às Arte e ofícios, devido ao fato que, pedagogicamente, era a melhor forma de desenvolver a catequização junto aos indígenas. No caso da música, ensinada de modo opcional, o canto orfeônico e música instrumental. Assim, o ensino da Música se intensificou, na medida em que os índios aprendiam a tocar instrumentos musicais, a cantar em coro nas cerimônias religiosas, e a dança fazia dessas representações religiosas, sendo parte integrante dessas atividades de ensino.

Para catequese indígena através do Ensino de Arte, observou-se também para uma maior funcionalidade e praticidade, até mesmo para evitar a dispersão dos nativos, inserir as igrejas no centro do aldeamento, fato que permitia um maior controle social e das práticas religiosas. Nesse cenário destinado à catequese, as festas e os rituais religiosos eram fundamentais para expressar os objetivos propostos, relacionados ao ensino da Música e encenações (OSINSKI, 1998).

Além do canto litúrgico, usado no ambiente da igreja, a música podia ser usada nesses momentos de celebração, acompanhada do teatro durante as procissões. Vale salientar que essa música precisava adaptar-se aos costumes locais, por isso, os jesuítas tinham que compor músicas na língua oficial local. Desse modo, segundo Holler (2006, p. 149): “A música na atuação dos jesuítas nas aldeias do Brasil colonial teve um caráter eminentemente prático e refletiu as características da ordem de intenso trabalho externo de assistencialismo e catequese”.

Já as Artes Plásticas não usufruíam do mesmo prestígio que a música tinha nesse período. Segundo Osinski (1998), devido à herança platônica, era considerada uma atividade menor,

[...] e seu caráter manual as colocava em posição inferior à filosofia, à literatura e mesmo à música, consideradas atividades do pensamento, e, portanto, mais valorizadas. Outro fator a ser levado em conta era a idéia de que o trabalho manual era uma prerrogativa

de escravos e pessoas socialmente inferiores, gerando dessa maneira total desinteresse por essa área (OSINSKI, 1998, p. 112).

Contudo, como no caso da Música, as Artes Plásticas eram conduzidas, principalmente às atividades religiosas e às necessidades da vida diária. Os jesuítas nas reduções portuguesas asseguravam oficinas que eram autênticas escolas práticas de Arte e ofícios, onde eram produzidos objetos de uso e consumo doméstico como: talha, escultura e pinturas. Evidenciam-se entre os artefatos produzidos, os trabalhos em cerâmica e madeira.

Assim, o ensino voltado às Artes Plásticas: pintura, escultura e arquitetura ficavam restrito aos religiosos, que se utilizavam das Artes para satisfazer as necessidades de suas ordens no aldeamento. Segundo Osinski (1998, p.112), os jesuítas necessitavam de mão de obra auxiliar, por isso, transmitiam o conhecimento básico a seus aprendizes, geralmente escravos, índios “domesticados” ou gente do povo.

Osinski (1998), ainda destaca que,

O processo didático era o imitativo, o aprendizado ocorrendo pela observação da prática. Daí as raízes populares do nosso estilo barroco, o qual se desviou de suas origens européias para assumir um caráter mais sensual, de acordo com a personalidade do povo que aqui se formava. Ao produtor de Arte não era conferido *status* de artista, mas de Artesão, um trabalhador que produzia, manualmente, um Artefato como outro qualquer (OSINSKI, 1998, pp. 112-113).

Desse modo, por meio de seu ensino e organização metodológica, os jesuítas desempenharam grande influência nas classes sociais brasileiras, dando origem inclusive ao dualismo em sua proposta educacional. Quando fizeram a separação entre o ensino da retórica (filosofia, gramática latina, ciências e humanidades voltados aos filhos da elite local) e o trabalho manual (escolas-oficinas para Artesãos), destinado aos filhos dos trabalhadores. Desse modo, temos os valores das classes dominantes (os teóricos) e aqueles criados nas camadas populares (os práticos), atribuindo uma nítida importância da primeira sobre a segunda, que, de certa forma, ainda permanece nas concepções educacionais brasileiras.

Com isso, é importante ressaltar que,

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”.

Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo (SHIGUNOV NETO & MACIEL, 2008, p. 174).

Nesse sentido, a atuação jesuítica no Brasil Colônia, por intermédio do seu projeto educacional, fez valer a sua doutrina, principalmente quando utilizou o Ensino de Arte como veículo de disseminação da fé católica.

Segundo Shigunov Neto & Maciel (2008), este projeto educacional não era apenas um projeto de catequização, mas um projeto bem mais amplo de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira. Mudanças essas que extinguiriam seus costumes e sua cultura por meio da catequização, padrões culturais e sociais dos países europeus.

A Companhia de Jesus teve suas atividades suspensas na colônia brasileira a partir de 1759, com o Decreto-lei de 3 de setembro de 1759, promulgado pelo Rei D. José I² (SHIGUNOV NETO & MACIEL, 2008, p. 187). Por consequência deste decreto-lei, este modelo de ensino e a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, junto às transformações culturais desenvolvidas neste período histórico, iriam sofrer significativas mudanças depois da expulsão dos jesuítas do Brasil por Marquês de Pombal.

Osinski (1998) ainda destaca,

[...] que Marquês de Pombal, iniciou uma reforma educacional que pretendia, além de uma renovação metodológica, contemplar também os aspectos educacionais negligenciados até então pela ação jesuítica, como as Ciências, as Artes Manuais e a Técnica (OSINSKI, 1998, p. 113).

Foi através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que o Marquês de Pombal criou as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica (SHIGUNOV NETO & MACIEL, 2008, p. 187). Além disso, esta reforma educacional também procurou enfatizar no seu currículo (já que a ação jesuítica fora insuficiente) as Ciências, a Técnica e Artes Manuais - que

²D. José I (1714-1777) nasceu em 6 de junho. Filho e sucessor de D. João V, casou-se em 1729 com D. Mariana Vitoria e teve quatro filhas (D. Maria I, D. Maria Ana, D. Maria Francisca Dorotéia e D. Maria Francisca Benedita). Teve grande colaboração e influência em seu governo do Marquês de Pombal.

resultou na introdução do Desenho no currículo do Seminário Episcopal de Olinda, fundado em 1800, por Azevedo Coutinho (BARBOSA, 2009, p.23).

Em relação ao Ensino de Arte, principalmente no que se refere ao preconceito com relação ao trabalho manual e, por extensão, às Artes Plásticas, dificultaram o avanço deste ensino. Contudo, mesmo que pouco a pouco, essas transformações contribuíram para os primeiros estágios do Ensino de Arte na Educação, pois nesse começo foi aplicado apenas no ensino do desenho, incluindo-o no currículo e criando uma aula régia de desenho e figura. Em todo caso, isso permitiu uma abertura para que se delineasse uma nova colocação para o Ensino de Arte, ou melhor, para o ensino do Desenho (BARBOSA, 2009).

Desse modo, a Reforma que Marquês de Pombal implementou, introduziu a escola pública no Brasil Colonial. Contudo, não tinha o preparo e a organização necessária em relação ao modelo jesuítico, com um currículo que deveria atender disciplinas como: filosofia, retórica, latim, matemática, música, desenho etc. Portanto, o modelo educacional implantado por Marquês de Pombal foi uma estratégia na tentativa de modernizar a sociedade, em prol do desenvolvimento econômico de Portugal, para manutenção e o seu fortalecimento.

1.1.1 Missão Artística Francesa: influência no Ensino de Arte no Brasil

Com a chegada da corte de D. João VI para o Brasil houve uma significativa mudança no cenário cultural brasileiro. No sentido de fomentar a modernidade e o desenvolvimento cultural da Colônia, D. João VI mandou vir de Paris a Missão Artística Francesa, composta por artistas que dominavam a escola neoclássica.

A Missão Artística Francesa gradualmente estabeleceu novos padrões da Arte europeia, ocultando as primeiras tendências nativas de Arte, trazidas pelas diversas ordens religiosas. Dessa forma, a estética de caráter emocional e dramática do barroco brasileiro foi substituída pelo academicismo neoclássico, causando assim, um abandono de uma temática popular que se reflete comumente nas visões da atividade artística como ócio, acessório ou atividade desnecessária destinada a alguns.

Os iniciadores da Academia Imperial de Belas-Artes no Brasil, responsáveis pelos primeiros alicerces do Ensino de Arte superior, eram franceses, tendo como líder do grupo Joachim Lebreton (BARBOSA 2009, p.16). Para o Brasil, esta transição abrupta entre o estilo barroco-rococó para o neoclássico deixou marcas profundas, principalmente porque o barroco é considerado popular, já o neoclássico, ensino executado na academia por intermédio dos rigorosos cânones, conferia, certamente, o caráter erudito à Arte. Barbosa ainda destaca que,

As novas manifestações neoclássicas, implantadas como que “por decreto”, iriam encontrar eco apenas na burguesia, camada intermediária entre a classe dominante e a popular, e que via na aliança com um grupo de artistas da importância dos franceses, “operando por força do aparelho oficial de transmissão sistemática da cultura”, uma forma de ascensão, de classificação. O neoclássico, que na França era Arte da burguesia antiaristocratizante foi no Brasil Arte da burguesia a serviço dos ideais da aristocracia, a serviço do sistema monárquico (BARBOSA, 2009, pp.19-20).

Entretanto, mesmo depois da implantação do modelo de ensino nos moldes neoclássicos na Academia, os resultados foram pouco abrangentes na sociedade. Este processo de interrupção de uma tradição da Arte colonial, que já era uma Arte brasileira popular, seguindo os moldes do barroco-rococó, acentuou o distanciamento entre a massa e a Arte. Barbosa contribui, destacando que,

Afastando-se a Arte do contacto popular, reservando-a para *thehappyfew*³ e os talentosos, concorria-se, assim, para alimentar um dos preconceitos contra a Arte até hoje acentuada em nossa sociedade, a idéia de Arte como atividade supérflua, um babado, um acessório da cultura (BARBOSA, 2009, p.20).

O projeto de Lebreton, repetia os mais atuais modelos de ensino de atividades artísticas ligadas a ofícios mecânicos empregados na França por Bachelier em sua *École Royale Gratuite de Dessin*, que existe até hoje com o nome de *École Nationale des Arts Décoratifs*. Nesse sentido, Barbosa acrescenta que o,

Exemplo típico da reação às atividades manuais, mecânicas e técnicas, foi o episódio que envolveu a Missão Francesa, a qual para cá viera a fim de organizar a Escola Real de Ciências, Arte e Ofícios, baseada no plano de Lebreton, de objetivos primordialmente técnicos e, seguindo os moldes da experiência parisiense de Bachelier, voltada para o ensino dos ofícios artísticos e mecânicos (BARBOSA, 2009, p.25).

³ Os poucos privilegiados.

Entretanto, a união entre as Belas-Artes e as indústrias, que Lebreton pretendia implantar no Brasil, tinha o propósito que a escola de Arte, enquanto instituição pública de ensino, não perderia de vista a paridade entre a educação popular e a educação voltada para a burguesia. Contudo, quando a escola começou a funcionar em 1826, sob o nome de Academia Imperial das Belas-Artes (BARBOSA, 2009, p.17), tornou-se um local de hegemonia de uma elite cultural que se instruía para mobilizar a ostentação da corte, impossibilitando, dessa forma, o acesso das camadas populares ao Ensino de Arte.

1.1.2 Araújo Porto Alegre e sua Reforma no Ensino de Arte

Em 1855, Manuel José de Araújo Porto Alegre (1806-1879), baseado no ideário romântico, pretendeu estabelecer uma ligação entre educação elitista que vinha tendo lugar na então denominada Academia Imperial das Belas-Artes (AIBA), criada em 1826 (BARBOSA, 2009, p.28).

Porto Alegre planejava com sua reforma, promover um encontro entre duas classes distintas de alunos; o artista, geralmente com formação elitista, apto a contribuir com suas pinturas nos moldes neoclássicos, monumentos e projetos arquitetônicos. Do outro lado, temos uma formação técnica, destinada aos futuros artífices e operários do Brasil. Em vista disso, Squeff (2000) salienta em seu artigo, 'A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes' que apesar da reforma ter trazido alguns progressos técnicos, porém, acentuou ainda mais o dualismo do Ensino de Arte na Academia. Por isso,

[...] se enfatizavam o ensino prático, os novos estatutos pontuavam por demarcar as diferenças entre os dois tipos de aluno da ⁴Aiba. Delimitavam com minúcia o tempo de estudos para os artífices, os exames de conclusão do curso, a distribuição de atestados e diplomas especiais. Esclareciam até mesmo que haveria um livro de chamada separado para cada grupo, e no destinado aos alunos-artífices “se declarará a profissão que seguem, para que os professores o saibam e possam dirigir seus estudos convenientemente”. Além disso, “estes alunos deverão ser apresentados por um mestre aprovado pela Academia, o qual certificará o ramo da Arte a que se dedicam”. Não se aventava, como observou Rafael Denis, a possibilidade de o aluno artífice frequentar os cursos destinados às belas Arte (Denis 1997). Tratava-se, assim,

⁴ Academia Imperial de Belas-Artes

de preservar distâncias e hierarquias entre artífices e artistas (SQUEFF, 2000, pp. 112-113).

Desse modo, a reforma proposta por Porto Alegre não logrou bons resultados, pois, na Academia já estavam enraizados os velhos métodos, cujos padrões exigidos nos cursos primavam por uma linguagem sofisticada, aliado a uma inteligência privilegiada, que não é o caso dos alunos que vinham geralmente de famílias pobres, dispendo de pouca ou quase nenhuma base escolar. Nesse sentido, para facilitar a procura pelos cursos na formação de Artesão, foi criado um currículo mais simplificado, como destaca Barbosa,

Nestes últimos, a simplificação curricular era quase pejorativa. Em ambos os casos a inclusão da formação do artífice naquela instituição era uma espécie de concessão da elite à classe obreira e por isso destinada ao fracasso (BARBOSA, 2009, p.29).

Diante do exposto, raramente se questionou o modelo de Ensino de Arte da AIBA, que serviu em parte de norma utilizada nas escolas secundárias particulares para jovens, na qual imperava o ensino de cópias de retratos de pessoas que faziam poses, de santos ou imagens de santos, estampas e paisagens europeias.

Entretanto, com a criação do Liceu de Arte e Ofícios do Rio de Janeiro em 1856, por iniciativa do arquiteto Francisco Joaquim Béthencourt da Silva (1831-1911), que tinha o objetivo de difundir o ensino das Belas-Artes aplicadas aos ofícios e indústrias, ganhou a confiança das classes menos favorecidas. Já no primeiro ano de funcionamento recebeu muitas matrículas. A partir daí o Liceu serviu de modelo para criação em diversos estados, tendo a tarefa de formar os artífices, artistas que procediam das classes populares.

1.1.3 O Liberalismo e os ideais de Rui Barbosa para o Ensino de Arte

Por volta de 1870, influenciados pelo surto industrial e fortalecimento econômico de grandes nações da Europa e América do Norte, alguns liberais brasileiros defenderam a ideia que a Arte na escola, voltada para uma educação popular, principalmente o ensino do Desenho, poderia contribuir bastante para a formação dos futuros operários. O Ensino de Arte deveria cumprir um papel importante, na recente redenção econômica dos países que

ascendiam para o desenvolvimento industrial, relacionado à qualificação profissional dos seus cidadãos.

Barbosa (2009) ainda destaca que o vertiginoso progresso industrial dos Estados Unidos da América - EUA,

[...] foi atribuído à precoce iniciação da juventude americana no estudo do Desenho e à boa organização naquele país do Ensino de Arte aplicada à indústria, o qual passou a ser divulgado no Brasil através de ⁵*O Novo Mundo*, que já vinha dando especial destaque à atuação de Walter Smith para o progresso do Estado de Massachusetts e que publicou um número especial sobre a Centennial Exhibition, e com frequência veiculava notícias sobre o progresso do ensino artístico industrial nos EUA e em países europeus (BARBOSA, 2009, pp.39-40).

Alguns intelectuais e políticos brasileiros, em particular os liberais, procuravam um meio de unir a criação artística e técnica. Desse modo, buscaram reproduzir os modelos de Walter Smith para o Ensino de Arte nos Estados Unidos, e passaram a disseminar essas ideias no Brasil. Dentre seus principais divulgadores estavam o jornal *O Novo Mundo* e Rui Barbosa, nos seus Pareceres sobre a reforma do ensino primário e secundário (BARBOSA, 1946).

Rui Barbosa, formado em Direito pela Universidade de São Paulo, é considerado um dos mais importantes expoentes do pensamento liberal no Brasil. Portanto, participou da burocracia Imperial, exercendo as funções de Deputado, quando elaborou um projeto para industrializar o Brasil, para revitalizar a educação brasileira. Amaral (2016) ainda destaca que “Barbosa, embora fosse um político, utilizou a Educação como o alicerce de sua proposta de industrialização. Foi a partir de seus pareceres sobre a ‘Reforma do Ensino Primário’ e a ‘Reforma do Secundário e Superior que sua proposta ganhou corpo (AMARAL, 2014, p. 49).

No seu projeto pedagógico, o Desenho tinha um lugar de destaque no currículo secundário e principalmente no primário (BARBOSA, 2009, p 44). Assim, para Rui Barbosa o estudo do desenho ou Ensino de Arte, principalmente através do desenho geométrico, era a base indispensável para quaisquer aprendizagens artísticas e industriais.

⁵Novo Mundo - Tratava-se de um jornal publicado por José Carlos Rodrigues, em Nova York (1872-1889) e escrito em português.

Para Rui Barbosa, sua política constituída no ideal liberal tinha por finalidade enriquecer economicamente o Brasil, e isto só seria possível através das transformações industriais, e uma educação voltada para técnica. Desse modo, o ensino do desenho ganhava destaque nesse cenário de desenvolvimento. Nesse sentido, Barbosa (2009) salienta que,

Para ele, a educação artística seria uma das bases mais sólidas para a educação popular, e sua introdução na escola pública americana, principalmente através do desenho geométrico, já demonstrara enorme sucesso, através dos bem desenhados produtos americanos apresentados na Centennial Exhibition (BARBOSA, 2009, p 45).

Desse modo Rui Barbosa, seguindo o modelo implantado por Walter Smith nos EUA, em relação ao ensino do desenho, justifica suas ideias pedagógicas como pilar para o progresso industrial e econômico. Rui Barbosa ainda destaca a qualidade das escolas Inglesa e alemã de Desenho, nos seus sucessos, na elaboração de produtos industriais.

Por certo, Rui Barbosa foi influenciado por muitos autores, ora por corrente iluminista, fundada nos princípios liberais e cientificista da época: lógica, razão, natureza, progresso e indústria. Assim, esses conhecimentos foram, em princípio, capazes de levar o homem a caminhar alicerçado em uma experiência real empírica, pois a capacidade de observação e criação através da técnica perfeita do ensino do desenho poderia levar o homem ao desenvolvimento industrial econômico e científico.

1.2 O POSITIVISMO E O ENSINO DE ARTE: ENFIM CHEGOU À REPÚBLICA

O positivismo teve como principal articulador e defensor do movimento republicano, Benjamin Constant, político, militar e professor, nascido no Estado do Rio de Janeiro. Ele e inúmeros adeptos ao positivismo viram na educação um campo estratégico para a efetivação dessas mudanças. O ensino do desenho e a ciência passaram a ser vistos como peças fundamentais para essa transformação.

Com o final do Império e o advento da República, o nosso país passou por diversas reformas educacionais, influenciadas por ideologias racionalistas, positivistas, liberalistas e progressistas.

Com o início da República, os positivistas que tinham um pensamento filosófico distinto em relação aos liberais, promoveram uma série de reformas, com a pretensão de consolidar o novo regime. As amplas reformas deveriam promover mudanças nas instituições: militar, religiosa, política e educacional.

No instituído governo provisório da república, coube a Benjamim Constant, como ministro do recém-criado Ministério da Instrução, Correio e Telégrafos, elaborar a primeira reforma educacional republicana, a denominada Reforma Benjamim Constant, aprovada em 22 de novembro de 1890, pelo Decreto-Lei nº 1075, que atingiu todas as instituições de ensino (BARBOSA, 2009, p. 66).

A Reforma Educacional apoiada nos ideais positivistas dava relevância ao estudo do desenho, particularmente o geométrico. No entanto, para o liberalismo a preocupação era preparar os jovens para o mundo do trabalho, enquanto o positivismo via no desenho um meio de educar a mente e desenvolver a inteligência. Neste sentido, Barbosa (2009) destaca um ponto de convergência nestas duas correntes, pois, ambas concebiam

O desenho com a conotação de preparação para a linguagem científica era a interpretação veiculada pelos positivistas; o desenho como linguagem técnica, a concepção dos liberais. [...] Para os positivistas era um meio de racionalização da emoção e, para os liberais, um meio de libertar a inventividade dos entraves da ignorância das normas básicas de construção. (BARBOSA, 1978, pp. 80-81).

Augusto Comte, criador da filosofia positiva e grande influenciador de sua teoria para os positivistas brasileiros, “valorizava as funções humanizantes da Arte e conciliava a conexão entre o gênio estético e o gênio científico” (BARBOSA, 2009, p. 67).

Desse modo, os ideais propagados por Augusto Comte, por intermédio de sua filosofia sociológica, influenciaram significativamente os nossos positivistas, atribuindo ao Ensino de Arte e Desenho Geométrico a função de educar o povo brasileiro, instrumento pelo qual se atingiria o progresso social e político. Logo, eles acreditavam que essas transformações só seriam obtidas

por meio do desenvolvimento intelectual, fazendo assim, frente à crise moral apontada como reflexo da crise intelectual.

Para difundir estes ideais, a proposta era que o desenho fosse ensinado em todas as escolas brasileiras e as aulas fossem trabalhadas por professores instruídos anteriormente por estudantes de Pintura e Escultura. Esses pintores e escultores, entretanto, não proviriam da Academia de Belas Artes, mas de ateliês livres, onde, segundo acreditavam, aconteceria uma formação mais completa (OSINSKI, 1998, p. 113).

Desta maneira, o projeto dos positivistas no Brasil para o ensino artístico superior era a extinção da Escola Nacional de Belas Artes⁶ e a reorganização completa do Ensino de Arte mediante o retorno de um sistema imitativo do desenho. Mesmo não conseguindo seu intento, acabaram por lhe inserir “aquele sentido de ordem e disciplina que lhes era tão caro, contribuindo assim para a acentuação do imobilismo e para a sacralização dos aspectos passageiros” (BARBOSA, 1978, p. 67).

Apesar disso, o projeto final da reforma para o ensino de desenho encontrava-se associado às aritméticas, sendo ambas disciplinas de requisito obrigatório para o ensino da Geometria. A contribuição do Ensino de Arte (desenho) tinha a função de fornecer auxílio aos estudos das ciências, que não condiz com o as ideias de Augusto Comte.

Assim, tendo como principal objetivo romper com o individualismo em favor dos valores humanizantes sociais que a Arte poderia propiciar, o positivismo procurou no Brasil, realizar suas propostas através de uma estética mais realista, aliado a uma formação científica, tornando assim, o homem capaz de pensar melhor e organizar sua vida social.

Isto posto, o positivismo enquanto corrente ideológica influenciou decisivamente a educação brasileira e o ensino de Arte, preparando assim, um terreno fértil para os futuros avanços dos ideais da Tendência-Liberal, a qual vamos abordar a seguir.

1.3 TENDÊNCIA IDEALISTA-LIBERAL E O ENSINO DE ARTE

⁶A Escola Nacional de Belas Artes, atual Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, foi chamada primeiramente de Escola Real das Ciências, Arte e Ofícios (1816) e, posteriormente, Academia Imperial de Belas Artes (1826). Este nome de Escola Nacional de Belas Artes, adotado em 8 de novembro de 1890, foi necessário em razão de um contexto de mudanças em que o Brasil estava inserido.

A influência que a Tendência Liberal causou em muitos educadores tem o seu reflexo até o dia de hoje. Para esses educadores, a educação escolar é capaz unicamente de garantir a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As teorias da educação que defendem esse posicionamento são denominadas de pouco críticas quanto a sua influência no equilíbrio social. Fazem parte desse grupo as seguintes pedagogias: pedagogia tradicional, pedagogia nova e tecnicista.

1.3.1 A Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional foi introduzida no Brasil no Ensino de Arte no início do século XIX, e tem seus reflexos até os nossos dias, carregando uma concepção idealista de educação.

A ideia de uma educação através do Ensino de Arte nesta pedagogia, deveria revelar valores construídos por intermédio de um capital produtivo, preparando assim os indivíduos de ferramentas e conhecimentos para produzir Artefatos. No Ensino de Arte a pedagogia tradicional se relaciona à teoria estética mimética. Tem como princípio metodológico a mimese e a gradação das dificuldades para a obtenção da perfeição tanto das formas como da agilidade para executar tais formas.

Na pedagogia tradicional, observa-se um estudo centrado basicamente no desenho e a partir dos anos 1950 passam a fazer parte do currículo, as matérias de música e canto orfeônico. Nessa pedagogia é importante destacar que:

[...] o processo de aquisição do conhecimento é proposto através de elaborações intelectuais e com base nos modelos de pensamento desenvolvidos pelos adultos, tais ideias reduzem-se a um ensino mecanizado, desvinculado dos aspectos do cotidiano, e com ênfase exclusivamente no professor (FUSARI & FERRAZ, 2010, p. 25).

Neste período histórico o ensino do desenho geométrico era o mais frequente, pautado em uma ideologia positivista, tendo o fazer técnico e científico, uma preocupação fundamental no produto do trabalho escolar. Segundo Osinski (1998), o desenho no ensino artístico tinha a função de treinar tecnicamente a criança com um sentido mais utilitarista:

O desenho era visto, segundo algumas correntes, como o positivismo de Augusto Comte, como um meio eficaz de desenvolver a mente para o pensamento científico, atuando também, de acordo com teóricos liberais como Spencer e Walter Smith, como um importante instrumento auxiliar na preparação de mão de obra para a produção industrial (OSINSKI, 1998, p. 63).

Desse modo, além do caráter utilitarista da Arte em servir de base para alguns conceitos da própria Matemática, tinha como propósito a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho. Neste período, já se nota a polivalência desse profissional, pois, além do canto orfeônico, toda vez que houvesse uma festividade ou comemoração na escola, o professor tinha que trabalhar com Teatro e Dança.

Como se observa, a trajetória histórica desses conhecimentos tinha uma finalidade no cenário cultural da época: aparelhar o mundo em função do trabalho, em uma sociedade que se preparava para a modernidade. Todavia, o modelo reprodutivista cumpre o papel de manter a divisão social existente e potencializa as velhas dicotomias entre Belas Artes e o produto Artesanal, as diferenças entre as Artes liberais e as Artes mecânicas, Arte aristocrática ou culta e Arte produzida pelo povo.

1.3.2 A influência da pedagogia escolanovista no Ensino de Arte

A Pedagogia Nova, também conhecida como Escolanovismo, tem suas origens na Europa e Estados Unidos no final do século XIX. Autores como John Dewey, Herbert Read e Viktor Lowenfeld influenciaram nas concepções pedagógicas de Arte-educadores brasileiros. No Brasil, o movimento apareceu por volta de 1930, contrapondo-se à pedagogia tradicional, por acreditar que a educação deve valorizar a interação do estudante com o meio social-ambiental. O ensino e a aprendizagem deverão estar centrados na figura do aluno, para assim desenvolver as experiências cognitivas, num “aprender fazendo”, livre-expressão dando ênfase à criatividade.

Esta teoria de Arte influenciada pela Escola Nova tem base na psicologia cognitiva e gestáltica, prática estética de ruptura com as cópias de modelos, valorizando, assim, experiências individuais de percepção, de integração de um entendimento sensível do meio ambiente.

Nesse sentido, Fusari e Ferraz (2010, p. 34) ressaltam:

O princípio mais adotado por Dewey é, portanto, o da função educativa da experiência, cujo centro não é nem a matéria a ensinar, nem o professor, mas sim o aluno em crescimento ativo, progressivo. Esses trabalhos sintetizam suas preocupações com a importância da educação para a sociedade e para democracia, e enfatizam uma pedagogia mais pragmática e experimental.

Este modelo de educação aparece no Brasil em um momento de crises e lutas políticas, econômicas, culturais, mas ainda não pensa em uma educação emancipadora. Este período deu início ao lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, tendo como signatários Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, dentre outros.

No Brasil, foi Augusto Rodrigues quem principiou a divulgação do movimento Arte-Educação depois de manter contatos com Herbert Read e criar no Rio de Janeiro, em 1948, a Escolinha de Arte do Brasil (FUSARI e FERRAZ 2010).

1.3.3 A Tendência Tecnicista: o Ensino de Arte e o caráter polivalente

A partir dos anos 70, com esse discurso de melhorar a eficiência da escola brasileira, na proposta pedagógica tecnicista aparecem os primeiros ensaios de uma pedagogia relacionada às competências de caráter polivalente. Para Perrenoud (2000)

[...] o exercício da competência passa por operações mentais complexas, subentendidas por esquemas de pensamento que permitem determinar (mais ou menos consciente e rapidamente) e realizar (de modo mais ou menos eficaz) uma ação relativamente adaptada à situação; - as competências profissionais constroem-se, em formação, mas também ao sabor da navegação diária de um professor, de uma situação de trabalho a outra (PERRENOUD, 2000, p. 15).

Quando Perrenoud (2000) menciona no seu texto “dez novas competências para ensinar”, ele afirma que competências se constroem na formação diária do conhecer-fazer, e substancia o saber-conhecer e saber-fazer num ato mais reflexivo. Todavia, em um sentido mais amplo, este conhecer-fazer reflexivo vai de encontro à formação do professor de Artes Visuais do *Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR*, que não domina os conhecimentos das outras linguagens artísticas.

Ramos (2006) ainda acrescenta:

No plano pedagógico testemunham-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. Essas competências devem ser definidas com referência às situações que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar (RAMOS, 2006, p. 221).

O ensino que tinha como foco o aluno, agora volta-se para valorização do processo educacional (SAVIANI, 2012), como meio de melhorar a organização escolar e preparar a mão de obra para os postos de trabalho. O professor e o aluno são vistos como elementos secundários. Deste modo, Fusari e Ferraz destacam:

Na escola de tendência tecnicista, os elementos curriculares essenciais [...] apresentam-se interligados. No entanto, o que está em destaque é a própria organização racional, mecânica, desses elementos curriculares que são explicitados em documentos, [...]. Tudo isso visando estabelecer mudanças nos comportamentos dos alunos que, ao “saírem” do curso, devem corresponder aos objetivos preestabelecidos pelo professor, em sintonia com os interesses da sociedade industrial (FUSARI e FERRAZ, 2010, p. 39).

Com o tecnicismo nos anos 70, é assinada a Lei nº 5692/71, que tornou o Ensino de Arte “obrigatório” com a denominação de Educação Artística, cujas atividades poderiam muito bem desempenhar funções múltiplas no ambiente escolar. A exemplo: preparar a ornamentação da escola para festividades e datas comemorativas; ensaiar os alunos, tanto musicalmente e cenicamente para apresentações festivas; servir de apoio pedagógico para as disciplinas “importantes” do currículo escolar.

Os conteúdos da Arte, que seriam importantes para aprendizagem dos alunos, deixam de ser desenvolvidos. Nesta perspectiva, Magalhães (*apud* Barbosa, 2003) contribui:

Assim, verifica-se que desde a obrigatoriedade da Educação Artística no currículo escolar, os professores de Arte, em sua atuação pedagógica, preocupam-se, principalmente, com a pulverização dos conhecimentos artísticos-estéticos. A história do Ensino de Arte, em nosso país, revela-se muito bem os caminhos superficiais na relação teoria/prática na área. E o tratamento dado aos componentes curriculares previstos, no artigo 7º da Lei nº 5.692/71, ainda permanece evidenciado nas interpretações atuais, conforme preconiza o Parecer nº 540/77 que diz: “é certo que as escolas deverão contar com professores de educação artística, preferencialmente polivalentes no primeiro grau. Mas o trabalho deve-se desenvolver sempre que possível por atividades sem qualquer preocupação seletiva” (grifos da autora) (MAGALHÃES, *apud* BARBOSA 2003, p. 162).

Segundo Fusari e Ferraz (2018), a tendência tecnicista revela-se então, principalmente a partir de 1960/1970 no Brasil, adotando as mudanças ocorridas na sociedade industrial e tecnológica com o intuito de alcançar as propostas econômicas, sociais e políticas dessa época.

Os anos 70 são marcados pelo discurso de melhorar a eficiência da escola brasileira, como resposta a uma indústria em plena expansão. Nesta proposta pedagógica aparecem os primeiros ensaios para uma pedagogia relacionada às competências, onde “A ideia que se difunde quanto à apropriação da noção de competências pela escola é que ela seria capaz de permitir o encontro entre formação e emprego” (RAMOS, 2006, p. 221).

Em 1973, por intermédio do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 1.284/73 (BRASIL, 1973), foram criados os primeiros cursos universitários de Licenciatura Curta em Educação Artística, com duração de 2 anos. Nesse curso os acadêmicos teriam que dominar as quatro linguagens artísticas, habilitando-os a lecionar: Música, Artes Visuais, Dança e Teatro. Entretanto, essas licenciaturas curtas, desenvolvidas de forma “aligeirada”, não habilitavam satisfatoriamente os professores para o domínio dos conhecimentos específicos destas linguagens.

Esse Parecer do CNE estabeleceu mudanças significativas no Ensino de Arte, desconsiderando a Arte como área de conhecimento. Fusari e Ferraz afirmam:

Desde a sua implantação, observa-se que a Educação Artística é tratada de modo indefinido, o que fica patente na redação de um dos documentos explicativos da lei, ou seja, o Parecer nº. 540/77: “não é uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos fixos, flutuando ao sabor das tendências e dos interesses”. Ainda no mesmo parecer fala-se na importância do “processo” de trabalho e estimulação da livre expressão (FUSARI e FERRAZ, 2010, pp. 39-40).

Este parecer, de certo modo, tinha o objetivo de um dever legal e burocrático a ser cumprido, pois não considerava a Educação Artística como área de conhecimento e determinava que várias disciplinas, inclusive a Arte, fossem vistas somente como “atividades e áreas de estudos, que é uma forma de diluir os conteúdos da aprendizagem das camadas populares” (SAVIANI, 2012).

Por isso, o elemento principal para o Tendência Tecnicista é o sistema técnico de organização da aula e do curso: voltados para uma visão mais

mecanicista. Os professores elaboravam seus planejamentos e planos de aulas alinhados somente nos objetivos que eram operacionalizados de forma detalhada. Pelo não conhecimento de obras teóricas mais fundamentadas, muitos professores valorizavam livros didáticos que nos anos 70/80 estavam no ápice mercadológico, apesar de não ter uma boa qualidade nos fundamentos do conhecimento artístico.

1.4 TENDÊNCIA REALISTA-PROGRESSISTA: NOVAS ABORDAGENS TEÓRICAS PARA O ENSINO DE ARTE

Segundo Libâneo (1985), a tendência progressista manifesta-se nos movimentos pedagógicos que apontam para uma análise crítica das realidades sociais e uma educação conscientizadora. Desde os anos 1960, educadores, preocupados com o rumo da educação brasileira, começaram a contribuir com seus estudos voltados na construção de uma escola pública, pensando na melhoria das práticas sociais.

De acordo com essa tendência, numa visão do processo histórico, seguem as pedagogias: Libertadora, libertária e histórico-crítica ou crítico-social dos conteúdos. Entre os principais educadores progressistas estão: Paulo Freire, Michel Lobrot, Freinet, Mauricio Tragtenberg, Miguel Arroyo, Libâneo e Dermeval Saviani.

Em vista disso, somente na década de 80, através dos diversos movimentos dos Arte-Educadores do Brasil, influenciados por educadores norte-americanos pela nova abordagem, o *Discipline Based Art Education-DBAE*, (Arte Educação como disciplina), a Abordagem Multipropósito de Robert Saunders e *Image Watching* (análise da imagem) de Robert William Ott, o Ensino de Arte vai tomar outro rumo. Um dos encaminhamentos foi a proposta pedagógica desenvolvida por Ana Mae Barbosa: o fazer artístico, a apreciação da obra de Arte e sua contextualização histórica, oriundas da Proposta Triangular que sofreu influências dessas abordagens.

Após descrevermos e refletirmos sobre o contexto histórico do ensino de Arte no Brasil, no qual salientamos claramente o dualismo na proposta educacional deste ensino que está longe de ser o ideal para uma aprendizagem de qualidade, buscamos também apontar a influência que o

ensino da Arte sofreu com as Pedagogias Liberal e Progressista. No capítulo II, vamos analisar os documentos que nortearam este tipo de ensino e nos debruçar nas questões que envolvem a formação do docente de Arte e sinalizar a situação atual do ensino de Arte.

CAPÍTULO II

2 OS DOCUMENTOS NORMATIVOS E O ENSINO DE ARTE NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 90 ATÉ A ATUALIDADE

A fim de compreendermos a questão da polivalência do Ensino de Arte, como está posto na ementa curricular do Ensino de Arte do CBVZO, faremos uma contextualização histórica a partir dos anos 90, apresentando alguns destaques aos documentos normativos, precisamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 5692/71, no auge da Tendência Tecnicista e os avanços deste ensino com a LDB nº 9394/96, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte - PCNs (1998) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.1 OS DOCUMENTOS OFICIAIS PARA UMA POLÍTICA DE ENSINO DE ARTE

Na década de 90, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte - PCNs (1998), a designação “Educação Artística” é substituída por “Ensino de Arte”. Com base nessa lei, a Arte obteve destaque: de mera atividade se equiparou as outras disciplinas, com a designação de Arte e tornou-se obrigatória na Educação Básica.

Apesar de alguns avanços quanto à formação destes profissionais, pois a orientação agora é especializar esses professores em umas das quatro linguagens artísticas. O grande problema encontrado nos PCNs/Arte, nas suas referidas competências/habilidades, que procura integrar esses conhecimentos, é a necessidade que o professor seja polivalente, que domine conteúdos de Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, que seria inconsistente com o atual panorama do Ensino de Arte no século XXI.

Esta mudança de nomenclatura já representa um pequeno avanço, quanto à formação destes profissionais: a orientação agora é, especializar esses professores em uma das quatro linguagens artísticas. (REPETIDO) Porém, o grande problema encontrado nos PCN/Arte é conceber a Arte como um único componente curricular, em detrimento das diversas linguagens que a

compõem, não deixando claro quais profissionais irão atuar para desenvolver esses conhecimentos.

O próprio PCN/Arte destaca: pensar sobre Arte e aprender a fazer Arte requerem experiências organizadas de forma sistemática (BRASIL, 2000). Logo, esses conhecimentos tão específicos destas linguagens são imprescindíveis para a aprendizagem dos alunos. Diante desse quadro, de acordo com Nunes (2007), a polivalência ainda está intensamente presente, pois:

[...] as interpretações e compreensões da lei, que na sua origem se desvirtuaram e pode-se dizer hoje, que a nomenclatura Ensino de Arte se tornou um problema porque não deixa com clareza sua concepção na Lei e inclusive nos demais documentos oficiais (PCN-Arte E PCNEM-Arte) abrindo múltiplas interpretações, marcadas por uma flexibilização, que demarca e sugere algumas diretrizes e alguns parâmetros abertos, mas por outro lado, de orientação política estrutural e conjuntural limitadas (NUNES, 2007, p. 7).

Desse modo, constata-se que tanto a LDB nº 9.394/96 quanto os PCNs não deixam claro como a disciplina de Arte deve ser desenvolvida no currículo escolar. Os PCNs/Arte, nos seus documentos como estão expostos, indicam que o professor deverá trabalhar com todas as linguagens artísticas, não mencionando, se há um especialista para desenvolver uma das linguagens. Reforçando essa questão podemos citar:

Neste documento, explicitamos os conceitos estruturantes da área que perpassam a disciplina [...]. Tal conceito tanto pode ser estudado na **disciplina Arte**, em suas diferentes modalidades (artes visuais e audiovisuais, dança, música, teatro), como pode integrar projetos interdisciplinares (BRASIL, 2002, p. 194, grifo do autor)

Por outro lado, essa flexibilidade presente na LDB nº 9.394/96 e PCN-Arte acaba permitindo que cada sistema de ensino, ou escola, escolham as modalidades artísticas a serem trabalhadas no currículo, ora favorecendo a Música, Artes Visuais ou todas as linguagens em um mesmo currículo. Nesta perspectiva, a respeito da contratação de professores das áreas específicas, só é possível pela herança deixada na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), que criou a disciplina de Arte, na época denominada Educação Artística (ALVARENGA, 2018), que concebeu as diretrizes dos PPCs dos cursos universitários (licenciatura curta e

plena), uma formação de professores de Arte generalista, na qual podiam exercer a docência com as quatro linguagens artísticas. Ora também reforçado pela Tendência Tecnicista, que teve como objetivo primordial desenvolver uma educação mais eficiente para preparar indivíduos mais competentes e produtivos para o mercado de trabalho, reforçando assim, a lógica neoliberal e capitalista.

A fim de entendermos essa lógica neoliberal, podemos destacar que economicamente, pensando em uma estrutura política de governo, criar três ou quatro cargos públicos para atender as quatro linguagens artísticas é inviável nesse cenário. Em vista disso, para a instituição escolar é preferível manter no seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC, o caráter polivalente do Ensino de Arte, atribuindo assim, a responsabilidade para um professor desenvolver os conhecimentos dessas linguagens.

2.2 SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesta parte do capítulo, abordaremos o papel que o Ensino de Arte (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) para o Ensino Médio adquiriu tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-Arte, 1998) quanto na Base Nacional Comum Curricular Comum (BNCC), em sua terceira versão, elaborada em 2017, bem como a importância da formação do professor de Arte, a fim de sinalizar a situação atual do Ensino de Arte na Educação Básica.

Metodologicamente, na primeira parte do texto discutiremos as contribuições que a BNCC trouxe para o Ensino de Arte com ênfase no Ensino Médio, e se deixa claro tanto para os sistemas de ensino, escola e professores como trabalhar as quatro linguagens (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) sem perder a qualidade e particularidade deste ensino. Na segunda parte, faremos uma exposição sobre a importância da formação docente, levantando algumas questões a respeito da polivalência na prática deste profissional.

2.2.1 BNCC: questões e desafios para valorização do Ensino de Arte

Apesar dos muitos avanços no Ensino de Arte, por meio da Lei 9394/96, PCN-Arte Ensino Médio (1998), e da Lei nº 13.278/16 (BRASIL, 2016), uma vez que esta lei “especifica as linguagens artísticas e que deve haver a [...]

necessária e adequada formação de professores”. Assim, “haverá respaldo legal para professores lecionarem o que de fato aprenderam em sua graduação” (ALVARENGA; SILVA, 2018, p. 1014). Contudo, o Governo Federal, por intermédio da proposta de Reforma do Ensino Médio, convertido na Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), incluiu o artigo 35-A, referente à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, no qual sanciona: “§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente **estudos e práticas** de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”. Neste sentido, Ramaldes (2017) demonstra preocupação, quando afirma que

Neste artigo a Lei afirma claramente que a Base Nacional Comum Curricular incluirá o Ensino de Arte obrigatoriamente como estudo e prática, o que é preocupante, de certo modo, pois deixa lacunas para a interpretação de que o Ensino de Arte possa voltar a ser uma atividade simplista no currículo do ensino médio, podendo, inclusive, ser ministrada por profissionais que não são licenciados em Arte. Além disso, pode haver um retrocesso maior se a interpretação da lei tender para o viés de que a Arte pode ser apenas parte do conteúdo de outras disciplinas, como por exemplo, da Literatura (RAMALDES, 2017, p. 75).

Porém, na terceira versão da BNCC elaborada em 2017, o componente curricular Arte perde a sua dimensão de Área de conhecimento específico, tornando-se subordinada à Área de Linguagens. No texto da BNCC, verifica-se o foco em práticas expressivas, muitas vezes isoladas e individualizadas, com ênfase no fazer e no fruir, ignorando as dimensões crítica, estética e conceitual da Arte.

Para o Ensino de Arte, a construção de uma base curricular significativa de seus itinerários formativos, ainda suscita inúmeras discussões, debates em torno de uma proposta que traga ao estudante um Ensino de Arte que esteja coerente com a realidade social, econômica e local do estudante.

Bessa-Oliveira (2018) ressalta, no seu artigo sobre a BNCC, nos conduzindo aos desafios para a construção de uma base curricular que atenda as características sociais e culturais diferentes no país:

Igualmente, como postula o próprio nome do documento – Base –, onde a ideia é dar a mesma formação para todas as situações culturais e sociais diferentes no país, poderemos ter ou não um ensino equilibrado e não privilegiado de acordo com essas mesmas situações culturais e sociais. Também é importante dizer que podemos ter um Ensino de Arte, por exemplo, com perspectivas políticas diferentes de acordo com a situação cultural e social das escolas. Pois, ainda que não tenha observado antes, a Base

“promete” valer para a educação pública e privada (BESSA-OLIVEIRA, 2018, p. 8).

Além disso, a BNCC, enquanto documento norteador das aprendizagens essenciais de todos os alunos, define competências desse modo: “é a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017). Em vista disso, em seu documento a BNCC deixa transparecer na sua política educacional um cunho mais neoliberal, quando enfatiza no seu texto a preocupação em preparar os estudantes a encarar desafios e saber resolver as dificuldades com autonomia. Nesta perspectiva as competências e habilidades partem de uma premissa do saber-fazer, expressão designada ao mundo produtivo.

Ramos (2006) na sua obra: A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação, ainda destaca:

Portanto, a pedagogia das competências é um meio de construção dessa profissionalidade e a forma pela qual a educação reconstitui, na contemporaneidade, sua função integradora dos sujeitos às relações sociais de produção reconfiguradas no plano econômico – pela reconstrução produtiva – no plano político – pelo neoliberalismo – e no plano cultural – pela modernidade (RAMOS, 2006, p.273).

Desse modo, acreditamos que a BNCC neste escopo se configura num retrocesso para o Ensino de Arte, pois no modo em que está definida, enfraquece o lugar da Arte no currículo escolar, representando assim, como um recuo de todos os avanços dessa área de estudo. Logo, essas tomadas de decisões na construção de uma proposta curricular deveriam surgir também do chão da escola, enquanto espaço de lutas e desafios, não com imposições de diferentes grupos sociais, políticos e econômicos que reivindicam mais influências de conhecimentos e ideologias, pautadas nas competências e habilidades entendidas aqui como saberes julgados dignos de serem ensinados no seio da escola.

No entanto, ainda há muitas contradições, pois, na prática tanto a Lei nº 13.278/16 (BRASIL, 2016) quanto a homologação final da BNCC levantaram muitas questões, principalmente como atender a demanda das quatro linguagens no ambiente da escola com seus respectivos especialistas da área da linguagem e a construção de um currículo com participação coletiva em Arte que coadunem com a realidade da escola.

Nesse sentido, Pimentel destaca que,

No final do século XX já se afirmava que a idéia de que seriam os especialistas quem deveria fazer o currículo para que professores e alunos os cumprissem já estava ultrapassada. Especialistas são importantes e têm papel fundamental na elaboração de propostas curriculares, “mas é importante que os atores que vão atuar diretamente na prática do currículo participem de sua elaboração, uma vez que serão eles que irão vivenciar sua efetivação”. (PIMENTEL, 1999, p.158).

Aprofundando essas questões, Penna (2001) destaca:

Uma questão crucial, portanto, parece ser quem é o professor que irá colocar em prática as propostas dos PCN-Arte: e qual deverá ser a sua qualificação? A característica geral da proposta, que se direciona para o resgate dos conhecimentos específicos da Arte, a complexidade dos conteúdos nas diversas modalidades artísticas, tudo isso parece indicar a necessidade de professores especializados em cada linguagem. E o fato é que não há – quer nos PCN, quer na atual LDB (Lei 9394/96) – definições claras sobre a formação do professor de Arte. Atualmente, no entanto, a maioria dos professores nas escolas é licenciada em Educação Artística - boa parte do currículo ainda tem uma perspectiva polivalente, e diversas análises indicam deficiências neste modelo de formação. Em direção oposta, as “Diretrizes Curriculares” produzidas pelas Comissões de Especialistas de Ensino do MEC apontam para a reestruturação dos cursos superiores, na forma de bacharelados e licenciaturas em Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Quaisquer que sejam os efeitos dessa reestruturação, contudo, não serão imediatos. Por outro lado, como muitas vezes a contratação de professores está submetida à lógica de custos e benefícios, acreditamos que dificilmente as escolas contarão – a curto ou médio prazo – com professores especializados em cada uma das quatro modalidades artísticas dos PCN-Arte (PENNA, 2001, pp. 51-52).

Porém, a Lei nº 13.278/16 (BRASIL, 2016), a partir dos movimentos e entidades ligadas às diversas linguagens da educação em Arte procurou corrigir essa distorção reconhecida por Penna (2001). Sabendo que a referida lei no seu art. 2º deu um prazo para que os sistemas de ensino estabelecessem estas mudanças e implementassem a adequada formação dos respectivos professores de artes em número suficiente para atuar na educação básica, que é de cinco anos (BRASIL, 2016). Desse modo, haverá respaldo legal para que estes profissionais lecionem o que de fato estudaram em sua graduação. Nas últimas décadas vimos uma grande expansão das licenciaturas nas áreas específicas de cada linguagem artística no Brasil.

A fim de validar este processo de expansão das licenciaturas específicas no Brasil, Alvarenga (2018) destaca que,

Em 2015, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015), na parte que trata sobre as Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação, havia um total de 395 cursos de licenciatura na área de Arte, sendo 45 em Artes (Educação Artística); 147 em Artes Visuais; 31 em Dança; 119 em Música; e 53 em Teatro. Houve, portanto, um crescimento de aproximadamente 500% no número de licenciaturas da área de Arte nas últimas duas décadas (ALVARENGA, 2018, p. 1016).

Com esses números apresentados acima, houve um aumento considerável de cursos específicos das linguagens artísticas oferecidas por diversas Universidades no Brasil, reforçando ainda mais que se cumpra a Lei nº 13.278/16.

Nesta perspectiva, para resolver o problema da polivalência o primeiro passo estamos dando, que é levar uma proposta para readequar a ementa do ensino de Arte no Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR. Dessa forma, outro problema poderá ser solucionado: a garantia que se contrate por meio de concursos públicos docentes com formação específica para atuarem na Educação Básica. Isso uma vez que, de acordo com Alvarenga (2015, p. 112), “a ambiguidade da palavra arte na atual LDB, assim como a especificidade da música, gerou problema nos concursos públicos para os professores de Arte no que se refere à exigência de conhecimentos distintos da sua área de formação”.

Isto posto, o que almejamos assegurar com esta proposta de readequação da não polivalência nas ementas de Arte que reflete no fazer pedagógico desse docente é valorizar este campo de estudo nas suas especificidades, construindo assim, um ensino de Arte que desenvolva os saberes alicerçados nos princípios estéticos sensíveis, críticos e expressivos que fazem parte do mundo natural e cultural.

2.3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ARTE

Desde o início do século XX, o Ensino de Arte vem sofrendo várias mudanças no currículo escolar através das principais tendências pedagógicas neste século. Neste processo de construção, encontra-se o professor, transitando por estas concepções, o qual, através de uma formação universitária insuficiente não consegue se posicionar por qual concepção

deverá trilhar o seu fazer pedagógico. De acordo com Fusari e Ferraz (2010, pp. 40-41):

Inseguros e despreparados, os professores apoiam-se cada vez mais nos livros didáticos e suas aulas tornam-se bastante superficiais, alicerçadas na tentativa de enfatizar ora um saber “construir”, ora um saber “exprimir-se” necessitando, entretanto, de maiores aprofundamentos teórico-metodológicos.

O nosso objetivo neste momento é discutir a importância da formação do professor de Arte, deixando claro que seu campo de atuação exige aprofundamento epistemológico na área de sua formação para uma prática reflexiva. Para fazer essa discussão utilizo o auxílio teórico de autores tais como: Sacristán e Gómez (1998); Freire (1993); Tardif e Lessard (2014) e Schön (2000), na construção de reflexões neste texto.

O professor de Arte que teve a sua formação acadêmica específica nas Artes Visuais está apto para desenvolver o fazer pedagógico somente nessa linguagem. Porém, a estrutura da proposta curricular adotada pela escola em que atua, o impulsiona a trabalhar com as quatro linguagens.

Nesta tentativa em conciliar espaço e tempo para desenvolver uma prática artística de qualidade, muito embora trabalhando em uma dupla jornada, surgem as dificuldades como: carga horária excessiva, falta de tempo para planejar e preparar a aula, falta de espaço para desenvolver as práticas artísticas, cumprir a proposta curricular voltada para as quatro linguagens artísticas e o não investimento na qualificação profissional.

Logo, quando o docente é tomado por essas dificuldades e pelas circunstâncias da rotina do dia a dia, sem poder refletir sobre a sua prática, ele acaba reproduzindo o que Sacristán e Gómez (1998) destacam:

Sem apoio conceitual e teórico da investigação educativa e da reflexão sistemática e compartilhada sobre a prática, o processo de socialização do professorado e de aprendizagem com a categoria reproduz facilmente em seu pensamento, e em sua prática, os vícios, os preconceitos, os mitos e os obstáculos epistemológicos acumulados na prática empírica, sob a pressão onipresente da cultura pedagógica dominante e das exigências que a instituição escolar impõe (SACRISTÁN & GÓMEZ, 1998, p. 364).

Em vista disso, onde buscar o apoio necessário para superação do conformismo resignado, de uma prática docente passiva diante do conhecimento? Esta superação só deverá acontecer através de uma inquietação constante e uma atitude insistente para uma prática crítico-

reflexiva, por meio do compromisso político, social e intelectual do professor das instituições de ensino e da família.

Desse modo, agora fica mais claro o que Freire (1993) destacou na sua primeira carta, *Ensinar – aprender – Leitura do mundo – leitura da palavra*, destinado a professores que ousam ensinar:

O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica na medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e os diferentes caminhos e veredas, que ela os faz percorrer (FREIRE, 1993, p. 27).

Isto posto, convém indagarmos: todo docente está preparado para pensar e repensar criticamente sua prática educativa? Em que medida os cursos de graduação contemplam as especificidades do processo de ensino e de aprendizagem necessárias para a formação docente?

Sacristán e Gómez (1998) discutem a formação docente pela perspectiva acadêmica, na qual ressaltam que o ensino é um processo de transmissão de conhecimento, e o docente é concebido como um especialista. Dessa forma, quando o docente começa a exercer a sua profissão, acaba valorizando mais o aspecto teórico-técnico e o que importa é dominar as estratégias, instrumentos e materiais para transmissão dos conteúdos.

O problema das proposições teórico-técnicas sobre o ensino, é que poderá levar os docentes ao fenômeno da alienação, tornando-se assim, escravos dos procedimentos racionalistas na superação da teoria pela teoria, impossibilitando o estudante contextualizar, de modo crítico, os conteúdos de sua aprendizagem.

Certamente, se o docente das Artes não tiver uma sólida formação epistemológica das diversas abordagens pedagógicas e artísticas, sua prática ficará comprometida. No caso da polivalência, vimos a fragmentação do conhecimento artístico em diversas linguagens da Arte, tornando assim, um docente inseguro, mero reproduzidor de conteúdos, acrílicos, superficiais e distante da realidade do aluno, “um burocrata da mente” (FREIRE, 1993, p. 27).

Logo, não devemos confundir ou dar outra função ao Arte-educador como o especialista de entretenimento cultural, no qual está ali somente para fruir a estética, sem compromisso com o perceber, ler, interpretar, criar e produzir criticamente os fenômenos que fazem parte de si e do mundo.

Nesse sentido, Tardif e Lessard (2014) destacam como é visto o trabalho docente em uma perspectiva material produtiva:

Qual é o lugar da docência e qual o significado do trabalho dos professores em relação a esses postulados e ao *ethos* que eles impõem? Fundamentalmente, o ensino é visto como uma ocupação secundária ou periférica em relação ao trabalho material e produtivo. A docência e seus agentes ficam nisso subordinados à esfera da produção, porque sua missão primeira é preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho. O tempo de aprender não tem valor por si mesmo; é simplesmente uma preparação para a “verdadeira vida”, ou seja, o trabalho produtivo, ao passo que, comparativamente, a escolarização é dispendiosa, improdutiva ou, quando muito, reprodutiva (TARDIF e LESSARD, 2014, p. 17).

Nessa questão levantada por Tardif e Lessard (2014), como fica o trabalho do docente das Artes frente ao mundo capitalista? Em uma sociedade que valoriza a produção material e o consumo, qual é a função da Arte no currículo escolar?

Para superar essa racionalidade técnica, que se baseia em uma visão objetivista da relação do profissional com o conhecimento da realidade é necessário que o docente seja capaz de pensar o que está fazendo, saber-fazer e refletir sua prática educativa na ação, exigindo assim, uma análise crítica desse conhecimento (SCHÖN, 2000).

Nesse sentido, o campo das Artes é riquíssimo, pois, trabalha elementos significativos no desenvolvimento da sensibilidade do estudante, para perceber, ler, interpretar, criar e produzir criticamente os fenômenos que fazem parte de sua realidade.

Por isso, a formação e a prática reflexiva do docente em Arte deveriam ser essenciais para sinalizar a posição de importância e destaque na educação nacional, já que é tão desvalorizada frente as outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, elencamos alguns pontos que deveriam fazer parte dessa formação:

- fazer com que o conhecimento estético artístico relacione-se com as demais áreas do conhecimento, assegurando assim, ao docente vivenciar a interdisciplinaridade;
- a necessidade do docente das Artes fazer uma reflexão crítica e contextual das questões relativas ao conhecimento artístico;
- é preciso desenvolver no professor, o gostar de ser pesquisador, aquele que sabe investigar, relacionar e produzir conhecimentos em Arte;

- a importância em desenvolver o conhecimento artístico voltado à valorização da identidade e memória do lugar, criando assim a ideia de pertencimento;
- a relevância em alinhar o Ensino de Arte a uma postura mais crítica e reflexiva sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Assim, a formação docente bem como sua trajetória e história de vida têm que fazer parte desse processo. O docente dispõe de inúmeros saberes que vêm sendo construídos no seu percurso histórico profissional e consolidado por meio de sua formação acadêmica, conhecimentos esses, do mesmo modo, potencializados na prática da sala de aula.

Por isso, a importância de o professor estar sempre reexaminando sua prática por meio do ato reflexivo, crítico para melhor entender os significados dos fenômenos do mundo, e assim, possibilitar ao estudante desenvolver o gosto pela Arte, pela pesquisa científica e artística, fundamentado por uma estética comprometida com o conhecimento.

Apesar dos muitos avanços do Ensino de Arte por meio da Lei 9394/96, PCN-Arte e da Lei nº 13.278/16 (BRASIL, 2016), a qual especifica as linguagens artísticas e estabelece que deve haver a adequada formação destes docentes na área que escolheu, ainda é necessário sensibilizarmos tanto gestores e docentes sobre a necessidade da reformulação da ementa do ensino de Arte e lutarmos para contratação através de concurso para docentes em suas linguagens específicas.

Considerando o que foi exposto, acredito na efetivação e valorização do Ensino de Arte na escola, mediante as exigências legais para a presença da Arte no currículo do Ensino Médio, para refletirmos a profissionalização/formação docente e avaliarmos criticamente discursos que insistem em normatizar a polivalência.

CAPÍTULO III

3 MARCO METODOLÓGICO

Nos capítulos anteriores dissertei sobre o Ensino de Arte na perspectiva histórica e as concepções pedagógicas que influenciaram este ensino. Já no capítulo II, refleti sobre os avanços e retrocessos propostos nos documentos normativos para o Ensino de Arte no Brasil e a situação atual deste ensino na Educação Básica segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Neste capítulo, descreverei o percurso metodológico percorrido para a realização da pesquisa, e farei um pequeno percurso histórico para contextualizar o processo de criação do *Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR*, caracterizando os Cursos Técnicos em Comércio e Serviços Públicos Integrados ao Ensino Médio.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso de uma pesquisa é definido por uma escolha metodológica para responder aos diversos questionamentos dessa caminhada. De acordo com Gil (2008), a pesquisa consiste na aplicação de um método ao estudo de um determinado problema. A adoção de um ou outro método depende de muitos fatores: da natureza do objeto que se pretende pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador.

Para os procedimentos investigativos, as bases filosóficas epistemológicas que nortearam a pesquisa para responder as diversas inquietações apontam para uma pesquisa de abordagem qualitativa. Desse modo, é possível indicar um entendimento da realidade social que parte da “necessidade de conhecer através de percepções, reflexão e intuição da realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos [...]” (TRIVIÑOS, 2012, p.117).

A abordagem qualitativa por meio da investigação empírica apresenta-se como instrumento essencial na avaliação crítica e na construção das diferentes visões de mundo. Esta abordagem leva, “geralmente, o pesquisador a considerar o descompasso entre as definições institucionais ou profissionais das situações e aquelas dos sujeitos que as vivem” (POUPART, 2008, p. 105).

Neste estudo, o objeto é descrever por intermédio da análise qualitativa, histórica e documental se a polivalência do professor formado com a especialidade em uma habilitação pode atender a proposta curricular com quatro linguagens (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro) do ensino de Arte adotado pelo CBVZO/IFRR.

No processo de escrita e definição da metodologia, ficou claro que a abordagem qualitativa deve descrever com mais exatidão os dados que seriam obtidos por intermédio dos instrumentos utilizados na coleta dos dados na pesquisa de campo, se constituindo em um estudo de caso. A investigação enquanto recorte significativo da realidade – o qual revela a existência de sujeitos como os professores que atuam de forma direta ou indireta num Ensino de Arte com caráter polivalente, nos conduz a optar por um estudo de caso, na medida em que julgamos poder revelar dados mais específicos do problema da polivalência no CBVZO/IFRR. O estudo de caso, conforme Yin (2005, p. 20), é utilizado como estratégia de pesquisa, “em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, políticos e de grupo (...)”. Esta característica foi particularmente relevante dado ao tipo de vínculo atual do autor com a instituição.

Com relação ao método, a preferência pela análise documental neste estudo se mostrou uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, pois, apresenta uma série de benefícios no intuito de descrever o fenômeno da polivalência pelo fato de que os documentos constituem uma fonte estável e repleta de dados. Nesse sentido, Lüdke e André (2018) ainda destacam que,

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE e ANDRÉ, 2018, p. 45).

Considerando estas constatações acerca do objeto de estudo, o segundo passo é interpretar os dados apresentados, aquilo que é tirado como essência. “Não se pode conceber o fenômeno como uma película de impressões ou cortina atrás da qual abrigaria o mistério das coisas em si” (DARTIGUES, 1992, p.14). Por isso, a preocupação em observar as

contradições presentes entre as orientações dos documentos norteadores e a atuação docente poderá revelar múltiplas significações a respeito do caso da polivalência na prática pedagógica do professor de Artes Visuais do CBVZO/IFRR.

Na instrumentalização da pesquisa foram empregadas: a) pesquisa bibliográfica que, conforme Gil (2008), apresenta como principal vantagem permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente; b) pesquisa documental que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. “São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser considerados como fonte de informações (...). Estes incluem desde leis, regulamentos, normas, pareceres, etc.” (LUDKE e ANDRÉ, 2018, p. 45).

No âmbito do estudo, a pesquisa documental foi tida como uma estratégia adequada para conhecer a ementa curricular do Ensino de Arte dos IF's do Brasil, na perspectiva de contrastar os dados obtidos das ementas dos 10 *campi* do Brasil com a do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR (CBVZO).

Essas técnicas de pesquisa permitiram realizar o levantamento de informações com o objetivo de analisar indagações de possíveis obstáculos para a qualidade do processo de aprendizagem nas linguagens artísticas (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro) no seu caráter polivalente.

3.2 CONHECENDO O AMBIENTE DA PESQUISA - A CRIAÇÃO DO IFRR NO ESTADO DE RORAIMA

A fim de conhecer o nosso *lócus* de pesquisa, faremos um pequeno percurso histórico para contextualizar o processo de criação do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR.

Com base nos documentos de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008), em 29 de dezembro de 2008, com a sanção da Lei Federal nº 11.892, foram criados, no Brasil, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (por meio da junção de Escolas Técnicas Federais, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Agrotécnicas e Escolas vinculadas a Universidades). Diante disso, apresentou-se como missão promover uma

educação pública de excelência por meio da união entre ensino, pesquisa e extensão, integrando pessoas, conhecimento e tecnologia.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é originário da extinta Escola Técnica que foi implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987, ofertando os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações. À época, funcionava em espaço físico cedido pela Escola de Formação de Docentes de Boa Vista.

Em dezembro de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-RR, por meio da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 233, de 9 de dezembro, de 1994, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção I.

Em 2005, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação – MEC, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNED em diversas unidades da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I, com a UNED de Novo Paraíso, no Município de Caracaráí, no Sul do Estado; e, na Fase II, com a UNED do Município de Amajari, no Norte do Estado.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo criado, portanto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. O IFRR é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada. Especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, tem como base a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Desse modo, o IFRR:

Tem como visão de futuro permanecer em constante evolução enquanto instituição de formação profissional e servir como referência para as áreas de educação, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, oferecendo serviços com qualidade, a partir de uma gestão moderna, participativa e dinâmica, sintonizada com o mundo do trabalho, com os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e as políticas ambientais, valorizando o ser humano em todas as suas

potencialidades e considerando as diversidades (IFRR/PPC, 2015, p. 6).

Por consequência desta visão de futuro e conquista, se instaura um novo tempo em proporcionar aos estudantes de Roraima uma efetiva educação de qualidade sedimentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão.

3.2.1 A Criação do *Campus Boa Vista Zona Oeste*

Foto 2 – *Campus Boa Vista Zona Oeste*



Fonte: Ascom-IFRR (2021).

A partir da sinalização do Governo Federal, através da autorização via Portaria MEC nº 993/2013, de 7 de outubro de 2013, inicia-se o processo de implantação do *Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR*.

Boa Vista, capital de Roraima é o município mais urbano e apresentou como população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para 2021, cerca 652.713 habitantes. Nela concentra-se a maior parte da população roraimense, cerca de 65,3%, segundo o último censo realizado em 2010. Este mesmo Censo Demográfico informa que a Zona Oeste é composta por 39 bairros, onde vivem 229.454 pessoas, o que representa 80,3% do município, sendo a área mais populosa.

A Zona Oeste de Boa Vista é a região que mais cresce na capital. Portanto, uma área que apresenta grande demanda para cursos a serem

oferecidos pelo *Campus Boa Vista Zona Oeste* – CBVZO/IFRR. A justificativa para essa expansão da rede federal de ensino técnico e tecnológico deveu-se:

[...] (à) a grande demanda populacional e ainda a oportunidade de o CBVZO garantir o interesse, os anseios e a qualificação da clientela atendida, despertando o interesse para o ensino, a pesquisa e a extensão e, ainda, o prosseguimento vertical dos estudos (PPC, 2016, p.7).

Ao propor a implantação do *Campus Boa Vista Zona Oeste*, o IFRR, por meio de sua gestão, visou responder a uma demanda social, promovendo a inserção deste público através da formação profissional e tecnológica, e assim, oferecendo dois eixos formativos na área de gestão, cursos técnicos na modalidade subsequente e integrado ao Ensino Médio em Comércio e Serviços Públicos.

Desse modo, quando se pensa em educação profissional alicerçada num ideário de formação humana na sua totalidade seria uma forma de reconstruí-la como política pública e:

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, MEC, 2005, p. 2).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI do IFRR, (2014, p. 51), observa-se que “entre as atividades econômicas que compõem a economia local, a administração pública é responsável por 49,7% do Produto Interno Bruto (PIB) total; o Comércio, por 12,0%; e a Construção Civil, por 9,5%.” Nessa perspectiva, justificou-se a implantação dos Cursos Técnicos em questão, ao se perceber que os profissionais técnicos formados atenderiam uma demanda crescente em Roraima, tendo em vista que o setor do Comércio representa a segunda maior atividade econômica no Estado e há uma grande demanda na formação de profissionais em Serviços Públicos, para atuar em instituições públicas no Estado.

A partir do levantamento de interesse da sociedade local, também realizado por meio de audiências públicas, por cursos profissionalizantes no contexto em que o *Campus Boa Vista Zona Oeste* está inserido, verificou-se que havia demanda específica para o Curso Técnico em Comércio e Serviços

Públicos. Assim, em suas propostas pedagógicas curriculares são apresentados como objetivos gerais:

Formar profissionais especialmente para o setor público, especializando-se em funções de gestão intermediária no atendimento, no apoio administrativo e no controle dos procedimentos organizacionais, para que possam atender os processos produtivos de forma adequada à atividade pública, bem como desenvolver no educando a formação social, cultural, humanística e integral, para o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos capazes de compreender e atuar na sua realidade (PPC Serviços Públicos, 2015, p. 9).

E para o Comércio,

Formar profissionais com habilidades e competências para atender as demandas do segmento do Comércio, com capacidades para o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho, incluindo formação ética, social, cultural, humanística e integral, bem como o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (PPC Comércio, 2015, p. 9).

O CBVZO/IFRR possui um terreno de 50.000 m² (doação da Prefeitura Municipal de Boa Vista/PMBV, já escriturado). Sua estrutura física construída é composta por: Bloco 1 - setores administrativos, Direção Geral/DG, Coordenação de Registro Escolar/CORA, Coordenação de Apoio ao Ensino e Aprendizagem/CODAEA; e Bloco 2 - salas de aulas, laboratórios didáticos; biblioteca, sala de professores e das coordenações funcionando provisoriamente.

Desse modo, quando se pensa em um curso técnico-tecnológico através de uma proposta curricular que valorize os arranjos produtivos desta imensa zona urbana, faz-se necessário que ações como essas sejam efetivadas em benefício deste cidadão brasileiro, ao promover a formação de indivíduos conscientes e críticos para construir o desenvolvimento social que se deseja. Sobre esse desejo de construir um currículo que reconheça as necessidades do lugar, Ramos (2006) destaca:

Afirmamos que os processos de produção, ao mesmo tempo em que são parte de uma realidade econômica, social, ambiental, histórica, política e cultural mais ampla, só podem ser compreendidos como particularidade, mas em relação a essa totalidade se, ao mesmo tempo, vamos às mediações específicas que o constituem e que os relacionam com a realidade concreta mais ampla. Por isso, uma indicação é que se elaborem os currículos mediante o estudo de problemas de uma área profissional em múltiplas dimensões, tais como econômica, social, política, cultural e técnica. Os conceitos “pontos-de-partida” para esse estudo revertem-se em conteúdos de

ensino sistematizados nas diferentes áreas de conhecimento e suas disciplinas (RAMOS, 2006, p.98).

Por isso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR com a implantação do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, concretizou a missão da rede federal de ensino em promover políticas públicas voltadas a sua ampliação, promovendo assim, a implantação e consolidação deste *Campus* na cidade de Boa Vista.

3.3 EXPLORAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Em busca de responder ao objetivo da pesquisa, se organizou as informações obtidas a partir das definições dos documentos que serviram de argumentos de análise, para apresentar uma proposta de readequação da ementa da disciplina de Arte do CBVZO/IFRR. Inspirado na técnica que Bardin (2011) executa para analisar os conteúdos comunicativos impressos nos textos, houve um procedimento de pré-análise que, apesar da preparação não ter seguido um encadeamento definido, foi caracterizada por procedimentos que antecederam o tratamento do material de campo.

Integra-se aqui a determinação dos objetivos da pesquisa e a seleção dos documentos que forneceram as informações necessárias para o estudo. Foram utilizados para esta análise 11 (onze) Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Administração, Comércio, Manutenção de Máquinas Pesadas e Serviços Públicos de onze *campi* das cinco regiões do Brasil. Trata-se de um documento que está no formato PDF, disponível nos sites desses Institutos. Para análise, nos limitamos a verificar a parte da organização curricular – especificamente o ementário curricular da disciplina de Ensino de Arte dos seguintes *campi*:

- O PPC do Instituto Federal do Acre/IFAC do *Campus* Sena Madureira e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal do Amapá/IFAP do *Campus* Santana e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Comércio Exterior Integrado ao Ensino Médio;

- O PPC do Instituto Federal do Amazonas/IFAM do *Campus* Manaus Zona Leste e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal do Pará/IFPA do *Campus* Parauapebas e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal de Rondônia/IFRO do *Campus* Jaru e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal de Roraima/IFRR do *Campus* Boa Vista Zona Oeste e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Serviços Públicos Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal de Tocantins/IFTO do *Campus* Palmas e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal do Rio Grande do Norte/IFRN do *Campus* Natal – Zona Norte e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal Goiano/IF Goiano do *Campus* Avançado Ipameri e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal do Rio de Janeiro/IFRJ do *Campus* Niterói e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio;
- O PPC do Instituto Federal do Paraná/IFPR do *Campus* Pinhais e a Ementa Curricular do Ensino de Arte do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.

O levantamento destes documentos apontou para exigência de prepará-los para análise. Esta preparação fundamentou-se em inferir dos mesmos as informações consideradas importantes e sistematizar, com elas, três modelos de tabelas para análise:

a) Nessa primeira etapa definimos uma tabela matriz com as ementas curriculares dos IFs das 5 regiões do Brasil nos seus respectivos *campi*, que

serão submetidas às análises. As informações relevantes extraídas dessas ementas são: a região; o estado; o *campus* e o curso em que essa ementa se integra;

b) Na segunda tabela definimos as categorias de análise do conteúdo documental, tendo como base as ementas dos PPCs dos IFs do Brasil. A fim de comprovar acerca da incidência ou não da polivalência no *Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR (CBVZO)*, procuramos analisar o número de palavras que os termos, Artes Visuais, Música, Teatro ou Artes Cênicas e Dança, nas suas variadas ordenações, aparecem nas ementas curriculares do Ensino de Arte;

c) A terceira tabela mostra a porcentagem de ementas de caráter polivalente (P) e não polivalente. (NP).

Ainda na pré-análise, a partir da investigação inicial dos documentos e consulta à literatura (BARDIN, 2011; LÜDKE e ANDRÉ, 2018; TRIVIÑOS, 2012), estabeleceu-se, antes de formular as categorias, “ler e reler o material até chegar a uma espécie de impregnação do material do seu conteúdo” (MICHELAT, 1980, p. 205).

Esta técnica consiste em elaborar sucessivas leituras dos textos, mantendo-se a atenção para não perder de vista a relação dos elementos da temática com seus componentes, até que se resulte a um conjunto de categorias que sejam validadas pela análise.

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS

Até o momento fizemos uma análise dos documentos normativos que asseguram que o campo da Arte necessita de suas especificidades e, visto o panorama atual do ensino de Arte no Brasil, principalmente na BNCC, quando não determina que o docente tenha a sua prática pedagógica na área de sua formação. A seguir, vamos apresentar como foi instituído o ensino de Arte no *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR, assim como os resultados das análises e discussão dos dados apontados no percurso deste estudo.

4.1 O ENSINO E A ARTE EDUCAÇÃO, CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE/IFRR

A construção de um projeto educacional através da Educação Profissional é sempre um desafio. O *Campus* Boa Vista Zona Oeste – CBVZO - se configura como o mais recente *campus* implantado pelo Instituto Federal de Roraima – IFRR.

Para conhecermos como foi constituído o Ensino de Arte-Educação no CBVZO/IFRR, analisaremos o Projeto Pedagógico de Curso – (PPC), o contexto histórico que versa sobre currículo e Ensino de Arte na Educação Básica e Educação Profissional, antes chamado de Educação Artística, organizado em princípios técnicos, voltados à preparação para o mundo do trabalho.

Depois de todas essas mudanças nas leis e os desafios para valorização de um Ensino de Arte transformador na história do ensino brasileiro, vamos descrever como a Arte-Educação é desenvolvida no CBVZO, espaço que deveria integrar a educação profissional sem deixar de lado a parte humanística, importante requisito para atingir uma formação omnilateral⁷. De acordo com o pensamento de Frigotto (2012), formação é uma concepção que leva em conta as dimensões que “envolvem sua vida corpórea material e seu

⁷Manacorda (2007, p.89) define omnilateral como a “totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”.

desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (FRIGOTTO, 2012, p. 267).

Na Matriz Curricular em Arte do CBVZO/IFRR, que compõe os planos de cursos, são identificados os objetivos, os conteúdos programáticos a serem trabalhados, a carga horária da disciplina, as estratégias de aprendizagem, os recursos que serão utilizados, as formas avaliativas do processo e as referências bibliográficas utilizadas na proposta.

Dentro do PPC, a matriz curricular dos cursos técnicos integrados em Serviços Públicos e Comércio, insere a disciplina Arte no núcleo da BNCC - Linguagens e suas Tecnologias, onde se encontram todos os conteúdos propedêuticos. A disciplina Arte possui uma carga horária total de 120 horas, divididas com 40 horas/anuais em três módulos, sendo 1 (uma) aula semanal ministrada nos três anos dos cursos integrados.

Os objetivos da disciplina Arte a serem desenvolvidos nos três anos dos cursos integrados, chamados de competências e habilidades estão especificados no quadro abaixo:

Quadro 1: Competências e habilidades a serem atingidas na disciplina de Arte para os cursos integrados.

Competências e Habilidades a serem atingidas		
1º ano	2º ano	3º ano
Apreciar e analisar a estética dos produtos de Arte, em suas várias linguagens, identificando suas transformações e relação com a tecnologia;	Conhecer e conceituar os períodos da história da música mundial e brasileira, ampliando assim, o universo musical dos alunos; Compreender e perceber os elementos básicos da linguagem musical (ritmo, melodia e harmonia, e seus desdobramentos); Analisar criticamente o cenário musical no contexto da indústria cultural.	Apreciar e analisar a estética dos produtos de Arte, em suas várias linguagens identificando suas transformações e relação com a tecnologia; Colocar-se como protagonista na produção e apreciação crítica de trabalhos de Arte nas diversas linguagens.
Investigar em suas produções de Artes Visuais e audiovisuais as articulações entre os componentes básicos dessas linguagens (linha, forma, cor, valor, luz, textura, volume, espaço, plano, movimento);	Conhecer os períodos e movimentos da história da MPB, ampliando o universo musical dos alunos; Fruir, analisar e contextualizar obras significativas de cada período, desenvolvendo o senso estético; Vivenciar a música em ambientes extraclasse.	Refletir e compreender os diferentes processos da Arte, com seus diferentes instrumentos de ordem material e ideal, como manifestações socioculturais e históricas;

Conhecer os diversos movimentos artísticos que compõem as produções artísticas, individuais e/ou coletivas nas linguagens da Arte;	Estudar e conhecer a História do Teatro no Brasil e no Mundo. Perceber a importância dos elementos da peça teatral; Reconhecer a importância da caracterização do personagem; Vivenciar a construção do espetáculo teatral;	Refletir e preservar as diversas manifestações de Arte – em suas múltiplas funções – utilizadas por diferentes grupos sociais e étnicos, interagindo com o patrimônio nacional e internacional, que se deve conhecer e compreender em sua dimensão sócio-histórica;
Identificar as linguagens artísticas como manifestações sensíveis, cognitivas e integradoras da identidade;	Explorar o corpo no espaço; Participar de jogos de integração e de improvisações; Explorar a voz no espaço através de técnicas de expressão vocal. Conhecer e conceituar os períodos da história da música mundial e brasileira, ampliando assim, o universo musical dos alunos;	Fazer trabalhos artísticos utilizando-se de ferramentas tradicionais e/ou virtuais/digitais, como: desenhos, pinturas, gravuras, Modelagens, esculturas, reprografias, <i>design</i> , Artes gráficas (<i>flyers</i> , cartazes, capas de discos, logotipos, entre outros), e Audiovisuais (animação, ficção, documentários, entre outros gêneros e formatos).
Compreender os diferentes processos da Arte, com seus diferentes instrumentos de ordem material e ideal, como manifestações socioculturais e históricas.	Compreender e perceber os elementos básicos da linguagem musical (ritmo, melodia e harmonia, e seus desdobramentos); Analisar criticamente o cenário musical no contexto da indústria cultural, conhecendo os mecanismos e agentes de criação, produção e distribuição musical.	Apreciar e analisar a estética dos produtos de Arte, em suas várias linguagens identificando suas transformações e relação com a tecnologia; Colocar-se como protagonista na produção e apreciação crítica de trabalhos de Arte nas diversas linguagens.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do PPC/CBVZO/IFRR,2020.

O Ensino de Arte está organizado nos seus objetivos, por competências e habilidades, descritas nas ementas com seus conteúdos programáticos listados, e os referidos procedimentos metodológicos para atividades de aprendizagens. Em vista disso, as competências e habilidades demonstradas neste discurso, que sugere ser um dos caminhos pelos quais os estudantes não se tornariam somente futuros trabalhadores, mas viessem também a se tornar cidadãos que podem ler esteticamente o mundo e agir criticamente com suas produções artísticas. Porém, o que observamos no Quadro 1: Competências e habilidades a serem atingidas na disciplina de Arte, para os cursos integrados, tem seu enfoque voltado mais para as questões ligadas ao Ensino de Arte numa abordagem polivalente, na qual a prioridade é

desvalorizar os conhecimentos em torno das linguagens da Arte e selecionar conteúdos a serem ensinados, comprometendo assim, o olhar reflexivo-crítico do estudante frente ao processo sócio-histórico de construção dos conhecimentos das Arte.

Quanto à ementa dos conteúdos da disciplina, está assim listada para cada ano, com as suas referidas temáticas a serem abordadas, conforme demonstram os quadros a seguir:

Quadro 2: Ementa a ser desenvolvida no 1º ano

Ementa a ser desenvolvida no 1º ano
Ementa: Análise conceitual: Arte e estética. O que é Arte? Arte na pré-história; Arte Rupestre; Arte Marajoara e Tapajó; Elementos Formais das Artes Visuais; Estudo das cores; Arte Egípcia; Tridimensionalidade artística; Construções Fundamentais; Figuras Geométricas; Arte Grega; Composição e Forma; Desenho de Observação; Perfeição e deformação; Arte Romana e suas ramificações nas linguagens artísticas; Arte Bizantina e o seu legado; Arte Primitiva Pré-Colombiana; História e Cultura Afro-Brasileira; Produção artística na ocupação do território brasileiro. 2. O Românico e o Gótico dentro da arquitetura; A pintura gótica; O Renascimento Italiano; O Renascimento na Europa; <i>Trecento, Quattrocento e Cinquecento</i> ; Barroco Europeu; Barroco Brasileiro, principais artistas e seus desdobramentos; História e Cultura Afro-brasileira; Rococó.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do PPC/CBVZO/IFRR, 2020.

Quadro 3: Ementa a ser desenvolvida no 2º ano

Ementa a ser desenvolvida no 2º ano
Ementa: História da Música Mundial e Brasileira: Propriedades do som; Instrumentos Musicais; Elementos formadores da música; Modalidades de execução musical; Estilos e gêneros musicais: erudito, popular e tradição oral. Apreciação e análise de produções artísticas, mundiais e nacionais na ópera, jazz, blues, bossa nova, jovem guarda e tropicalismo, identificando as principais características e artistas representativos. Atividade de pesquisa e posterior apresentação dos grupos por meio da linguagem teatral. Projeto Artes Cênicas: em um primeiro momento elencar com os alunos, todas as etapas do processo de criação teatral, desde a Pequena história do Teatro no Brasil, produção de textos e roteiros, definição de personagens, diálogos, figurinos, cenários, sonoplastia, iluminação etc., objetivando aos alunos vivenciarem todo o processo de criação e elaboração teatral. História e Evolução do Teatro no Brasil e no Mundo. A partir dos conhecimentos da história da música e do teatro e a pesquisa sobre os movimentos musicais os grupos organizarão uma apresentação teatral onde contarão a história e desenvolvimento dos movimentos musicais pesquisados.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do PPC/CBVZO/IFRR, 2020.

Quadro 4: Ementa a ser desenvolvida no 3º ano

Ementa a ser desenvolvida no 3º ano
Ementa: Neoclassicismo; Neoclassicismo Brasileiro, a Corte Portuguesa no Brasil e a Missão Artística Francesa; Romantismo Europeu; Realismo; Realismo e Naturalismo no Brasil; O Movimento das Artes e Ofícios; <i>Art nouveau</i> ; Impressionismo; Pós-Impressionismo; A prosperidade econômica e a Arte brasileira; Semana de Arte Moderna de 1922; Arte Fotográfica; Fauvismo; Expressionismo

Alemão; Cubismo; Futurismo; Dadaísmo; Surrealismo; Expressionismo Abstrato; Abstracionismo; O Ambiente Modernista Brasileiro; *Pop Art*; Arte Conceitual; Instalações; *Op Art*; Vídeo Arte; *Land Art*; Hiper Realismo; Arte Digital.

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do PPC/CBVZO/IFRR, 2020.

Do total das 120 horas da carga horária vigente para o Ensino de Arte nos Cursos de Serviços Públicos e Comércio do CBVZO, as atividades relacionadas à compreensão das competências e habilidades listadas nas ementas são:

- 49,6% destinadas para os conteúdos de História da Arte, que toma quase toda matriz curricular;
- 16,4% da carga horária é utilizada para desenvolver o fazer criativo. Desse modo, reconhece-se que a disciplina tem pouca abrangência com as questões relacionadas ao fazer criativo expressivo do estudante e sua formação estético-crítica da Arte.
- O restante de 34% da carga horária seria utilizado para os conteúdos do ensino de Música e Teatro. Nesse sentido, a maioria dos professores que estão lecionando no Ensino Médio são formados em Artes Visuais, mas, para atender a proposta curricular submetem-se a lecionar outras linguagens artísticas. Logo, um professor que é formado em Artes Visuais não deveria se aventurar nos caminhos da Música, Dança, Teatro, isto é, ser um profissional polivalente, em razão de não conseguir trabalhar com sucesso tais linguagens, por não ter a formação nestas áreas. Aqui se configura o caráter polivalente deste ensino.

O mais apropriado seria a relevância de um ensino de Arte que favoreça certo equilíbrio na construção desse conhecimento, principalmente na linguagem visual, como destaca Barbosa (2008), na sua Proposta Triangular: a leitura da imagem ou objeto (por meio de análise, interpretação e julgamento), prática artística (fazer/criar) e contextualização (referenciar o objeto no mundo).

Rizzi (2003, p. 70) destaca que “A Proposta Triangular”

[...] permite uma interação dinâmica e multidimensional, entre as Arte e o todo e vice-versa, do contexto do Ensino de Arte, ou seja, entre as disciplinas básicas da área, entre as outras disciplinas, no inter-relacionamento das três ações básicas: ler, fazer e contextualizar e no inter-relacionamento das outras três ações decorrentes: decodificar/codificar, experimentar, informar e refletir.

À vista disso, é importante salientar que o aporte filosófico epistemológico no campo das Artes, tal qual sua metodologia, são imprescindíveis para prática pedagógica do professor de Arte. A Arte ganha voz e potência na comunidade escolar, ao proporcionar a formação de um cidadão mais crítico, criativo, atuante, reflexivo, sensível e que esteticamente saiba ler o mundo.

Como procedimentos metodológicos para atividades de aprendizagem estão descritos os seguintes tópicos:

- aulas dialogais;
- debates; pesquisas em livros, jornais, revistas e Internet;
- seminários e apresentações cênicas;
- trabalhos individuais e em grupo;
- visitas técnicas.

Entre os procedimentos metodológicos para atividades de aprendizagens, nota-se que o fruir das diferentes linguagens artísticas requer os mais variados espaços culturais para visitas técnicas. Porém, esta proposta não destaca esses espaços de visitação na cidade de Boa Vista/RR. Desse modo, o Ensino de Arte no CBVZO também poderia propor um momento de apreciação da Arte em contextos como: galerias, museus, praças, centro histórico e tantos outros espaços onde a Arte pode se fazer presente.

No CBVZO, os recursos demandados para a realização das disciplinas se dão de forma hierarquizada, no topo estão os recursos destinados à formação técnica profissionalizante, considerando as exigências legais para o funcionamento dos cursos técnicos. Seguindo a ordem, além dos laboratórios técnicos temos os laboratórios de aprendizagens das disciplinas da área das ciências da base comum: Matemática, Física, Química e Biologia. Já a disciplina de Arte é ministrada na própria sala de aula.

Como as outras disciplinas, para se propiciar um Ensino de Arte com qualidade, se faz necessário ambientes apropriados para cada uma das linguagens artísticas. Para a valorização da produção visual, do fazer teatral, musical e da dança, precisamos de espaços para oficinas de corpo; dinâmicas de grupo, memorização e interpretação; canto e coral; prática de conjunto

musical; entre outras atividades. Assim, deveria haver mais compatibilidade com os espaços existentes no CBVZO, com os conteúdos a serem oferecidos pela disciplina de Arte.

Sobre o processo avaliativo, o plano de curso propõe alguns Instrumentos de avaliações:

- seminários, produção individual no caderno;
- atividades práticas com Artes Plásticas em sala de aula;
- avaliação integrada e simulado com questões de múltipla escolha.

O instrumento de avaliação é considerado, na maioria das vezes, somente a apresentação de trabalhos práticos. Este instrumento de avaliação se limita à produção de um tema e deixa de considerar o processo de criação percorrido para chegar a sua apresentação. Isto se dá porque o professor que ministra a disciplina tem sua formação limitada a uma linguagem artística, reduzindo o campo de aprendizagem dos alunos. O professor poderia explorar, além do fazer, atividades de escrita, pequenos projetos de intervenção artística para serem aplicados no entorno da comunidade escolar, viabilizando assim, um caráter mais extensionista para o Ensino de Arte, na respectiva linguagem trabalhada pelo docente.

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste se propõe um trabalho pedagógico com projetos integradores de caráter interdisciplinar visando à formação integral do estudante, sempre por meio de um tema gerador que perpassasse por todos os saberes. Desse modo, a Arte pode se fazer presente e conquistar mais destaque e relevância, por meio de seu potencial aglutinador e expressivo estético, sua importância afetiva, sua colaboração e necessidade de ser e existir para formar um educando crítico/técnico/criativo.

4.1.1 O Ensino de Arte nos Cursos Técnicos de Comércio e Serviço Públicos

O Ensino de Arte nos Cursos Técnicos em Serviços Públicos e Comércio, no CBVZO/IFRR iniciou suas atividades no ano de 2016. Até o presente momento há apenas um professor para a disciplina de Arte. Este ensino é oferecido nos três anos dos Cursos Técnicos em Serviços Públicos e Comércio integrado ao Ensino Médio. Semanalmente é desenvolvida 1 aula de

Arte que dura 1 hora, com carga horária anual de 40 horas, sendo nos três anos 120 horas. Desse modo, das 2.100 horas-aula que totalizam as 13 disciplinas da base comum, apenas 5,72% são destinadas às aulas de Arte.

Os dados apresentados situam o espaço destinado ao Ensino de Arte nesta instituição e, portanto, revelam que a Arte enquanto área de conhecimento, ainda se encontra com o mínimo de carga horária estabelecida para o Ensino Médio, o que dificulta um fazer artístico – prático e teórico. Porém, os professores que atuam na área, aos poucos tentam fortalecer os seus saberes para que possam demonstrar a necessidade de uma carga horária mais apropriada com a disciplina.

Na organização curricular o Ensino de Arte está alinhado em atender competências que objetivam desenvolver a formação com perfil profissional e o trabalho, enquanto o princípio educativo parece não ser o principal argumento para construção de uma formação mais cidadã. Isto porque o Ensino de Arte poderia contribuir mais para essa formação, se o professor pudesse utilizar com mais propriedade os conteúdos do currículo e com uma carga horária maior.

O Ensino de Arte deveria ir na contramão de questões que envolvem associar o homem por meio de sua capacidade produtiva e competitiva. Quando se analisa a estética dos produtos da Arte em suas várias linguagens, ao identificar suas transformações e relação com a tecnologia e as questões da racionalização e robotização da sociedade pós-moderna, se percebe uma tendência de fragmentar o homem nas suas relações sociais e culturais.

Acerca da relação educação e trabalho, Ramos (2006) destaca:

A relação emprego-formação é o modo especificamente econômico que assume a relação trabalho-educação sob o capitalismo. A profissão formaliza o que o conceito de qualificação como relação social possui de concreto em termos de sociabilidade codificada e regulada nessas relações (RAMOS, 2006, p.239).

Nesse descompasso, o currículo escolar tem ficado indiferente às formas pelas quais a cultura popular e o universo midiático têm constituído uma parte importante na construção de conhecimento na vida dos jovens. A proposta curricular do CBVZO na sua fundamentação teórica quer romper com um ensino que privilegie a formação do trabalho pelo trabalho, quando propõe trabalhar de forma interdisciplinar, integrando diversas disciplinas em torno de

um tema comum, que discuta empreendedorismo social, meio ambiente, políticas sociais, dentre outros.

Portanto, o ensino técnico na perspectiva do Ensino de Arte é o elemento capaz de criar e recriar identidades culturais e permitir momentos de criatividade e reflexão. Assim, busca contribuir para o incentivo de uma estética aliada à atividade técnico-profissional, que é extremamente importante no desenvolvimento de uma educação mais integradora e humana.

4.2 ANÁLISE DAS EMENTAS DE ARTE DOS IFs DAS CINCO REGIÕES DO BRASIL

Com o propósito de assentar a percepção acerca da atividade polivalente do professor de Arte do CBVZO, ancorado no que consta na ementa curricular do Ensino de Arte, aludimos referenciar os dados documentais coletados por meio da metodologia de análise documental observando seus conteúdos, com a perspectiva de ter argumentos para classificar e categorizar as ementas, reduzindo suas propriedades a elementos comuns, de modo que sejam análogos a uma série de outros dados. Este aspecto da análise evidenciou as Ementas Curriculares do Ensino de Arte de onze *campi* de Institutos Federais do Brasil e consistiu num esforço de descrever se as ementas desses *campi* possuem o caráter polivalente ou não, caráter esse que contribui na prática pedagógica do professor de Arte, utilizando as categorias eleitas como elementos possíveis de análise.

Para esse estudo foram coletados Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de onze *campi* das cinco regiões do Brasil, a saber: *Campus* Cruzeiro do Sul/IFAC do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Santana /IFAP do Curso Técnico em Comércio Exterior Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Manaus Zona Leste/IFAM do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Parauapebas/IFPA do Curso Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Jaru /IFRO do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Boa Vista Zona Oeste /IFRR do Curso Técnico em Serviços Públicos Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Palmas/IFTO do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Natal Zona Norte /IFRN do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio -

Campus Avançado Ipameri/IFGoiano do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio – *Campus* Niterói/IFRJ do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio *Campus* Pinhais/IFPR do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio. Trata-se de um documento que está no formato em PDF, publicados nos sites desses Institutos Federais.

Para a análise das ementas dos onze *campi* destacadas na tabela 1, buscamos categorizar os seguintes termos que indicam os conteúdos específicos das linguagens artísticas pelas seguintes nomenclaturas: Música (M); Artes Cênicas ou Teatro (ACT), Dança (D) e Artes Visuais/História da Arte (AV/H). Para caracterizar a polivalência os termos deverão estar agrupados no mínimo com duas linguagens artísticas, no mesmo módulo, nas ementas curriculares do Ensino de Arte dos IFs. Isto porque, ao considerar a realidade dos IFs, os professores que atuam na disciplina de Arte atendem na maioria das vezes, os cursos oferecidos, devido à pequena carga horária destinada à disciplina. Com relação a não polivalência, as ementas deverão ter somente conteúdos específicos de uma linguagem artística, em cada um dos módulos oferecidos nos cursos.

Com o propósito de salientar a incidência da polivalência ou não nas ementas, matizamos os termos que indicam as Artes Visuais ou História da Arte em azul, Música em amarelo, Teatro ou Artes Cênicas em lilás e Dança na cor verde.

Tabela 1 – Ementas curriculares do Ensino de Arte dos IFs das 5 regiões

Região	Estado	Campus/IF	Curso	Ementas
Norte	Acre	Campus Cruzeiro do Sul/IFAC	Técnico em Agropecuária Integrado EM	<p>1º ano: Música: Intensidade. Altura. Duração. Timbre. Ritmo. Melodia. Escalas: diatônica, penta tônica, cromática. Gêneros: popular, folclórico, clássico. Técnicas: vocal, instrumental, prática de conjunto. História da Música Brasileira.</p> <p>Artes Visuais: Linha. Forma. Superfície. Volume. Luz. Cor. Bidimensional. Tridimensional. Figurativo. Abstrato. Perspectiva, ponto de fuga. Técnica aplicada: pintura, desenho, gravura, escultura nos diferentes contextos. Gênero: Cópia de obras consagradas, releitura, história em quadrinhos.</p> <p>Teatro: Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. Ação. Espaço. Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica e pantomima. Gêneros: tragédia, comédia. Sonoplastia. Perspectivas do teatro ao longo da História.</p> <p>2º ano: Artes Visuais: Linha. Forma. Superfície. Volume. Luz. Cor. Bidimensional. Tridimensional. Figurativo. Abstrato. Perspectiva e contraste. Técnica: pintura, grafite, desenho, gravura, modelagem, colagem. Gênero: Cópia de obras consagradas, releitura, composição e criação. Arte e suas relações étnicas. Indústria Cultural.</p> <p>Música: Intensidade. Altura. Duração. Timbre. Densidade. Ritmo. Melodia, harmonia e improvisação aplicada e suas técnicas. Escrita Musical. Modos: tonal, modal, atonal. Música Contemporânea. Indústria Cultural.</p> <p>Teatro: Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. Ação. Espaço. Técnicas: jogos teatrais e ensaio. Gêneros: tragédia, comédia e criação. Sonoplastia. Cenografia e iluminação. Figurino. Teatro brasileiro, suas realidades e relações com cinema e telenovelas. Indústria Cultural.</p>
	Amapá	Campus Santana/IFAP	Técnico em Comércio Exterior Integrado ao EM	<p>1º ano - Conceitos sobre Arte, estética e imagem; Arte e Sistema Cultural; Parâmetros do som; Função social da música.</p> <p>2º ano - Arte Moderna; Arte Moderna Brasileira; Elementos constitutivos da música I; Elementos Constitutivos da música II.</p> <p>3º ano - Arte contemporânea. Novas categorias artísticas. Experimentações e hibridismos. Estudo e apreciação da formação da linguagem musical brasileira. Períodos históricos com os quais a música se relaciona.</p>
	Amazonas	Campus Manaus Zona Leste/IFAM	Técnico em Administração	Importância da Arte, análise e conceituação. Funções da Arte. História da música e da Arte. Teoria Musical. Estilos e gêneros musicais. História da Música (idade moderna aos

			Integrado ao EM	dias atuais). Folclore Nacional. Folclore Regional. Linguagem visual . Modalidades de execução musical. Formas musicais: vocal, instrumental e mista. História e cultura afro-brasileira e indígena, voltada aos povos amazônicos. Elementos básicos da composição teatral e da dança . Classificação de instrumentos musicais. Coro como instrumento de socialização. Música, Teatro , literatura como Arte.
Pará	<i>Campus Parauapebas/IFPA</i>	Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas Integrado ao EM		O Modernismo. A Semana de Arte Moderna. Artistas e movimentos após a Semana de Arte Moderna . Arte Contemporânea/Novas tendências, <i>pop Art</i> , Arte do corpo (<i>body art</i>), Arte da terra (<i>land art</i>), Arte conceitual, Fotografia, Teatro , Dança , Música , Folclore e Cinema no Brasil. Arte como ferramenta de inclusão: idoso, criança.
Rondônia	<i>Campus Jaru/IFRO</i>	Técnico em Comércio Integrado ao EM		Iniciação à leitura de imagens, música e representação. Arte na Pré-História: pintura (técnicas e suportes), escultura , arquitetura , música primitiva. Arte Egípcia: pintura, escultura, arquitetura, música. Arte Greco-Romana: pintura, escultura, arquitetura, música, Artes Cênicas . Arte Cristã e Bizantina: pintura, escultura, arquitetura, música. Idade Média: pintura, escultura, arquitetura, música, elementos da perspectiva. Arte Renascentista. Arte no Brasil: a cultura dos negros e a sua influência no Brasil — música, Artesanato e culinária afro-brasileiros; a cultura dos índios e a sua influência no Brasil — pintura (grafismo corporal), escultura (cerâmica), Artesanato (trançados e tecelagem), culinária, música e dança . Modernismo Brasileiro: Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos.
Roraima	<i>Campus Boa Vista - Zona Oeste/IFRR</i>	Técnico em Serviços Públicos Integrado ao EM		1º ano - Linguagens Artísticas. Debater sobre as competências das diferentes linguagens e suas interações. Apresentar vídeos e imagens representativas das Artes Visuais (Audiovisuais), Cênicas , Dança e Música . Projeto: organizar grupos para realização de pesquisa sobre artistas regionais, nacionais e internacionais nas quatro linguagens e posterior apresentação dos grupos através de seminário. Análise conceitual: Arte e estética. O que é Arte? As Artes Visuais como objeto de conhecimento. As diversas formas comunicativas das Artes Visuais. Imagens figurativas e abstratas. Seminário com apresentação da pesquisa sobre artistas internacionais, nacionais e roraimenses. Teoria das Cores: cores primárias, secundárias e terciárias. Cores análogas e complementares. Conceitos de nuances e tonalidades de cor. Monocromia, isocromia e policromia. Cores quentes, neutras e frias; aplicabilidade no design, decoração e Artes gráficas. A relação luz e cor; o espectro solar. Visitas a exposições de Arte. (as visitas a exposições poderão ocorrer durante todo o ano, sempre que houver oportunidade e condições).

				<p>2º ano - História da Música Mundial e Brasileira: Propriedades do som; Instrumentos Musicais; Elementos formadores da música; Modalidades de execução musical; Estilos e gêneros musicais: erudito, popular e tradição oral. Apreciação e análise de produções artísticas, mundiais e nacionais na ópera, jazz, blues, bossa nova, jovem guarda e tropicalismo, identificando as principais características e artistas representativos. Atividade de pesquisa e posterior apresentação dos grupos por meio da linguagem teatral. Projeto Artes Cênicas: em um primeiro momento elencar com os alunos, todas as etapas do processo de criação teatral, desde a produção de textos e roteiros, definição de personagens, diálogos, figurinos, cenários, sonoplastia, iluminação etc., objetivando aos alunos vivenciarem todo o processo de criação e elaboração teatral. História e Evolução do Teatro no Brasil e no Mundo. A partir dos conhecimentos da história da música e do teatro e a pesquisa sobre os movimentos musicais os grupos organizarão uma apresentação teatral onde contarão a história e desenvolvimento dos movimentos musicais pesquisados.</p> <p>3º ano - Arte Moderna e Contemporânea: conceitos de moderno, contemporâneo e vanguarda. Apresentar conceitos e artistas representativos do Impressionismo, Expressionismo, Cubismo, Abstracionismo, Dadaísmo, Surrealismo, Pop Art, Op Art, na pintura, escultura, gravura e fotografia. Semana de Arte Moderna. Artistas brasileiros atuais em evidência e suas obras. A partir dos conhecimentos adquiridos, os alunos aprofundarão a pesquisa e em seguida produzirão uma obra escolhendo um tema e desenvolvendo em uma das técnicas ou fazendo uma releitura de obra de forma contextualizada. Mostra dos trabalhos realizados no ano.</p>
Tocantins	Campus Palmas/IFTO	Técnico em Administração Integrado ao EM	<p>Introdução ao Estudo das Artes, conceitos e funções. Produção e recepção de textos artísticos: interpretação e representação do mundo para o fortalecimento dos processos de identidade e cidadania. Artes Visuais e o contexto da obra artística, o contexto da comunidade. Teatro: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Música: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Dança: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Conteúdos estruturantes das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), elaborados a partir de suas estruturas morfológicas e sintáticas; inclusão, diversidade e multiculturalidade: a valorização da pluralidade expressa nas produções estéticas e artísticas das minorias sociais e dos portadores de necessidades especiais educacionais. Elementos constitutivos da obra: formais, estilo e iconografia. História da Arte e da Estética (Pré-histórica e Antiga). Diferentes linguagens artísticas e</p>	

				suas especificidades. Heranças artísticas das matrizes formadoras da identidade e cultura brasileira. O fazer e o fruir Arte como forma de conhecer o mundo. Crítica da Arte em suas várias vertentes e desdobramentos. Arte e Cultura Africanas, afro-brasileira e dos povos indígenas. Arte aplicada. Temas transversais.
Nordeste	Rio Grande do Norte	<i>Campus Natal – Zona Norte/IFRN</i>	Técnico em Comércio Integrado ao EM	<p>Artes Visuais no 1º ano (2º semestre) - Compreensão da Arte como conhecimento estético, histórico e sociocultural. Estudo de produções artísticas em Artes Visuais e audiovisuais. Processos de produção em Artes Visuais e audiovisuais.</p> <p>Música no 2º ano (1º semestre) - Compreensão da música como conhecimento estético, histórico e sociocultural. Estudo de produções artísticas em música. Processos de produção em música.</p> <p>Artes Cênicas no 2º ano (2º semestre) - Compreensão da Arte como conhecimento estético, histórico e sociocultural. Estudo de produções artísticas em Artes Cênicas. Processos de produção em cênicas.</p>
Centro-Oeste	Goiás	<i>Campus Avançado Ipameri/IFGoiano</i>	Técnico em Comércio Integrado ao EM	Linguagens Artísticas. Arte da Pré-História . Arte, cidade e patrimônio cultural material e imaterial. Paisagem sonora. Arte da Antiguidade, Egípcia, Grega, Romana. Projetos poéticos na escola. Artes circenses. Arte da Idade Média. Intervenção na escola, Arte e ação. Teatro . Intervenção na linguagem da dança e da música .
Sudeste	Rio de Janeiro	<i>Campus Niterói/IFRJ</i>	Técnico em Administração Integrado ao EM	<p>Arte I - Unidade I: Linguagens e práticas expressivas; A História da Arte e de seu campo de atuação; Abordagens tradicionais e perspectivas contemporâneas; Metodologias de trabalho e pesquisa no campo das Artes. Unidade II: Pré-História (Paleolítico/Neolítico) / Sociedades tribais: O homem e seus símbolos; Sociedades sem escrita; Ritual e simbolismo; Arte rupestre no Brasil e no mundo; Povos indígenas e sociedades tradicionais na contemporaneidade. Unidade III: História Antiga I (Mesopotâmia – Sumérios, Assírios e Babilônios), Egito, China, Índia: Grandes civilizações agrícolas; O universo do mito; A invenção da escrita.</p> <p>Arte II - Unidade I - Antiguidade clássica / Creta, Grécia, Etrúria, Roma: Culturas do mediterrâneo - Manifestações artísticas cretenses e micênicas; Os períodos da história grega: arcaico, clássico e helenístico; Mitologia grega; O Império Romano: expansão e cosmopolitismo. Unidade II - Idade Média / Alta e baixa Idade Média / Bizantino, Românico e Gótico: Arte paleocristã; Império Bizantino; As invasões bárbaras; A alta Idade Média: Arte merovíngia e carolíngia; A baixa Idade Média: românico e gótico; Cultura popular na idade média – magia, alquimia e religião. Unidade III - Renascimento 1 / Itália, Alemanha e Países Baixos: Novas</p>

				<p>tecnologias construtivas e transformações arquitetônicas; A invenção da perspectiva; Leonardo da Vinci e Michelangelo artistas paradigmáticos; O humanismo renascentista-inovações no campo das ciências e das Artes.</p> <p>Arte III - Unidade I - Idade Moderna 1 / A Europa se expande pelo mundo: Grandes Navegações / a “descoberta” das Américas / a expansão colonial; Absolutismo e mercantilismo – o poder real e da Igreja; Os antiquários e os Gabinetes de curiosidades; O Humanismo e os precursores das ciências modernas. Unidade II- Idade Moderna 2 / Enquanto isso nas Américas...: Sociedades Pré-colombianas (Maias, Astecas, Incas); Mitologia e sistemas simbólicos nas Américas; O choque das civilizações; Culturas indígenas e sociedades tribais no Brasil; Culturas indígenas e sociedades tribais no Brasil; Culturas africanas e o Brasil Unidade III - Idade Moderna 3 / Séculos XVI e XVII / A Reforma e a Contrarreforma: Lutero e Calvino as Reformas protestantes - o rigor nas Artes; A Contrarreforma católica e a inquisição - transformações nas ordens religiosas; O Maneirismo e o Barroco na Europa, nas Américas e no Brasil; O academicismo e as escolas de Arte. Unidade IV- Séculos XVII, XVIII e XIX: A revolução científica de Descarte e Newton; As sociedades de corte - cultura e civilização; O iluminismo e o despotismo esclarecido - poder religioso, econômico e político; As ciências da natureza - os viajantes e o desenho botânico; A Revolução Francesa, os museus modernos e a invenção do Patrimônio; A representação da natureza e as tecnologias do desenho - a câmara clara; Estilos que se sucedem: Rococó, Neoclassicismo e Romantismo. Unidade V - Século XIX: O evolucionismo e a Revolução de Darwin; Museus Etnográficos e Museus de História Natural; Confluência das Artes e das ciências - novos experimentos e invenções; Rompendo com a representação – os impressionistas e a Arte moderna; O advento da Fotografia e a invenção do Cinema; A Arte moderna e a crise da representação.</p> <p>Arte IV - Unidade I - Primeira metade do século XX no mundo / As vanguardas: A Arte moderna e a crise da representação - parte 2; Movimentos e correntes artísticas: Fauvismo, Futurismo, Dadaísmo, Cubismo, Abstracionismo, Suprematismo, Surrealismo; Novas tendências estéticas e reformulações teóricas - os manifestos. Unidade II - Primeira metade do século XX no Brasil: A Semana de Arte Moderna de 1922; O Modernismo na arquitetura; A cidade moderna; Folclore e culturas populares; Políticas de Patrimônio no Brasil. Unidade III - Segunda metade do século XX: O pós-guerra e o fim da Arte; Pop art - cultura popular e <i>mass media</i>; A contracultura - Movimentos de ruptura, <i>happenings</i> e performance; A pós-modernidade nas Artes. Unidade IV - Segunda metade do século XX no Brasil: Neoconcretismo; Grupo Frente; Hélio Oiticica e Lígia Clark – artistas paradigmáticos; Tropicalismo nas Artes. Unidade V</p>
--	--	--	--	---

				<p>– Contemporaneidade: Novos suportes, meios e linguagens; A Arte digital; As fronteiras da Arte / as Artes sem fronteiras. Unidade VI - Contemporaneidade II: Descolonização e novas leituras da História da Arte; Antropologia e críticas da Arte; As “minorias” e a contestação da historiografia clássica; Novos agentes e lutas políticas por representação; As Artes da África; Práticas e expressões afro-brasileiras na atualidade; Práticas e expressões indígenas na atualidade; Novos temas e recortes de estudo; as questões sociais e de gênero; Memória e identidade cultura.</p>
Sul	Paraná	Campus Pinhais/IFPR	Técnico em Administração Integrado ao EM	<p>Arte I - Produção e reflexão sobre entre Arte e sociedade em suas diferentes linguagens artísticas (Dança, Teatro, Música, Cinema e Artes Visuais) em contextos históricos diversos, estabelecendo relações sobre o papel da Arte em sua discussão crítica sobre com o mundo. Temas transversais conforme Res. CNE/CEB nº 02/2012. Exibição de filmes de produção nacional no contexto da disciplina conforme § 8º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996.</p> <p>Arte II - Buscando ampliar os conhecimentos acerca do curso de administração, propõe-se estudos acerca dos conceitos de produção cultural, público e mercado para a implementação de projetos e ações culturais relacionados às áreas de Artes Cênicas, Artes Visuais e Música. Buscando o conhecimento de leis de incentivo nacionais, estaduais e municipais focando no funcionamento, discussão e desenvolvimento de projeto cultural, buscando as etapas: Planejamento, escrita do projeto, captação de recursos, pré-produção, produção, pós-produção, prestação de contas. Temas transversais conforme Res. CNE/CEB nº 02/2012. Exibição de filmes de produção nacional no contexto da disciplina conforme § 8º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do PPC/IFs/BRASIL, 2020.

Tabela 2 - Total de ocorrências que os termos (AVH), (M), (ACT), (D) se destacam nas ementas.

Categorias	(AVH) e(M)	(ACT) e(D)	(M) e(ACT)	(AVH), (M) e (ACT)	(AVH), (M), (ACT) e (D)	(AVH)	(M)	(ACT)	(D)
<i>Campus</i> Sena Madureira/IFAC	-	1	-	-	-	-	-	-	-
<i>Campus</i> Santana/IFAP	3		-	-	-	-	-	-	-
<i>Campus</i> Manaus Zona Leste/IFAM	-	-	-	-	1	-	-	-	-
<i>Campus</i> Parauapebas/IFPA	-	-	-	-	1	-	-	-	-
<i>Campus</i> Jaru/IFRO	-	-	-	-	1	-	-	-	-
<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste/IFRR	-	-	1	-	1	1	-	-	-
<i>Campus</i> Palmas/IFTO	-	-	-	-	1	-	-	-	-
<i>Campus</i> Natal – Zona Norte/IFRN	-	-	-	-	-	1	1	1	-
<i>Campus</i> Avançado Ipameri/IFGoiano	-	-	-	-	1	-	-	-	-
<i>Campus</i> Niterói/IFRJ	-	-	-	-	-	1	-	-	-
<i>Campus</i> Pinhais/IFPR	-	-	-	1	1	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Na tabela 2, após a análise das categorias apresentadas seguindo o critério de nomenclaturas: (AV/H), (M), (ACT) e (D), que correspondem às linguagens da Arte agrupadas ou não, chegamos à seguinte conclusão dessas incidências que podem conotar a polivalência ou não da prática pedagógica do professor de Arte.

(AV/H) /(M) - Notamos que na ementa do *Campus* Santana/IFAP do Curso Técnico em Comércio Exterior, os termos agrupados que indicam os conteúdos de **Artes Visuais, História da Arte** e **Música** aparecem nos três anos dessas ementas, configurando-se assim, polivalente, uma vez

que a música é um conhecimento muito específico para o professor de Artes Visuais dominar.

- (AV/H) /(M)/ (ACT) – No *Campus* Cruzeiro do Sul/IFAC do Curso Técnico em Agropecuária, analisamos que as suas ementas tanto do 1º e 2º ano contemplam as seguintes linguagens: Artes Visuais, Música e Teatro, configurando-se assim, polivalente, uma vez que a Música e o Teatro são conhecimentos muito específicos para o professor de Artes Visuais dominar.
- (M)/(ACT) - No *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR verificamos que, de acordo com a ementa do Curso Técnico em Serviços Públicos do 2º ano, o professor de Artes Visuais tem que trabalhar com as linguagens de Música e Teatro, o que se configura uma prática pedagógica polivalente, uma vez que a Música e o Teatro são conhecimentos muito específicos para o professor de Artes Visuais dominar.
- (AVH)/(M)/(ACT) – Verificamos ainda que os conteúdos das linguagens de Artes Visuais, Música e Teatro estão presentes na ementa do *Campus* Pinhais/IFPR do Curso Técnico em Administração possuindo assim, o caráter polivalente, uma vez que a Música e o Teatro são conhecimentos muito específicos para o professor de Artes Visuais dominar.
- (AVH)/(M)/(ACT)/(D) – Constatamos também que o uso dos conteúdos de todas as linguagens artísticas: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança na mesma ementa ocorre em sete *campi*: *Campus* Manaus - Zona Leste/IFAM do Curso Técnico em Administração; *Campus* Parauapebas/IFPA do Curso Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas; *Campus* Jaru/IFRO do Curso Técnico em Comércio; a ementa do 1º ano do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR do Curso Técnico em Serviços Públicos; *Campus* Palma/IFTO do Curso Técnico em Administração; *Campus* Avançado Ipameri/IF Goiano do Curso Técnico em Comércio e a ementa do 1º ano do *Campus* Pinhais/IFPR do Curso Técnico em Administração, configurando-se assim polivalentes, uma vez que a Música, Teatro e Dança são conhecimentos muito específicos para o professor de Artes Visuais dominar.

- (AVH) – Na análise, encontramos 3 ementas que contemplam somente a linguagem das **Artes Visuais**: a ementa do 1º ano do *Campus Natal* – Zona Norte/IFRN do Curso Técnico em Comércio e *Campus Niterói/IFRJ* do Curso Técnico em Administração e a ementa do 3º ano do *Campus Boa Vista Zona oeste/IFRR* do Curso Técnico em Serviços Públicos.
- (M) – Em **Música**, encontramos uma ementa não polivalente no *Campus Natal* – Zona Norte/IFRN do Curso Técnico em Comércio.
- (ACT) - Em **Artes Cênicas ou Teatro**, encontramos uma ementa não polivalente no *Campus Natal* – Zona Norte/IFRN do Curso Técnico em Comércio.
- (D) – Nos 11 *campi* analisados, não há ementa específica para a linguagem de dança.

Conforme a tabela anterior, feita a análise das ementas em categorias, percebemos a grande incidência de *campi* que possuem na sua ementa curricular do Ensino de Arte a predisposição para que a prática pedagógica do professor de Arte seja de caráter polivalente. Assim, podemos levantar a porcentagem de ementas com caráter polivalente (P) e não polivalente. (NP).

Tabela 3 – Número de ementas polivalentes e não polivalentes

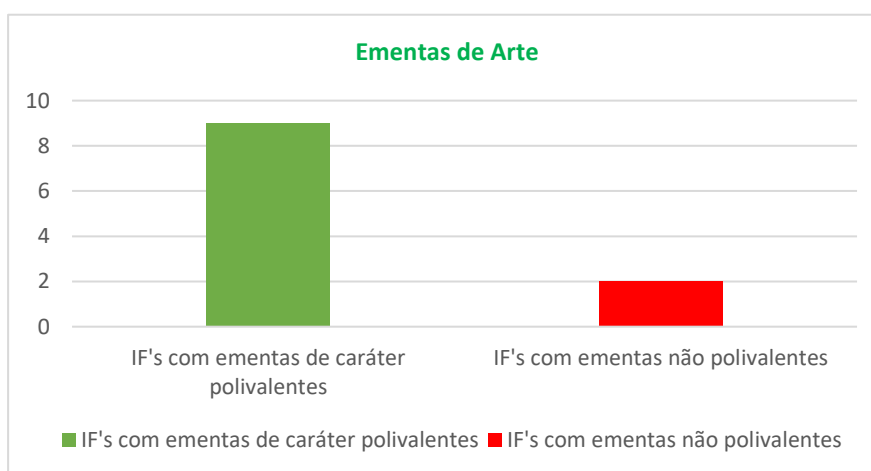
Campus / Ementas	Polivalente	Não Polivalente
<i>Campus Sena Madureira/IFAC</i>	1	-
<i>Campus Santana/IFAP</i>	3	-
<i>Campus Manaus Zona Leste/IFAM</i>	1	-
<i>Campus Parauapebas/IFPA</i>	1	-
<i>Campus Jaru/IFRO</i>	1	-
<i>Campus Boa Vista Zona Oeste/IFRR</i>	2	1
<i>Campus Palmas/IFTO</i>	1	-
<i>Campus Natal – Zona Norte/IFRN</i>	-	3
<i>Campus Avançado Ipameri/IFGoiano</i>	1	-
<i>Campus Niterói/IFRJ</i>	-	1
<i>Campus Pinhais/IFPR</i>	2	-

Total de Ementas	13	5
Porcentagem %	72,2	27,8

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Segundo a análise dos dados, em relação ao número de Institutos Federais/*Campi* que apresentam nas suas ementas curriculares do Ensino de Arte o caráter polivalente e não polivalente, temos o seguinte gráfico.

Gráfico 1– Número de IFs com ementas polivalentes e não polivalente



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

No gráfico anterior podemos vislumbrar um panorama que demonstra: dos 11 *campi* analisados, apenas 2 *campi* não possuem ementas com as características polivalente, uma vez que a Música, Teatro e Dança são conhecimentos muito específicos para o professor de Artes Visuais dominar.

4.3 APONTAMENTOS PARA REESTRUTURAÇÃO – DISCUSSÃO

Conforme já apontado anteriormente, o presente estudo foi realizado no intuito de analisar os traços do caráter polivalente apresentados nas ementas dos *Campi* dos Institutos Federais investigados e propor a reestruturação da ementa do *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR.

Desse modo, esse contexto configurou a necessidade primeiramente em entender os aspectos que levaram à escolha desse tipo de estrutura curricular e apontar algumas discussões desses resultados, “comprometido, portanto,

com sua realidade histórica e não pairando acima dela como verdade absoluta” (LUDKE e ANDRÉ, 2018).

A questão da polivalência do Ensino de Arte discutida em rodas de conversas, congressos e encontros locais, regionais e nacionais, tem provocado muitas discussões a respeito das múltiplas interpretações que a Lei 13.278/2016 deixou quando recomendou que as quatro linguagens artísticas - Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, do componente curricular Arte, preservasse a especificidade de cada área. Em descompasso, notamos a falta de ações para adequar o que a lei pede, deixando assim, a cargo de cada poder público providenciar alterações na matriz curricular da Educação Básica de sua rede de ensino. Em função disso, a temática tem preocupado muitos educadores de Arte no Brasil.

Apesar de a proposta de Lei 7032/10 prever a obrigatoriedade do ensino das quatro linguagens artísticas separadamente nas escolas e reforço da Lei 13278/2016, a qual alterou o § 6º da LDB 9394/96, enfatizando que: as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. Apesar destas mudanças, o problema da polivalência ainda persiste em muitas redes de ensino deste país. Nesse sentido, Alvarenga (2014) destaca:

As instituições dos cursos de Licenciatura do Ensino Superior se individualizaram, o que, por um lado, é algo positivo por fornecer ao educando uma base bem fundamentada na área de formação escolhida. Entretanto, as políticas públicas em educação “esqueceram-se” de promover alterações na matriz curricular da Educação Básica da Rede Pública de Ensino, de modo a gerar um problema para os profissionais de educação em Arte, uma vez que tal rede não acompanhou e não está de acordo com as mudanças que ocorreram na matriz curricular da disciplina de Arte na esfera do Ensino Superior (ALVARENGA, 2014, p. 265).

De acordo com o que Alvarenga (2014) destacou no seu artigo: O projeto de lei 7032/10 prevê linguagens artísticas separadas na Educação Básica: Será o fim da polivalência? O *Campus Boa Vista Zona Oeste - CBVZO/IFRR*, traz na sua ementa curricular os traços de um ensino de Arte polivalente, não fazendo distinção entre cada linguagem artística que tem as suas especificidades enquanto área de conhecimento e um profissional formado para atuar neste campo de estudo. Esse é o elemento que caracteriza a atuação polivalente. O fato de possuir diversas linguagens das Artes em uma

proposta curricular não consolidada, por si só, o caráter polivalente. É na hora de executar essa proposta curricular que se poderá ou não assumir o caráter polivalente se ocorrer situação equivalente ao CBVZO IFRR. Isso porque neste caso, a instituição só tem um (01) professor, licenciado em Artes Visuais, para atender toda a proposta curricular do curso.

No entanto, acreditamos que este descompasso de entendimento do Instituto Federal de Roraima – IFRR com a Lei 13278/2016, a qual valoriza as especificidades das linguagens artísticas se dá também pela pouca profundidade em que a área da Arte é apresentada pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC (2017).

Segundo a nova versão da BNCC, o componente curricular Arte está inserida na área de Linguagens, com destaque somente no saber-fazer individualizado, desvalorizando a importância crítica e conceitual da Arte. Como componente curricular de uma área tão abrangente e com uma carga horária mínima, os seus conteúdos essenciais que auxiliam na reflexão crítica de toda uma gama dos objetos artísticos-culturais construídos em diversos tempos históricos e em múltiplos contextos culturais passam a ser preteridos.

Em relação à construção do Projeto Pedagógico de Curso do Instituto Federal de Roraima – IFRR, especificamente o PPC do *Campus Boa Vista Zona Oeste/CBVZO*, com os resquícios presentes da polivalência na ementa curricular do Ensino de Arte, esta pode ser atualizada com a ajuda de todos: gestores e professores, principalmente os de Arte.

4.4 PROPOSTA DE EMENTA DA DISCIPLINA ARTE PARA O CBVZO/IFRR

Ao nos posicionarmos sobre a importância das linguagens específicas do componente Arte, não estamos defendendo aqui um ensino fragmentado e linear. Nesse sentido, Alvarenga e Silva (2018) nos falam que:

[...] a intenção da especificação das linguagens artísticas na educação básica não é a de reforçar um ensino disciplinar isolado/fragmentado. Ao contrário, avalia-se aqui que é a partir da especificidade de cada uma das linguagens artísticas e valorizando-se os saberes específicos dos docentes que se deve buscar a interdisciplinaridade e as conexões entre as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança, assim como entre outras disciplinas do currículo (ALVAREGA E SILVA, 2018, p. 1025).

Dessa forma, quando se pensa na construção de uma ementa curricular do Ensino de Arte não polivalente, sem desfalcar o estudante com o contato com todas as linguagens artísticas, a preocupação dessa proposta é reafirmar que ele tenha acesso a esses conhecimentos não de forma inadequada, visto que a polivalência, na prática, enfraquece este campo de estudo tanto no currículo, quanto em ações afirmativas da valorização da Arte no meio sociocultural. De acordo com o pensamento de Peregrino e Santana (*apud* Penna, 2001):

Um currículo crítico implica na compreensão da realidade, na construção de bases solidamente assentadas na epistemologia da área e, via de regra, na (re) educação permanente dos docentes. Como as demais modalidades artísticas propostas para a área de Arte, o Teatro precisa de profissionais com conhecimentos adequados para a tarefa da escolarização — não o professor faz de conta, que atua improvisadamente; não o técnico do tipo *deus ex machina*, que tudo sabe da linguagem artística e que, a cada situação, lança mão de poderes miraculosos; nem tampouco o profissional polivalente, cujo perfil assemelha-se à imagem pejorativa do pato, que nada sem mergulhar, tem asas mas não voa e anda desengonçado. Num momento de crise na educação, faz-se necessário redirecionar a formação inicial e o aperfeiçoamento contínuo dos docentes, tendo em vista a grandeza da missão que cabe a esses profissionais (PEREGRINO e SANTANA, *apud* PENNA 2001, p. 111).

Com o propósito de contribuir para amenizar o problema do caráter polivalente na ementa curricular da disciplina de Arte do *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), sugerimos delinear quatro ementas curriculares nas suas linguagens específicas na grande área da Arte: a ementa curricular de Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Logo, enquanto não houver a contratação por meio de concurso público, de docentes habilitados para lecionar as aulas de Música, Teatro e Dança, sugerimos que sejam criados projetos de extensão com o apoio da Coordenação de Extensão do *Campus* (COEXT), com o objetivo de firmar parcerias com universidades e outras instituições para aplicar cursos, oficinas e workshops, para que os estudantes possam ter acesso aos conhecimentos específicos de cada uma dessas linguagens, sem prejuízos para a sua formação.

Na ausência dos docentes de Música, Teatro e Dança, fica a cargo do docente de Artes Visuais em cumprir as 120 horas da carga horária anual da disciplina de Arte, trabalhando conhecimentos (conceitos e técnicas) específicos de sua área de formação, não impedindo que este apresente uma

prática pedagógica de forma interdisciplinar com as linguagens da Música, Teatro e Dança e as demais disciplinas do currículo.

Desse modo, com o propósito em adequar a ementa curricular do Ensino de Arte do *Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)*, apresentamos a seguinte proposta:

Ementa de Artes Visuais

DISCIPLINA: Arte I – Artes Visuais	
Código:	
Carga Horária Total: 40h	CH Teórica: 20h – Prática: 20h
Semestre:	1º
Nível:	
EMENTA	
<p>Construir uma efetiva fundamentação teórica e prática da linguagem das Artes Visuais com bases estéticas, históricas e socioculturais, objetivando o estudo de processos em produções artísticas em Artes Visuais e audiovisual, integrando a formação técnica com base na pesquisa, na experimentação de novas práticas artísticas e na investigação do ensino.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolver no aluno o senso de observação e criatividade; ○ Criar habilidade para o traço à mão livre e ter a capacidade de representar através do desenho, imagens de suas percepções; ○ Desenvolver conceitos básicos relacionados à Cor Luz e à Cor Pigmento; Círculo das Cores e às paletas consideradas essenciais; ○ Exercitar as técnicas expressivas em suportes bidimensionais a fim de aprender a lidar com formas, cores, texturas e espaços; ○ Conhecer as formas de percepção, criação e concepção da produção artística e da função estética na sociedade contemporânea; ○ Compreender as novas expressões estéticas e suas relações com a tecnologia; ○ Desenvolver pesquisa com a finalidade de elaboração de projeto visual a fim de fazer uso das técnicas estudadas e experimentadas durante a disciplina. 	
BASES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS (CONTEÚDOS)	
<ul style="list-style-type: none"> ○ O que é Arte e estética: linguagem, objeto de conhecimento, funções e produto. ○ Arte e suas dimensões sob uma perspectiva multicultural: sociais, culturais, estéticas, históricas, econômicas e políticas. ○ Arte na sociedade contemporânea: Arte e cotidiano; Arte como patrimônio cultural. ○ As Artes Visuais como objeto de conhecimento: contextos sociais, culturais, estéticos, históricos, econômicos, políticos e individuais. ○ As diversas formas das Artes Visuais: pintura, desenho, escultura, colagem, fotografia, cinema, arquitetura, gravura, instalação, grafite, objeto, quadrinhos, vídeo, Arte tecnológica, intervenções urbanas, performance. ○ Elementos constitutivos das Artes Visuais: linha, ponto, textura, forma, cor, 	

- proporção e dimensão, volume, espaço, luz e sombra, plano.
- Elementos constitutivos das Artes audiovisuais: som, ação, roteiro, luz e sombra, espaço, plano.
- Tendências estéticas e artísticas das Artes Visuais e audiovisuais: produções figurativas, abstratas, performáticas e tecnológicas.
- A diversidade das Artes Visuais e audiovisuais em Roraima.
- Produções artísticas: leitura (descrição, interpretação, análise e contextualização) e criação de produções artísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, A. M. **Inquietações e mudanças no Ensino de Arte**. SP: Cortez, 2002.
 FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e; FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. **Arte na educação escolar**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.
 MARTÍN, Gabriel. **Fundamentos do desenho artístico**: aula de desenho. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.
 NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da Arte**. São Paulo: Ática, 1991.
 PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2009.
 PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Cristina. **Questões de Arte**: o belo, a percepção estética e o fazer artístico 2ª. ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.
 CURSO de desenho e pintura. **Desenho a tinta e carvão. Acrílico, pastel e guache. Aquarela**. São Paulo: Globo, 1986.
 DOMINGUES, Diana. **Arte e vida no século XXI**: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: UNESP, 2003.
 FISCHER, Ernt. **A Necessidade da Arte**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1987.
 GOMBRICH, Ernst. **História da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
 MUNARI, Bruno. **Das Coisas nascem Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002
 PANOFKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. 3 Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

Ementa de Música

DISCIPLINA: Arte II – Música	
Código:	
Carga Horária Total: 40h	CH Teórica: 20h – Prática: 20h
Semestre:	2º
Nível:	
EMENTA	
<p>A música tem por finalidade a compreensão dos fundamentos da música, a prática individual de cada aluno, Através de aulas teórico – práticas, a disciplina vem mediar o conhecimento da linguagem, apreciação e percepção musical, de técnicas e uso de instrumentos musicais, bem como a história da música brasileira e suas influências culturais e sociais.</p>	

OBJETIVOS

- Compreender e refletir sobre a Arte como conhecimento construído numa perspectiva sócio-histórica e cultural;
- Reconhecer as manifestações artísticas e musicais produzidas em seu contexto sociocultural no sentido de valorizá-las como bens representativos para a comunidade e para o campo da Arte;
- Compreender que cada sociedade constrói social e historicamente códigos artísticos, estéticos e musicais singulares que orientam a produção, a apreciação e a difusão da Arte;
- Vivenciar diferentes técnicas e materiais sonoros, a partir do seu corpo e de sua relação com o espaço e com os demais instrumentos sonoros e musicais, no sentido de possibilitar a apreciação, a contextualização e a produção nas diferentes linguagens artísticas;
- Estimular reflexões críticas sobre os discursos deterministas, homogeneizadores e excludentes no campo da Arte;
- Pesquisar e analisar as produções musicais locais, nacionais e internacionais, a fim de compreender suas especificidades.

BASES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS (CONTEÚDOS)

- O que é Arte: linguagem, objeto de conhecimento, funções e produto;
- Arte e suas dimensões sob uma perspectiva multicultural: sociais, culturais, estéticas, históricas, econômicas e políticas;
- Arte na sociedade contemporânea: Arte e cotidiano; Arte como patrimônio cultural.
- Música, o que é e porque existe: Por que ouvimos música? A existência da música no cotidiano. Por que fazemos música e a cultivamos?
- A música como objeto de conhecimento: Contextos sociais, culturais, estéticos, históricos, econômicos, políticos e individuais;
- Aspectos históricos da música: Ocidental e povos ágrafos;
- Música e seus estilos e gêneros musicais: Movimentos musicais urbanos; A música eletrônica, hip-hop; A música de tradição oral, A música erudita; A música popular;
- A música como objeto de mercado: A massificação da Arte;
- Como funciona a música: Grupos orquestrais e seu funcionamento; Orquestras e bandas, processo de leitura por partitura; Processo de composição da música eletrônica DJ; Como acontece a música de tradição oral e sua transmissão?
- Elementos estruturais da música: Componentes fundamentais da música, ritmos, melodia, harmonia, forma e textura; Linguagem e estruturação musical: Figuras musicais, compasso, pautas notas e claves, dinâmica, andamento, leitura e apreciação musical;
- Organologia: Classificação dos instrumentos musicais;
- Produção musical: Leitura (descrição, interpretação, análise e contextualização);
- Elaboração de uma obra, peça musical ou estruturação sonora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BENNETT, Roy. **Instrumentos da Orquestra**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1985.
- _____. **Elementos Básicos da Música**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. **Instrumentos de Teclado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- BEYER, Esther (org.). **Ideias para a educação Musical**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- BEYER, Esther; KEBACH, Patrícia (org.). **Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: FunArte, 2008.

_____. **Música e Meio Ambiente:** a ecologia sonora. São Paulo: Irmãos Vitale, 2004.

HENTSCHKE, Liane; SOUZA, Jusamara (org.). **Avaliação em Música:** reflexões e práticas. São Paulo: Moderna, 2003.

PENNA, Maura. **Reavaliações e buscas em musicalização.** São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. **Música(s) e seu ensino.** Porto Alegre: Sulinas, 2008.

QUEIROZ, Luís Ricardo S. **Educação Musical e Cultura:** Singularidade e Pluralidade cultural no ensino e aprendizado da música. Revista da ABEM. Rio de Janeiro, n. 10, 2004, p. 99-107.

SCHAFER, R. Murray. **O Ouvido Pensante.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

SOUZA, Jusamara (org.). **Aprender e ensinar música no cotidiano.** Porto Alegre: Sulina, 2008. Coleção Músicas.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente.** Trad. de Alda Oliveira e Ana Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KRAEMER, Rudolf-Dieter. **Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical.** In: Em Pauta: Revista do Programa de Pós-graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 11, n. 16/17, abril/novembro 2000. p. 51 – 73.

MEDEIROS, Lourdinha Lima. **Exercícios Sonoros e Canções.** V. I.

PAZ, Ermelinda A. **Pedagogia musical brasileira no século XX:** Metodologias e tendências. Brasília: Editora Musimed, 2000.

PUCCI, Magda Dourado; ALMEIRDA, M. Berenice de. **Outras terras, outros sons.** São Paulo: Callis Editora, 2003. Inclui CD.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

VASCONCELOS, José. **Acústica Musical e Organologia.** Porto Alegre: Editora Movimento, 2002.

Ementa de Teatro/Artes Cênicas

DISCIPLINA: Arte III – Teatro	
Código:	
Carga Horária Total: 40h	CH Teórica: 20h – Prática: 20h
Semestre:	3º
Nível:	
EMENTA	
A linguagem Teatro tem por finalidade a compreensão dos fundamentos do teatro, a prática individual de cada aluno, através de aulas teórico – práticas, a disciplina vem mediar o conhecimento da linguagem teatral, de técnicas e uso do corpo e da fala como instrumentos cênicos, bem como a história do teatro e suas influências culturais e sociais.	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolver habilidade de percepção corporal e sensorial; ○ Desenvolver atividades práticas tendo como referência os seguintes elementos do fenômeno teatral: ator, espaço, espectador; ○ Fornecer subsídios conceituais, teóricos e práticos que ampliem a atuação dos 	

<p>alunos nas interfaces do teatro com as artes cênicas e as demais linguagens artísticas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Distinguir conceitos relacionados à forma e estrutura de uma peça teatral; ○ Desenvolver cenas teatrais a partir de estruturas pré-fixadas: textos e situações sociais; ○ Viabilizar a pesquisa científica em teatro visando à produção, elaboração e divulgação do conhecimento na área; ○ Caracterizar e identificar os movimentos e os gêneros do teatro no mundo e Brasil, sob os aspectos históricos, sociais, culturais e estéticos.
BASES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS (CONTEÚDOS)
<ul style="list-style-type: none"> ○ Características e Estruturas dos Jogos Teatrais, dos Jogos Dramáticos e dos Jogos Espontâneos; ○ O texto na proposta dos jogos teatrais; ○ Treinamento do ator através dos jogos teatrais; ○ Os jogos teatrais como base para a improvisação; ○ A busca do corpo expressivo sobre a amálgama dos jogos teatrais; ○ Preparação do corpo cênico, incorporando Atenção, Articulação, Energia e Neutralidade; ○ Exploração do trabalho de Máscara: Máscara Neutra: jogos de calma e equilíbrio; Percepção, Sensação e o Imaginário; a consciência da tríade no treinamento do ator; ○ Imaginação artística em cena; ○ Memória sensorial; ○ Concentração e Fé cênica; ○ Permutas com o parceiro; ○ O tempo-ritmo interior e exterior; ○ Relaxamento e a preparação corporal e vocal; ○ Tendências estéticas e artísticas do Teatro: Clássica, Naturalistas, realistas, performáticas e tecnológicas;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BERTHOLT, Margot. História mundial do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2000. BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. CACCIOCLA, M. Pequena história do teatro no Brasil. São Paulo, 1996. CAMPEDELLI, S. Y. Teatro brasileiro do século XX. São Paulo: Scipione, 1998. DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003. HELIODORA, Bárbara. O teatro ensinado aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2008. MAGALDI, Sábado. Panorama do Teatro Brasileiro. São Paulo: Global, 1998. MATOVANI, Ana. Cenografia. São Paulo: Ática, 1989. PALLOTINI, R. O que é dramaturgia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 316). PAVIS, P. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva, 1999, p.393. PEIXOTO, F. O que é teatro. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. PRADO, D. A. História concisa do teatro brasileiro. São Paulo: EDUSP, 1999. SPOLIN, Viola. O fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>NICOLETE, D.; GALLETI, R.; ROCCO, A. Três peças curtas: teatro na escola. São Paulo: Ed. do Autor LTD, 1999. PALLOTINI, R. Dramaturgia, construção de personagens. São Paulo: Ática, 1989.</p>

Ementa de Dança

DISCIPLINA: Arte IV – Dança	
Código:	

Carga Horária Total: 40h	CH Teórica: 20h – Prática: 20h
Semestre:	4º
Nível:	
EMENTA	
Dança, arte e sociedade. Estudos do Corpo. Consciência corporal e rítmica. Cinesiologia da dança. Dança e relações de espaço e tempo. Histórias da Dança. Danças primitivas e ancestrais. Dança Clássica, técnicas e escolas. Dança moderna e o expressionismo alemão, artistas e estudos. Rudolf VanLaban e a Análise do Movimento. A Dança Butoh, um estudo da dança no Japão. Danças de Salão: técnicas e estilos para se dançar a dois. Danças tradicionais: estudos de identidades, corporeidades das danças cearenses, do Brasil e da América Latina. Dança contemporânea, conceitos, estudos, urgências e questionamentos. Estudos de composição e improvisação. Breve história da dança em Fortaleza. Dança e sociedade, corpos em criação.	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Estudar sobre as histórias da dança no mundo; ○ Compreender noções sobre a dramaturgia da dança; ○ Realizar estudo prático teórico acerca de diversas técnicas de dança; ○ Desenvolver consciência corporal através das práticas de dança e dos estudos do corpo; ○ Vivenciar diversos estilos de dança, buscando analisar por meio do corpo a diversidade cultural e étnica dos povos; ○ Conhecer danças tradicionais do povo cearense, brasileiro e latino-americano; ○ Refletir acerca do corpo e sua potência criadora; ○ Reconhecer a dança como área de conhecimento e sua capacidade profissional no mercado de trabalho. 	
BASES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS (CONTEÚDOS)	
<p>Unidade1–Dança: Corpo, Espaço e Tempo</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Dança– conceitos, estudos, breve história. ○ Cinesiologia do Corpo– Anatomia da Dança ○ Estudos Somáticos do Corpo ○ Corpo e Movimento (Relações de espaço e tempo) ○ Estudo de habilidades motoras, movimentos articulares, giros, saltos e rolamentos <p>Unidade2–Histórias da Dança – técnicas, corporeidades e vivências</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Danças Ancestrais e seus rituais (danças dos povos originários do Brasil) ○ A Dança da Idade Média até o Renascimento e a criação do Ballet (Estudo da técnica clássica, conhecimentos sobre as escolas) ○ Dança Moderna (conceitos, Mary Wigman, Isadora Duncan, Marta Graham...) ○ Análise do Movimento– Sistema Laban/Bartenieff ○ Butoh e a dança das trevas. <p>Unidade3–Danças: técnicas e corporeidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Danças de Salão (técnicas da dança a dois: bolero, valsa, salsa...) ○ Danças Tradicionais Cearenses (Maneiro Pau, Cana Verde, Reisado...) ○ Danças Tradicionais Nordestinas (Frevo, Cocos, Maracatus, Bois, Caboclinhos...) ○ Danças Tradicionais Brasileiras (Carimbó, Tatu, Tirana, Balaio, Catira, Tamborde Crioula, Jongo, Guerreiro, Siriri...) ○ Danças Tradicionais da América Latina (La Marinera, Tondero, Taquirari, La Cueca...) <p>Unidade4–Estudos em Dança Contemporânea</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Dança Contemporânea, dança teatro, a performance e outras urgências. ○ Dramaturgia da Dança ○ A Dança na cidade de Fortaleza (breve história, campos de atuação, grupos e espetáculos) ○ Composição e Improvisação (estudos de procedimentos, técnicas e conceitos) ○ Dança e sociedade (reflexões do corpo político). 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>VIANNA, Klauss. A Dança. São Paulo: Summus, 2005.</p> <p>NEVES, Neide. Klauss Vianna. Estudos para uma dramaturgia corporal. São Paulo:</p>	

Editora Cortez, 2008.
BOURCIER, Paul. **História da dança no ocidente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
BOZZANO, Hugo B. FREINDA, Perla. GUSMÃO, Tatiane. **Arte em Interação**. 2 ed.–São Paulo: IBEP, 2016.
TADRA, Débora Sicupira Arzuza *et al.*, (Org.). **Linguagem da dança**. Curitiba: Intersaberes, 2012.(BVU)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LABAN, Rudolf. **Domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
BOLSANELLO, Débora P. **Em Pleno Corpo**: Educação Somática, Movimento e Saúde. 2ª. Edição. Curitiba: Juruá, 2010.
MILLER, Jussara. **A Escuta do Corpo**. São Paulo: Summus, 2007.
MILLER, Jussara. **Qual é o corpo que dança?** Dança e educação somática para adultos e crianças. São Paulo: Summus, 2012.
CALAIS-GERMAIN, Blandine e LAMOTTE, Andree. **Anatomia Para o Movimento**. Volume 02. São Paulo: Manole, 2010.
MARQUES, Amélia Pasqual. **Movimento articular**: aspectos morfológicos e funcionais da coluna vertebral. Volume 3. Barueri/SP: Manole, 2012.
MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas. **Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado**. Brasília: MEC, 2011.

A partir dessa proposta, acreditamos que as reformulações que podem ser adotadas na ementa curricular do Ensino de Arte do *Campus* Boa Vista Zona Oeste se fazem necessárias para adequar a formação específica do professor de Arte e valorizar este ensino nas suas linguagens artísticas. Assim, podemos destacar alguns pontos como:

- alinhar a proposta curricular do CBVZO/IFRR ao que determina a Lei 13278/2016, quanto às linguagens artísticas (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança);
- pensar os editais para contratação de professores, pelo menos em duas linguagens artísticas;
- prever uma carga horária adequada para desenvolver os saberes da Arte;
- a necessidade da formação específica dos professores, para a atuação nas diferentes linguagens artísticas;
- disponibilizar um espaço didático para atender as aulas práticas de Arte;
- delinear três ementas curriculares nas suas linguagens específicas na grande área da Arte (a ementa curricular de Artes Visuais, Música, Teatro e Dança). Logo, enquanto não houver a contratação por meio de concurso público, de docentes habilitados para lecionar as aulas de Música, Teatro e Dança, sugerimos que sejam criados projetos de extensão com o apoio da Coordenação de Extensão do *Campus* (COEXT), com o objetivo de firmar parcerias com universidades e outras

instituições para aplicar cursos e oficinas para que não haja perda desses conhecimentos aos estudantes, nessas áreas de estudo;

- Na ausência dos docentes de Música, Teatro e Dança fica a cargo do docente de Artes Visuais organizar oficinas com especialistas convidados para cumprir as 120 h da carga horária anual da disciplina de Arte.

Considerando o que foi exposto, podemos ainda destacar alguns pontos importantes para a efetivação e valorização do Ensino de Arte na escola, ressaltando o que Alvarenga; Silva (2018), Ramaldes (2017), Bessa-Oliveira, (2018), Ramos (2006) e Pimentel (1999) contribuíram para refletirmos que a construção de uma proposta curricular deve ser plural e significativa, principalmente para o estudante. Além disso, a comunidade escolar deveria ter como proposta, pelo menos a contratação de duas vagas para especialistas das linguagens artísticas, coibindo assim o caráter polivalente a que nos referimos nas linhas precedentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e refletir sobre a prática docente que envolve saberes específicos no campo das Artes que deveriam ser bem trabalhados de modo a contribuir para o aprendizado estético do estudante, gerou uma inquietação e angústia, quando apontamos que muitos *campi* da rede federal de ensino técnico e tecnológico ainda apresentam em suas ementas curriculares a proposta polivalente do Ensino de Arte, inclusive no *Campus* Boa Vista Zona Oeste/IFRR. Desse modo, a não possibilidade no vislumbre em apresentar as linguagens artísticas na sua integralidade, consubstanciado nos conceitos e práticas musicais, visuais, teatrais e da dança tem causado certa precarização do ensino das Arte nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, podemos inferir que a polivalência na atuação do professor com três ou mais linguagens artísticas na visão da gestão pública de ensino é um remédio conveniente do ponto de vista da economicidade dos gastos públicos. Entre outros problemas temos: uma carga horária reduzida e a falta de um espaço físico estruturado para as aulas práticas do Ensino de Arte. Isto posto, verificamos que o Ensino de Arte em boa parte desse país vem sofrendo uma violência simbólica por parte do poder público que busca naturalizar essas ações, inviabilizando assim, que o professor possa desenvolver uma prática pedagógica com qualidade para seus alunos.

Vimos a precarização do Ensino de Arte tanto na Reforma do Ensino Médio (2016), quando deixa de ser uma disciplina do componente obrigatório, dando lugar aos estudos e práticas, os quais conhecimentos poderiam muito bem ser diluídos em qualquer disciplina. E, na atual BNCC, quando não fortalece as linguagens nas suas especificidades e condensa todas como se fossem uma só.

O que vemos na última versão da BNCC é a uniformização curricular e a minimização de conteúdos e conhecimentos do campo das Artes, principalmente nas suas especificidades propostos pela Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC). Outra questão que enfraquece o ensino de Arte é o lugar que ocupa neste novo cenário curricular normatizado pela BNCC, no qual a Arte perde a sua posição de área de conhecimento e é

inserida na área de Linguagens, ao lado de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física.

Assim, tanto a Reforma do Ensino Médio como a própria BNCC acabam reforçando o que apontamos em nossa análise dos dados referentes às ementas curriculares de alguns IFs do Brasil, na qual percebemos a grande incidência de *campi* que possuem na sua ementa curricular de Ensino de Arte a predisposição para que a prática pedagógica do professor em Arte seja de caráter polivalente.

Para desconstruir essas relações de poder, que muitas vezes estão revestidas no currículo escolar, é necessário que o professor entenda que tem papel fundamental junto à gestão escolar do CBVZO, na elaboração da proposta curricular do Ensino de Arte, projetos pedagógicos e estruturas físicas para o desenvolvimento de uma educação estética que possa contribuir de maneira significativa e transformadora para a constituição dos processos formativos e reflexivos dos alunos. Diante desses dados, ao evidenciar a complexidade do Ensino de Arte na Educação Básica e no CBVZO, não podemos deixar de elencar algumas questões que poderiam mitigar o problema da polivalência no Ensino de Arte.

A primeira questão é: 1) há professores formados nas áreas específicas de Artes Visuais, Música e Teatro para atender a demanda do CBVZO? 2) Há cursos de licenciatura suficientes no estado de Roraima, de todas as linguagens artísticas, para formar professores nas áreas específicas? O IFRR, por ser da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, poderia atrair professores formados de outras regiões do país, contudo, não seria garantia que esses profissionais permanecessem trabalhando em Roraima, por fatores sociais, econômicos e climáticos. Além disso, o estado de Roraima só oferece cursos de graduação em licenciatura de Artes Visuais e Música.

O segundo questionamento é: os resquícios de um novo modelo polivalente do Ensino de Arte demonstrado pela BNCC, com uma abordagem integradora das linguagens artísticas – o que fazer agora? Para responder esta pergunta, considerando o que foi posto como proposta de Lei 7032/10, ao prever a obrigatoriedade do ensino das quatro linguagens artísticas separadamente nas escolas e reforço da Lei 13278/2016, a qual alterou o § 6º da LDB 9394/96 verificamos que, a partir dessas leis as universidades do país

tiveram que adequar os seus PPCs para a criação dos cursos específicos das linguagens: Música, Artes Visuais, Teatro e Dança. Mas, apesar dessas mudanças na legislação, a rede pública de ensino não acompanhou e não provocou as mudanças mínimas necessárias na estrutura curricular da Educação Básica, em oposição às mudanças realizadas na matriz curricular da disciplina de Arte na esfera do Ensino Superior.

A última questão está relacionada ao caso da ementa curricular do Ensino de Arte do CBVZO, com característica polivalente: o que fazer para construção de uma ementa curricular do Ensino de Arte que valorize as especificidades das linguagens artísticas sem limitar esses conhecimentos aos alunos? Com o propósito em dirimir qualquer dúvida, o IFRR tem que considerar que existe uma lei (Lei 13278/2016) definindo o componente Arte em quatro linguagens artísticas (Música, Teatro, Dança e Artes Visuais), logo, para cada área desses conhecimentos, existe uma formação específica com um curso de graduação. Por isso, é essencial todo o cuidado quando lançar um edital para concurso público, especificar a linguagem para a contratação deste profissional.

Por isso, para combater a polivalência que contribuiu e contribui para um conhecimento superficial das linguagens artísticas, se faz necessário também que o Arte-educador assuma uma postura política e crítica frente às mudanças de ordem sociocultural e tecnológica, no âmbito educacional, exigindo e buscando aperfeiçoar sua formação, suas pesquisas e produções, sem deixar de relacionar os saberes artísticos com as diversas áreas do conhecimento, assim como, trabalhar em defesa de políticas educacionais que propiciem melhor qualidade para o Ensino de Arte.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Valéria Metroski. **O projeto de lei 7032/10 prevê linguagens artísticas separadas na educação básica: Será o fim da polivalência?** Linguagens-Revista de Letras, Arte e Comunicação, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 261-275, 2014.

_____. Os Concursos Públicos para Professores de Arte da Educação Básica Privilegiam Alguma Linguagem Artística? **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 8, n. 4, p. 105-121, jan./abr. 2015.

ALVARENGA, V.; SILVA, M. da. **Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da lei 13.278/16.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-22, abr. 2018.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n3/2175-6236-edreal-2175-623674153.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2019.

AMARAL, Maria das Vitórias Negreiros do; SILVA, Maria Betânia (Orgs). **Conferências em Arte/Educação: narravas plurais.** Recife, PE: Editora FLAMAR, Ano 2014.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário: e várias instituições complementares da instrução pública.** In: OBRAS completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Biblos, Rio Grande, 16: 145-156, 2004. 158 Nacional, 1946. v. 10, t. 2.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no Ensino de Arte.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **A Base Nacional Comum Curricular: Ensino de Arte nas escolas, ainda é uma coisa possível?** Anais eletrônicos da III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem/ III Encontro dos Programas de Mestrado Profissionais em Educação e Letras e XII Jornada de Educação Campo Grande (MS) UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UUCG - Unidade Universitária Campo Grande, 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

_____. MEC. CFE. Parecer nº 1.284/73, de 9 de agosto de 1973. **Fixa conteúdos mínimos e duração do curso de Educação Artística.** Brasília, 1973.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília-DF, 23 dez. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Arte. Brasília: MEC, 1998.

_____. **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais** - Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2002.
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf Acesso em 24/11/2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. **Altera o § 6o do artigo 26 da Lei no 9.394/96, referente ao Ensino de Arte**. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia**. 3. Ed. Tradução Maria José J. G. de Almeida. São Paulo, SP: Editora Moraes, 1992.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria Felisminda de R. e. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Resende. **Metodologia do Ensino de Arte**: fundamentos e preposições. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Olho d'Água, 1993.

FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: Acesso em: 29 jan. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLLER, Marcos Tadeu. **Uma história de cantares de Sion na terra dos Brasis: a música na atuação dos Jesuítas na América Portuguesa (1549-1759)**. 2006. 252 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Arte, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284801>>. Acesso em: 6 ago. 2018

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR – **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI**. Roraima, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/CAMPUSBOA VISTA ZONA OESTE – **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Serviços Públicos**. Roraima, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1985.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2018.

MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos. **Ensino de Arte: Perspectivas com base na prática de ensino.** In: BARBOSA, Ana Mae. (Org.). *Inquietações e mudanças no Ensino de Arte.* São Paulo: Cortez, 2003. p.161-174.

MANACORDA, M. A. L. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Editora Alínea, 2007.

MICHELAT, Guy. **Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia.** In: THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.* São Paulo: Polis, 1980.

NUNES, Ana Luiza Ruschel. **O Ensino de Arte na Educação Básica.** Anais do XVII CONFAEB – Congresso da Federação de Arte Educadores do Brasil, 2007.

OSINSKI, Dulce. R. B. **Ensino de Arte: os pioneiros e a influência estrangeira na Arte educação em Curitiba.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná/UFPR. Curitiba, 1998.

PENNA, Maura. **A orientação geral para a área de Arte e sua viabilidade.** In: PENNA, Maura (Coord.). *É este o Ensino de Arte que queremos? uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais.* João Pessoa: Editora Universitária, 2001. p. 31-55.

PEREGRINO, Yara Rosas; SANTANA, Arão Paranaguá. **Ensinando Teatro: uma análise crítica da proposta dos PCNs.** In: PENNA, Maura. *É este o Ensino de Arte que queremos? Uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais.* João Pessoa: CCHLA/PPGE/Ed. UFPB, 2001. 97-112.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar** - trad. Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. **Limites em expansão: Licenciatura em Artes Visuais.** Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

_____; MAGALHAES, Ana Del Tabor V. **Docência em Arte no contexto da BNCC: É preciso reinventar o ensino/aprendizagem em Arte?** REVISTA GEARTE, v. v, p. 220-231, 2018.

POUPART, J. **A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas.** In: POUPART, J. *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215- 253.

RAMALDES, Karine. **Ensino de Arte** - Qual ensino queremos?
Revista Educação, Arte e Inclusão. Florianópolis, Volume 13, nº 2, UDESC,
maio/ago. 2017, p.73 – 91.

RAMOS, Marise. Nogueira. **Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 3 - Ed. -São Paulo: Cortez, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino.** 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete S.B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões.** Educar. Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SQUEFF, Leticia. **A Reforma Pedreira na Academia de Belas Arte (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista.** CADERNOS CEDES (IMPRESSO), v. 20, p. 103-118, 2000

TARDIF, M., & LESSARD, C. **O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2012.

Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Arte. Coordenação Acadêmica e Coordenação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais.** Manaus, AM, 2018.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 – Edital de Concurso Público Nº 88/2013/IFRR de 07 de outubro de 2013.

Anexo 2 – PPC's dos IF's das 5 Regiões do Brasil

ANEXO 1

Edital de Concurso Público Nº 88/2013/IFRR de 07 de outubro de 2013.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 88/2013/IFRR/DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria nº 0624/2013, considerando o Decreto nº 7.312/2010 e tendo em vista a autorização concedida pela Portaria Interministerial nº 25, de 05 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 06 de fevereiro de 2013, dos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, e a distribuição das autorizações para provimento de vagas, conforme Portaria nº 725, de 08 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 09 de agosto de 2013, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, e de acordo com as normas estabelecidas pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2009, e pela Portaria nº 1.134, de 02 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2009, torna público que realizará, através da Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt - FUNCAB, Concurso Público para provimento de cargos efetivos de **Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT**, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, mediante as condições especiais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações, sendo executado pela Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt – FUNCAB.

1.2. A realização da inscrição implica na concordância do candidato com as regras estabelecidas neste Edital, com renúncia expressa a quaisquer outras.

1.3. O prazo de validade do presente Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

b) ser brasileiro nato ou naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal;

c) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;

d) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

e) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;

g) possuir diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado o ANEXO I deste Edital;

h) estar registrado e com a situação regularizada junto ao órgão de conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando houver, devidamente comprovado com a documentação exigida;

i) ter aptidão física e mental, conforme artigo 5º, inciso VI, da lei nº 8.112/90, que será averiguada em exame médico admissional, de responsabilidade do IFRR, para o qual se exigirá exames laboratoriais e complementares às expensas do candidato, cuja relação consta no item 14 deste edital;

3ª Etapa: Prova de Títulos de caráter unicamente classificatório.

3.2. Ao final de cada etapa, o resultado será divulgado no site www.funcab.org.

3.3. A Prova Objetiva, a Prova de Títulos e a Prova de Desempenho Didático serão aplicadas na cidade de Boa Vista/RR. A critério da FUNCAB e do IFRR, havendo necessidade, candidatos poderão ser alocados para outras localidades adjacentes à cidade de Boa Vista/RR.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Antes de inscrever-se, o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital, incluindo seus Anexos, partes integrantes das normas que regem o presente Concurso Público, das quais não poderá alegar desconhecimento em nenhuma hipótese.

4.2. A inscrição no Concurso Público exprime a ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

4.3. As inscrições deverão ser realizadas pela *Internet*: no site www.funcab.org ou no Posto de Atendimento definido no ANEXO III, no prazo estabelecido no Cronograma Previsto - ANEXO II.

4.4. O candidato deverá, no ato da inscrição, marcar em campo específico da Ficha de Inscrição On-line sua opção de Cargo, Área de Atuação e Unidade de lotação. Depois de efetivada a inscrição, não será aceito pedido de alteração desta opção, quando for o caso.

4.5. A Prova Objetiva será realizada em um único turno, no período vespertino.

4.8.10. O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento do valor da inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.8.5 estará automaticamente excluído do Concurso Público.

4.8.11. O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga para o mesmo

4

considerando-se o Horário Oficial de Roraima.

4.9.2. O candidato deverá ler e seguir atentamente as orientações para preenchimento da Ficha de Inscrição via *Internet* e demais procedimentos, tomando todo o cuidado com a confirmação dos dados preenchidos antes de enviar a inscrição, evitando-se que o botão de rolagem do mouse seja acionado indevidamente e altere os respectivos dados.

4.9.3. Ao efetuar a inscrição via *Internet*, o candidato deverá imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento do valor da inscrição até a data do seu vencimento. Caso o pagamento não seja efetuado, deverá acessar o site www.funcab.org e emitir a 2ª via do boleto bancário, que terá nova data de vencimento. A 2ª via do boleto bancário estará disponível no site para impressão até às 15 horas do dia estabelecido no Cronograma Previsto – ANEXO II, considerando-se o Horário Oficial de Roraima. Após essa data, qualquer pagamento efetuado será desconsiderado.

4.9.4. As inscrições somente serão confirmadas após o banco ratificar o efetivo pagamento do valor da inscrição, que deverá ser feito dentro do prazo estabelecido, em qualquer agência bancária, obrigatoriamente por meio do boleto bancário específico, impresso pelo próprio candidato no momento da inscrição. Não será aceito pagamento feito através de depósito bancário, DOC's ou similares.

4.9.5. O boleto bancário pago, autenticado pelo banco ou comprovante de pagamento, deverá estar de posse do candidato durante todo o Certame, para eventual certificação e consulta pelos organizadores. Boletos pagos em casas lotéricas poderão demorar mais tempo para compensação.

4.9.6. Os candidatos deverão verificar a confirmação de sua inscrição no site www.funcab.org a partir do quinto

4.10. Da inscrição no Posto de Atendimento

4.10.1. Para os candidatos que não têm acesso à *internet*, será disponibilizado, no Posto de Atendimento ANEXO III, microcomputador para viabilizar a efetivação da inscrição.

4.10.2. Será de responsabilidade exclusiva do candidato efetuar sua inscrição, podendo contar apenas com orientações do atendente do posto. Não será responsabilidade do atendente efetuar a inscrição para o candidato.

4.10.3. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá seguir todas as instruções descritas no subitem 4.9.

4.11. O candidato somente será considerado inscrito neste Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 deste Edital.

4.12. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a FUNCAB do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, ou que preencher com dados de terceiros.

5. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas com deficiência, amparadas pelo Art. 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853 de 1989, e de suas alterações, e nos termos do presente Edital, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no Concurso Público.

5.1.1. Caso a aplicação do percentual de reserva previsto no subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá



5.4. Os candidatos com deficiência, aprovados no Concurso Público, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

5.5. Os candidatos amparados pelo disposto no subitem 5.1 e que declararem sua condição por ocasião da inscrição, caso aprovados no concurso, serão convocados antes da posse para submeterem-se à Equipe Multiprofissional, que verificará sua qualificação como deficiente, nos termos do artigo 43 do Decreto nº. 3.298/99 e suas alterações, e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício normal das atribuições do cargo. Devendo, ainda, durante o estágio probatório, se submeter às avaliações periódicas a serem realizadas pela equipe multiprofissional para fins de verificar a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada (§ 2º, do art. 43, do Decreto nº. 3.298/99).

5.5.1. Compete à Equipe Multiprofissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima a qualificação do candidato como deficiente, nos termos das categorias definidas pela legislação vigente sobre a matéria.

5.5.2. A reprovação pela Equipe Multiprofissional ou o não comparecimento a ela acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos deficientes.

6.4.1. Em caso de solicitação de tempo adicional, o candidato deverá enviar a justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência original ou cópia autenticada em cartório, juntamente com o laudo médico, conforme disposto no subitem 6.3 deste Edital.

6.5. O candidato que não declarar a deficiência conforme estabelecido no subitem 6.2, ou deixar de enviar o laudo médico ORIGINAL ou cópia autenticada em cartório ou enviá-lo fora do prazo determinado, perderá a prerrogativa em concorrer às vagas reservadas.

7. DAS PROVAS ESPECIAIS

7.1. Caso haja necessidade de condições especiais para se submeter à Prova Objetiva, o candidato deverá solicitá-la no ato da inscrição, no campo específico da Ficha de Inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, arcando o candidato com as consequências de sua omissão.

7.1.1. As provas ampliadas serão exclusivamente elaboradas em fonte tamanho 16.

7.2. A realização da prova em condições especiais ficará sujeita, ainda, à apreciação e deliberação da FUNCAB, observados os critérios de viabilidade e razoabilidade.

7.3. As candidatas lactantes que tiverem necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverão levar um acompanhante que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, não fazendo jus a prorrogação do tempo, conforme subitem 8.15.

7.3.1. A candidata lactante que comparecer ao local de provas com o lactante e sem acompanhante não realizará



8.4. Os horários das provas referir-se-ão ao Horário Oficial de Roraima.

8.5. Quando da realização da prova objetiva, o candidato deverá, ainda, obrigatoriamente, levar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não podendo utilizar outro tipo de caneta ou material.

8.5.1. O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas, portando documento oficial e original de identificação, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário estabelecido para seu início e/ou fechamento dos portões.

8.6. Não será permitido o ingresso de candidato no local de realização das provas, após o horário fixado para o fechamento dos portões, sendo que as provas objetivas serão iniciadas 10 (dez) minutos após esse horário. Após o fechamento dos portões, não será permitido o acesso de candidatos, em hipótese alguma, mesmo que as provas ainda não tenham sido iniciadas.

8.7. Serão considerados documentos oficiais de identidade:

identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Na ocasião será submetido à identificação especial, compreendendo coletas de assinaturas em formulário próprio para fins de Exame Grafotécnico e coleta de digital.

8.8. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

8.9. O documento de identidade deverá ser apresentado ao Fiscal de Sala ou de Local, antes do acesso à sala ou ao local de prova.

8.9.1. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso nas salas ou no local de realização das provas de candidatos sem documento oficial e original de identidade, nem mesmo sob a alegação de estar aguardando que alguém o traga.

8.9.2. Após a identificação e entrada em sala, o candidato deverá dirigir-se à carteira e não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início da prova.

8.10. Não será permitida a permanência de candidatos que já tenham terminado as provas no local de realização das mesmas. Ao terminarem, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

8.10.1. É vedada a permanência de acompanhantes no local das provas, ressalvado o contido no subitem 7.3.

8.11. As provas acontecerão em dias, horários e locais indicados nas publicações oficiais e no COCP. Não haverá,

ANEXO I - QUADRO DE VAGAS

<p style="text-align: center;">CARGO: PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO – EBT</p> <p style="text-align: center;">CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS</p> <p>VENCIMENTO BÁSICO INICIAL: R\$ 1.914,58* + AUXÍLIOS + INCENTIVOS CONFORME LEI 12.772/12 E LEI 8.112/90</p> <p>Retribuição por Titulação Inicial (RT):</p> <ul style="list-style-type: none">- Aperfeiçoamento: acréscimo de R\$ 69,82- Especialização: acréscimo de R\$ 152,35- Mestrado: acréscimo de R\$ 428,07- Doutorado: acréscimo de R\$ 785,93 <p style="text-align: center;">CARGA HORÁRIA: 40H SEMANAIS (DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)</p> <p>VENCIMENTO BÁSICO INICIAL: R\$ 3.594,57* + AUXÍLIOS + INCENTIVOS CONFORME LEI 12.772/12 E LEI 8.112/90</p> <p>Retribuição por Titulação Inicial (RT):</p> <ul style="list-style-type: none">- Aperfeiçoamento: acréscimo de R\$ 272,46- Especialização: acréscimo de R\$ 496,08- Mestrado: acréscimo de R\$ 1.871,98- Doutorado: acréscimo de R\$ 4.455,20

CÓD	ÁREA DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CAMPUS	VAGAS	VAGAS PARA PCD*	CARGA HORÁRIA SEMANAL
S01	Agronomia ou Ciências Agrárias	Licenciatura em Ciências Agrárias ou Bacharelado em Agronomia	NOVO PARAÍSO	02	-	40H(DE)
			AMAJARI	02	-	40H(DE)
S02	Artes	Licenciatura em Artes	AMAJARI	01	-	40H(DE)
			NOVO PARAÍSO	01	-	40H(DE)
S03	Biologia	Licenciatura em Ciências Biológicas ou Licenciatura em Biologia	NOVO PARAÍSO	01	-	40H(DE)
S04	Bioquímica	Bacharelado em Bioquímica	NOVO PARAÍSO	01	-	40H(DE)
S05	Bioquímica ou Biomedicina	Bacharelado em Bioquímica ou Biomedicina	BOA VISTA	01	-	20H
S06	Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Processamento de Dados, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Engenharia da Computação	Bacharelado ou Tecnologia em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Processamento de Dados, Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Engenharia da Computação	BOA VISTA	01	-	40H(DE)
S07	Contabilidade	Bacharelado em Ciências Contábeis	BOA VISTA	01	-	40H(DE)

ANEXO 2

PPC's dos IF's das 5 Regiões do Brasil

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS TÉCNICOS

INSTITUTO FEDERAL **GOIANO**



Ementa:

Linguagens Artísticas. Arte da Pré-História. Arte, cidade e patrimônio cultural material e imaterial. Paisagem sonora. Arte da Antiguidade, Egípcia, Grega, Romana. Projetos poéticos na escola. Artes circenses. Arte da Idade Média. Intervenção na escola, arte e ação. Teatro. Intervenção na linguagem da dança e da música.

Bibliografia Básica:

- BARBOSA, A. M. **Inquietações e mudanças no ensino da arte.** São Paulo: Cortez, 2002.
- BECKETT, W. **História da pintura.** São Paulo: Ática, 1997.
- PROENÇA, G. **História da arte.** São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia Complementar:

- PROENÇA, G. **História da arte.** São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia Complementar:

- BELL, J. **Uma Nova História da Arte.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DOMINGUES, D. (org.) **Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade.** São Paulo: UNESP, 2003.
- GARCEZ, L.; OLIVEIRA, J. **Explicando a arte: uma iniciação para entender as artes visuais.** São Paulo: Ediouro, 2001.
- GARCEZ, L.; OLIVEIRA, J. **Explicando a arte brasileira.** São Paulo: Ediouro, 2004.
- STRICKLAND, C. **Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno.** 5a ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Ementa:

História e características dos esportes. Esportes tradicionais coletivos e individuais. Modalidade esportiva coletiva e individual. Esporte: sistemas de jogo e tática em jogos. Esporte e cultura de movimento na contemporaneidade. Corpo, saúde e beleza: padrões e estereótipos de beleza; indicadores que levam à construção de representações sobre corpo e beleza. Corpo e beleza em diferentes períodos históricos. História e características das lutas. Princípios orientadores de luta. Discussões quanto as diferenças físicas entre o homem e mulher. Diferenças físicas e genéticas que ocorrem nas pessoas com necessidades específicas.

Bibliografia Básica:

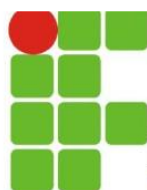
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica.** 2. ed. Rio de Janeiro, 2011.

Bibliografia Básica:

- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica.** 2. Ed. Rio de Janeiro, 2011.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar:

- AYOUB, E. **Ginástica geral e educação física.** 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução.** Ijuí: 3ªed. Unijuí, 2005.
- BARBOSA, C. L. de A. **Educação Física e Didática: um diálogo possível e necessário.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- COUTINHO, N. F. **Basquete na escola: da iniciação ao treinamento.** Rio de Janeiro: 3ªed. Cortez, 2007.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

*Projeto Pedagógico do Curso
Técnico de Nível Médio em
Comércio*

*na forma Integrada,
presencial*

www.ifrn.edu.br



*Curso Técnico de Nível Médio em Comércio, na forma integrada, presencial
IFRN, 2011*

Curso: **Curso: Técnico Integrado em Comércio**
Disciplina: **ARTE: Artes Visuais**

Carga-Horária: **30h(40h/a)**

EMENTA

Compreensão da arte como conhecimento estético, histórico e sociocultural. Estudo de produções artísticas em artes visuais e audiovisuais. Processos de produção em artes visuais e audiovisuais.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender e refletir sobre a arte como conhecimento construído numa perspectiva sócio-histórica e cultural.
- Reconhecer as manifestações artísticas produzidas em seu contexto sociocultural no sentido de valorizá-las como bens representativos para a comunidade e para o campo da arte.
- Compreender que cada sociedade constrói social e historicamente códigos artísticos e estéticos singulares que orientam a produção, a apreciação e a difusão da arte.
- Vivenciar diferentes técnicas e materiais artísticos, a partir do seu corpo e de sua relação com o espaço e com o corpo do outro, no sentido de possibilitar a apreciação, a contextualização e a produção nas diferentes linguagens artísticas.
- Estimular reflexões críticas sobre os discursos deterministas, homogeneizadores e excludentes no campo da arte.
- Pesquisar e analisar as produções artísticas locais, nacionais e internacionais, a fim de compreender suas especificidades.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- O que é arte: linguagem, objeto de conhecimento, funções e produto.

Curso: **Curso: Técnico Integrado em Comércio**

Disciplina: **ARTE: MÚSICA**

Carga-Horária: **30h(40h/a)**

EMENTA

Compreensão da música como conhecimento estético, histórico e sociocultural. Estudo de produções artísticas em música. Processos de produção em música.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender e refletir sobre a arte como conhecimento construído numa perspectiva sócio-histórica e cultural.
- Reconhecer as manifestações artísticas e musicais produzidas em seu contexto sociocultural no sentido de valorizá-las como bens representativos para a comunidade e para o campo da arte.
- Compreender que cada sociedade constrói social e historicamente códigos artísticos, estéticos e musicais singulares que orientam a produção, a apreciação e a difusão da arte.
- Vivenciar diferentes técnicas e materiais sonoros, a partir do seu corpo e de sua relação com o espaço e com os demais instrumentos sonoros e musicais, no sentido de possibilitar a apreciação, a contextualização e a produção nas diferentes linguagens artísticas.
- Estimular reflexões críticas sobre os discursos deterministas, homogeneizadores e excludentes no campo da arte.
- Pesquisar e analisar as produções musicais locais, nacionais e internacionais, a fim de compreender suas especificidades.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- O que é arte: linguagem, objeto de conhecimento, funções e produto.
- Arte e suas dimensões sob uma perspectiva multicultural: sociais, culturais, estéticas, históricas, econômicas e políticas.
- Arte na sociedade contemporânea: arte e cotidiano; arte como patrimônio cultural.
- Música, o que é e porque existe: Por que ouvimos música? A existência da música no cotidiano. Por que fazemos música e a cultivamos?

Curso: **Curso: Técnico Integrado em Comércio**

Disciplina: **ARTE: ARTES CÊNICAS**

Carga-Horária: **30h(40h/a)**

EMENTA

Compreensão da arte como conhecimento estético, histórico e sociocultural. Estudo de produções artísticas em artes cênicas. Processos de produção em cênicas.

Objetivos

- Compreender e refletir sobre a arte como conhecimento construído numa perspectiva sócio-histórica e cultural.
- Reconhecer as manifestações artísticas produzidas em seu contexto sociocultural no sentido de valorizá-las como bens representativos para a comunidade e para o campo da arte.
- Compreender que cada sociedade constrói social e historicamente códigos artísticos e estéticos singulares que orientam a produção, a apreciação e a difusão da arte.
- Vivenciar diferentes técnicas e materiais artísticos, a partir do seu corpo e de sua relação com o espaço e com o corpo do outro, no sentido de possibilitar a apreciação, a contextualização e a produção nas diferentes linguagens artísticas.
- Estimular reflexões críticas sobre os discursos deterministas, homogeneizadores e excludentes no campo da arte.
- Pesquisar e analisar as produções artísticas locais, nacionais e internacionais, a fim de compreender suas especificidades.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. O que é arte: linguagem, objeto de conhecimento, funções e produto.
2. Arte e suas dimensões sob uma perspectiva multicultural: sociais, culturais, estéticas, históricas, econômicas e políticas.
3. Arte na sociedade contemporânea: arte e cotidiano; arte como patrimônio cultural.
4. As artes cênicas como objeto de conhecimento: Contextos sociais, culturais, estéticos, históricos, econômicos,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC



INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro
Campus Niterói

Plano de Curso Técnico em Administração
integrado ao Ensino Médio

integrado ao Ensino Médio

EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS



6.3 Ementas

Disciplina/Código	Semestre	Carga horária	Número de Aulas
Artes I	I	27	2
Ementa			
<p>Unidade I: Linguagens e práticas expressivas; A História da Arte e de seu campo de atuação; Abordagens tradicionais e perspectivas contemporâneas; Metodologias de trabalho e pesquisa no campo das artes. Unidade II: Pré-História (Paleolítico/Neolítico) / Sociedades tribais: O homem e seus símbolos; Sociedades sem escrita; Ritual e simbolismo; Arte rupestre no Brasil e no mundo; Povos indígenas e sociedades tradicionais na contemporaneidade. Unidade III: História Antiga I (Mesopotâmia – Sumérios, Assírios e Babilônios), Egito, China, Índia: Grandes civilizações agrícolas; O universo do mito; A invenção da escrita.</p>			
Orientações Metodológicas			
<p>Os conteúdos serão trabalhados através de aulas teóricas e práticas, com projeção de imagens, filmes e vídeos, reprodução de sons e músicas, leitura de textos, livros e outros materiais impressos, consulta à base de dados virtuais disponíveis na internet, estimulando a pesquisa, promovendo a construção de conhecimentos de forma individual e coletiva, considerando o fazer artístico e a compreensão dos códigos expressivos de modo a estimular uma visão crítica sobre a produção cultural e os contextos de fruição das artes em cada período histórico. Este processo será complementado por discussões em grupo, participação em seminários, visitas a museus, debates com artistas, etc. Além disso buscar-se-á integrar as linguagens artísticas visuais, sonoras e expressivas por meio de práticas, jogos e vivências lúdicas com uso de materiais e instrumentos diversos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>GOMBRICH, E. H. <i>A história da arte</i>. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. BELL, Julian. <i>Uma nova história da arte</i>. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. <i>Pré-história do Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2006. (Repensando a história do Brasil).</p>			
Bibliografia Complementar			

Disciplina/Código	Semestre	Carga horária	Número de Aulas
Artes II	II	27	2
Ementa			
<p>Unidade I - Antiguidade clássica / Creta, Grécia, Etrúria, Roma: Culturas do mediterrâneo - Manifestações artísticas cretenses e micênicas; Os períodos da história grega: arcaico, clássico e helenístico; Mitologia grega; O Império Romano: expansão e cosmopolitismo. Unidade II - Idade Média / Alta e baixa Idade Média / Bizantino, Românico e Gótico: Arte paleocristã; Império Bizantino; As invasões bárbaras; A alta Idade Média: arte merovíngia e carolíngia; A baixa Idade Média: românico e gótico; Cultura popular na idade média – magia, alquimia e religião. Unidade III - Renascimento 1 / Itália, Alemanha e Países Baixos: Novas tecnologias construtivas e transformações arquitetônicas; A invenção da perspectiva; Leonardo da Vinci e Michelangelo artistas paradigmáticos; O humanismo renascentista- inovações no campo das ciências e das artes.</p>			
Orientações Metodológicas			
<p>Os conteúdos serão trabalhados através de aulas teóricas e práticas, com projeção de imagens, filmes e vídeos, reprodução de sons e músicas, leitura de textos, livros e outros materiais impressos, consulta à base de dados virtuais disponíveis na internet, estimulando a pesquisa, promovendo a construção de conhecimentos de forma individual e coletiva, considerando o fazer artístico e a compreensão dos códigos expressivos de modo a estimular uma visão crítica sobre a produção cultural e os contextos de fruição das artes em cada período histórico. Este processo será complementado por discussões em grupo, participação em seminários, visitas a museus, debates com artistas, etc. Além disso buscar-se-á integrar as linguagens artísticas visuais, sonoras e expressivas por meio de práticas, jogos e vivências lúdicas com uso de materiais e instrumentos diversos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. <i>Guia de história da arte</i>. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. VEYNE, Paul (org.). <i>História da vida privada: do império romano ao ano mil</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 1. DUBY, Georges (org.). <i>História da vida privada: da Europa feudal à renascença</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 2.</p>			

Disciplina/Código	Semestre	Carga horária	Número de Aulas
Artes III	III	27	2
Ementa			
<p>Unidade I - Idade Moderna 1 / A Europa se expande pelo mundo: Grandes Navegações / a “descoberta” das Américas / a expansão colonial; Absolutismo e mercantilismo – o poder real e da Igreja; Os antiquários e os Gabinetes de curiosidades; O Humanismo e os precursores das ciências modernas.</p> <p>Unidade II- Idade Moderna 2 / Enquanto isso nas Américas...: Sociedades Pré-colombianas (Maias, Astecas, Incas); Mitologia e sistemas simbólicos nas América; O choque das civilizações; Culturas indígenas e sociedades tribais no Brasil; Culturas indígenas e sociedades tribais no Brasil; Culturas africanas e o Brasil</p> <p>Unidade III - Idade Moderna 3 / Séculos XVI e XVII / A Reforma e a Contrarreforma: Lutero e Calvino as Reformas protestantes - o rigor nas artes; A Contrarreforma católica e a inquisição - transformações nas ordens religiosas; O Maneirismo e o Barroco na Europa, nas Américas e no Brasil; O academicismo e as escolas de arte.</p> <p>Unidade IV- Séculos XVII, XVIII e XIX: A revolução científica de Descartes e Newton; As sociedades de corte - cultura e civilização; O iluminismo e o despotismo esclarecido - poder religioso, econômico e político; As ciências da natureza - os viajantes e o desenho botânico; A Revolução Francesa, os museus modernos e a invenção do Patrimônio; A representação da natureza e as tecnologias do desenho - a câmara clara; Estilos que se sucedem: Rococó, Neoclassicismo e Romantismo.</p> <p>Unidade V - Século XIX: O evolucionismo e a Revolução de Darwin; Museus</p>			

29



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

PROENS



Ministério da Educação

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
COORDENADORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
FORMA DE OFERTA: ARTICULADA INTEGRADA

PINHAIS
2018

CAMPUS PINHAIS DO IFPR	
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Componente Curricular: Artes I	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 1º ano
Ementa: Produção e reflexão sobre arte e sociedade em suas diferentes linguagens artísticas (Dança, Teatro, Música, Cinema e Artes Visuais) em contextos históricos diversos, estabelecendo relações sobre o papel da arte em sua discussão crítica sobre o mundo. Temas transversais conforme Res. CNE/CEB nº 02/2012. Exibição de filmes de produção nacional no contexto da disciplina conforme § 8º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996.	
Bibliografia Básica:	

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Pró-Reitoria de Ensino - PROENS
Av. Victor Ferreira do Amaral, 306 - Tarumã, Curitiba - PR | CEP 82530-230 - Brasil



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

PROENS



Ministério da Educação

AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira . 5ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, editora da USP, 1971.
BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte . São Paulo: Ática, 1991.
FISCHER, Ernest. A necessidade da arte . Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
BERTHOLD, M. História mundial do teatro . 2. ed. Campinas: Perspectiva, 2004.
LABAN, R. Domínio do movimento . São Paulo: Summus, 1978.
GOMBRICH, E. H. Arte e ilusão . São Paulo: M. Fontes, 1986.
CANDE, R. História universal da música . 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
Bibliografia Complementar:
WISNIK, José Miguel. O som e o sentido. Uma outra história das músicas . São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
MARQUES, Isabel A. Dançando na escola , 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
PAVIS, P. Dicionário de Teatro . São Paulo: Perspectiva, 2003.
STRICKLAND, C. Arte Comentada: da Pré-história ao Pós-moderno . 13ª ed. Tradução: Ângela Lobo de Andrade. RJ: Ediouro, 2004.
STAM, Robert. Introdução à Teoria Do Cinema . São Paulo: Papyrus, 2000.



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

INTEGRADO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
ADMINISTRAÇÃO
NA FORMA
INTEGRADA**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS Campus Manaus Zona Leste					
Curso	Técnico de Nível Médio em Administração				
Forma	Integrada	Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios		
Disciplina	Artes				
Série	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Semanal	CH Anual
1ª	32	8	-	1	40
EMENTA					
<p>Importância da arte, análise e conceituação. Funções da Arte. História da música e da Arte. Teoria Musical. Estilos e gêneros musicais. História da música (idade moderna aos dias atuais). Folclore Nacional. Folclore Regional. Linguagem visual. Modalidades de execução musical. Formas musicais: vocal, instrumental e mista. História e cultura afro-brasileira e indígena, voltado aos povos amazônicos. Elementos básicos da composição teatral e da dança. Classificação de instrumentos musicais. Coro como instrumento de socialização. Música, teatro, literatura como Arte.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduação em Artes					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira Moderna, Inglês, História, Geografia					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>UNIDADE I</p> <p>1.1. Importância da arte, análise e conceituação: Estética da Arte</p> <p>1.2. Funções da Arte: Individual, Social, Ambiental</p> <p>1.3. História da música e da Arte: Da origem até idade média</p> <p>1.4. Teoria Musical: Propriedades do som – Duração, Altura, Intensidade e Timbre</p> <p>UNIDADE II</p> <p>2.1. Estilos e gêneros musicais: Erudito, Popular e Folclórico</p>					

2.2. História da música (idade moderna aos dias atuais)

2.3. Folclore Nacional

2.4. Folclore Regional

UNIDADE III

3.1. Linguagem visual: elementos visuais ou formais e artes cênicas como objeto de conhecimento

3.2. História da Música e da Arte: Moderna e Contemporânea

3.3. Modalidades de execução musical

3.4. Formas musicais: vocal, instrumental e mista

UNIDADE IV

4.1. História e cultura afro-brasileira e indígena, voltado aos povos amazônicos

4.2. Elementos básicos da composição teatral e da dança

4.3. Classificação de instrumentos musicais

4.4. Coro como instrumento de socialização

UNIDADE V

5.1 Música, teatro, literatura como Arte



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM COMÉRCIO INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO**

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio			
Disciplina: Arte			Ano: 1º
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: 40 horas/aula	CH Prática: 40 horas/aula	
Objetivo Geral			
Oferecer conhecimento em Arte e desenvolver as habilidades e capacidades artísticas dos alunos, de maneira que se tornem cidadãos mais críticos e atuantes na sociedade e sujeitos com maior conhecimento de si, do outro e de seu entorno.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, relacionar e compreender diferentes funções da arte, do trabalho e da produção dos artistas; • Ler produções artísticas a partir da observação, narração, descrição, interpretação de imagens e objetos; • Interpretar os elementos da linguagem visual, utilizando-os na composição e registros de pensamentos e ideias sobre fatos do cotidiano; • Expressar, representar ideias, emoções, sensações por meio de articulações de poéticas pessoais. 			
Ementa			

Iniciação à leitura de imagens, música e representação. Arte na Pré-História: pintura (técnicas e suportes), escultura, arquitetura, música primitiva. Arte Egípcia: pintura, escultura, arquitetura, música. Arte Greco-Romana: pintura, escultura, arquitetura, música, artes cênicas. Arte Cristã e Bizantina: pintura, escultura, arquitetura, música. Idade Média: pintura, escultura, arquitetura, música, elementos da perspectiva. Arte Renascentista. Arte no Brasil: a cultura dos negros e a sua influência no Brasil — música, artesanato e culinária afro-brasileiros; a cultura dos índios e a sua influência no Brasil — pintura (grafismo corporal), escultura (cerâmica), artesanato (trançados e tecelagem), culinária, música e dança. Modernismo Brasileiro: Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos.

Referências básicas

ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual. Trad. De Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Edusp, Pioneira, 1980.

PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ática, 2007.

FRENDA, PERLA. Arte em interação. Perla Frenda, Tatiane Cristina Gusmão, Hugo Luis Babosa Bozzano. – 1. ed. – São Paulo: IBEP, 2013.

Referências complementares

BARRAUD, H. Para compreender as músicas de hoje. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1975.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Projeto Pedagógico do Curso
Técnico em Administração

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Modalidade: Educação Básica, Educação Profissional, Presencial
Forma de articulação: Integrado
Nível: Médio

Aprovado pela Resolução n.º 13/2016/CONSUP/IFTO, de 24 de fevereiro de 2016.

PALMAS – TO
2016

Apêndice A - DESCRIÇÃO MÍNIMA DAS UNIDADES CURRICULARES

UNIDADE CURRICULAR: Arte

1 Ano: 1º, 2º e 3º

2 Carga horária total: 200 horas

2.1 Carga horária teórica: 50%

2.2 Carga horária prática: 50%

2.3 Carga horária presencial: 100%

2.4 Carga horária a distância (se for o caso): 0%

3 Pré-requisitos: Não se aplica

4 Ementa

4 Ementa

Introdução ao Estudo das Artes, conceitos e funções. Produção e recepção de textos artísticos: interpretação e representação do mundo para o fortalecimento dos processos de identidade e cidadania. Artes Visuais e o contexto da obra artística, o contexto da comunidade. Teatro: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Música: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Dança: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Conteúdos estruturantes das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), elaborados a partir de suas estruturas morfológicas e sintáticas; inclusão, diversidade e multiculturalidade: a valorização da pluralidade expressada nas produções estéticas e artísticas das minorias sociais e dos portadores de necessidades especiais educacionais. Elementos constitutivos da obra: formais, estilo e iconografia.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO

CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM COMÉRCIO EXTERIOR NA FORMA INTEGRADA

REGIME INTEGRAL

PLANO DE CURSO

Campus Santana
2019

CURSO	Técnico de Nível Médio em Comércio Exterior	Forma	Integrada
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios	Período Letivo	1º Ano
Componente Curricular	Arte	Carga Horária	80 horas
EMENTA			
Conceitos sobre arte, estética, e imagem; Arte e Sistema Cultural; Parâmetros do som; Função social da música.			
COMPETÊNCIAS			
· Compreender a arte, seus fundamentos artísticos e estéticos, a partir de conceituações			

CURSO	Técnico de Nível Médio em Comércio Exterior	Forma	Integrada
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios	Período Letivo	2º Ano
Componente Curricular	Arte	Carga Horária	40 horas
EMENTA			
Arte Moderna; Arte Moderna Brasileira; Elementos constitutivos da música I; Elementos Constitutivos da música II.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as bases compositivas e estéticas, suas características, seus estilos, suas similaridades e diferenças em épocas e culturas distintas; • Reconhecer e entender a arte como sistema cultural considerando aspectos como respeito a diversidade, identidades e subjetividades; • Analisar, refletir, apreciar, e vivenciar as poéticas musicais brasileiras diante da diversidade; 			

CURSO	Técnico de Nível Médio em Comércio Exterior	Forma	Integrada
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios	Período Letivo	3º Ano
Componente Curricular	Arte	Carga Horária	40 horas
EMENTA			
Arte contemporânea. Novas categorias artísticas. Experimentações e hibridismos. Estudo e apreciação da formação da linguagem musical brasileira. Períodos históricos com os quais a música se relaciona.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e contextualizar a arte contemporânea; • Reconhecer e entender a arte como sistema cultural; • Analisar o surgimento da música popular em decorrência da necessidade de lazer urbano; • Analisar a política de desenvolvimento das potencialidades brasileiras no governo Getúlio Vargas. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
Unidade I: Arte Contemporânea I.		Unidade III: Tópicos Especiais em História	